



O CIGA está em novo endereço!

Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307
Bairro Estreito, Florianópolis/SC

Rua General Liberato Bittencourt

Rua Olavo Bilac

Rua Humiatá

Rua Gercino Silva



Guaciara

Mac Shopping

Casas
da
Água

Rua Cel. Pedro Demoro



Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1902

Segunda-feira - 04 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	3
Balneário Piçarras.....	4
Biguaçu	5
Braço do Trombudo	7
Caxambu do Sul.....	14
Chapadão do Lageado	15
Flor do Sertão	17
Fraiburgo.....	38
Frei Rogério	39
Garopaba.....	46

Gaspar	59
Irineópolis	60
Itapiranga.....	62
Laguna.....	63
Lebon Regis.....	83
Navegantes.....	84
Novo Horizonte	89
Paraíso	91
Penha.....	92
Pinheiro Preto	93

Rio do Sul.....	94
Romelândia.....	99
São Bento do Sul.....	100
São Carlos	107
Serra Alta	108
Siderópolis.....	111
Timbó	112
Tunápolis.....	113
Videira.....	117
Xavantina	121

Consórcios

CIGA	122
CIMCATARINA.....	122
CIMVI.....	124
CIS/AMMVI.....	124

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.117 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005; e

Considerando o estado gravídico devidamente comprovado da servidora abaixo indicada;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato de trabalho da Sra. ELISANE DA COSTA ALVES, matrícula 724, do cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A prorrogação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016, podendo sofrer nova prorrogação a fim de cumprir a estabilidade provisória decorrente de sua gravidez.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1992 de 05 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2.118 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 733, ALESSANDRA MANFÉ, do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 2029 de 13 de maio de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 30 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016 - FME/ CONCORRÊNCIA 001/2016 - FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Licitatório nº 001/2016 -FME

CONCORRÊNCIA para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016-FME

O Fundo Municipal de Educação, através da Secretaria de Administração e Fazenda, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar CONCORRÊNCIA para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CENTRO, MODELO PROINFANCIA 1, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço Global. Data/horário recebimento envelopes: 11/02/2016 até 14h. Data/horário abertura envelopes: 11/02/2016 até 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Bairro Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicararras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 04 de janeiro de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira - Secretária de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016 FME / TOMADA DE PREÇOS 002/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Licitatório nº 002/2016 -FME

TOMADA DE PREÇOS para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016-FME

O Fundo Municipal de Educação, através da Secretaria de Administração e Fazenda, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar TOMADA DE PREÇOS para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para AMPLIAÇÃO DO PÁTIO COBERTO DA ESCOLA PROFª FELICIDADE PINTO FIGUEREDO, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço Global. Data/horário recebimento envelopes: 26/01/2016 até 14h. Data/horário abertura envelopes: 26/01/2016 até 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Bairro Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicararras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 04 de janeiro de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira - Secretária de Educação

Biguaçu

PREFEITURA

CADASTRO DE FORNECEDORES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
CADASTRO DE FORNECEDORES

O Município de Biguaçu convida seus Fornecedores para a atualização dos cadastros vencidos, e comunica a possibilidade do registro de novos fornecedores.

Local: Prefeitura Municipal de Biguaçu, Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro – Biguaçu/SC – Setor de Licitação. Telefone: (48) 3279-8010, 3279-8019.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO PP240-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
COMUNICADO DO PP 240/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 240/2015-PMB, que tem como objeto “a aquisição de cestas básicas para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habilitação”, que devido a erros no valor referência do item 11 (café) descrito no Anexo I, fica alterado o referido item passando a ter a seguinte redação:

11	CAFÉ TORRADO - DEVE SER CONSTITUÍDO POR GRÃOS TORRADOS (TORRA MÉDIA) PROCEDENTE DE ESPÉCIES DEVEGETAIS GENUÍDOS, SÃOS E LIMPOS. DEVERÁ APRESENTAR UMIDADE MÁXIMA DE 5% (G/100G). ASPECTO: SABOR E CHEIRO PRÓPRIO. DEVE APRESENTAR AUSÊNCIA DE SUJIDADES, LARVAS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. COM SELO DE PUREZA ABIC. EMBALAGEM: PACOTES DE 500 GRAMAS. CONTENDO IMPRESSOS A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE DE NO MÍNIMO 90 DIAS, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	1.200,00	19,23	23.076,00
----	--	----	----------	-------	-----------

Fica alterado também o valor previsto da Licitação para R\$ 162.612,00.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO PP 229-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 229/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 229/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS E ATIVIDADES TÉCNICAS DO BOMBEIRO DE BIGUAÇU.", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 15/01/2016, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 15/01/2016, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, 04 janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2015 PMBT

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

<div> <div>Número do Registro de Preços: 21/2015</div> <div>Data do Registro: 03/07/2015</div> <div>Válido até: 03/07/2016</div> </div>							
<div> <div>Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.</div> </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1,058,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1,060,0000	2
2	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manchão (9156)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	335,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	338,0000	2
3	Vulcanizo pneu 1300x24 com manchão (9161)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	314,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	315,0000	2
4	Vulcanizo pneu 1400x24 com manchão (9162)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	325,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	330,0000	2
5	Vulcanizo pneu 17.5x25 com manchão (9163)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	435,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	440,0000	2
6	Vulcanizo tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	44,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	47,0000	2
7	Vulcanizo tip top nº 06 para uso interno no pneu (9165)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	53,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 27

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016		Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	54.0000	2
8	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	64.0000	1
9	Vulcanizo tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	65.0000	2
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	73.0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	75.0000	2
10	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	85.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	88.0000	2
11	Vulcanizo tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	98.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	108.0000	2
12	Recape de pneu 1000x20 radial, borrachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	510.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	515.0000	2
13	Recape de pneu 900x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9171)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	455.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	460.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016		Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Recape de pneu 19,5x24 - a quente. (11338)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.635,0000	1
15	Recape Pneu 11 L 16 TL F3 a quente (16311)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.660,0000	2
16	Recape pneu 750x16 - a quente. (11340)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	428,0000	1
17	Recape pneu 12,4x24 - a quente (11341)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	290,0000	1
18	Vulcanizo de pneu 12,4x24 com Manchão. (11342)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	294,0000	2
19	Recape de pneu 750x16 agrícola a quente (9160)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	780,0000	1
20	Vulcanizo de pneu 750x16 com manchão (11344)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	783,0000	2
		UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	280,0000	1
		UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	285,0000	2
		UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	275,0000	1
		UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	280,0000	2
		UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	68,0000	1
		UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	70,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 21/2015 Data do Registro: 03/07/2015 Válido até: 03/07/2016

Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	RECAPE DE PNEU 1300 X 24 - A QUENTE (2654)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.098,0000	1
22	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.110,0000	2
23	RECAPE DE PNEU 17,5 X 25 - A QUENTE (2658)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.258,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.265,0000	2
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.648,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.685,0000	2
24	Recape de pneu 18x4x30 a quente (9159)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.549,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.550,0000	2
25	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	968,0000	1
26	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.008,0000	1
27	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.183,0000	1
28	Recape Pneu 12,5 / 80 18 (16309)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	879,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	883,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Vulcanizo de pneus 12,5/80 18 com manchão (16310)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	248,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8964)	Rubbernew	0	255,00000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015
PROCESSO Nº 34/2015

(8657) - FM PNEUS LTDA
(8954) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Braço do Trombudo, 3 de Julho de 2015.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 01/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 01/2016
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016
Objeto: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC.
Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC.
Valor: R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS).
Fundamento: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 03/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 03/2016
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2016
Objeto: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM.
Contratada: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM.
Valor: R\$ 6.684,00 (seis mil seiscentos e oitenta e quatro reais).
Fundamento: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 01/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 01/2016
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016
Objeto: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC.
Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC.
Valor: R\$ 369.600,00 (Trezentos e sessenta e nove mil e seiscentos reais).
Fundamento: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
GESTOR F.M.S

AVISO DE LICITAÇÃO 04/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 04/2016
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2016
Objeto: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO MEMBRO DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM.
Contratada: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM.
Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Fundamento: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 02/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 02/2016
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2016
Objeto: PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO CIDEMA PROGRAMAS PROSUASA, PROAGUA, PROMERCADO E PROPOÇOS.
Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.
Valor: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).
Fundamento: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 05/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 05/2016
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2016
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SENDO: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC; GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL; GESTÃO TRIBUTÁRIA - REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO – REGIN.
Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.
Valor: R\$ 7.770,00 (sete mil setecentos e setenta reais).
Fundamento: Inciso XIII e XVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ESPOLIO DE JOÃO PEDRO MACHADO

Vigência: até 31/12/2016.

Fundamento Legal: art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, totalizando R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais);

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 600 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO -SC, PARA ABRIGAR A SEDE E OS EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS E DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: NEUZELENE FERREIRA RODRIGUES

Vigência: até 31/12/2016.

Fundamento Legal: art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais);

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 400 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO -SC, PARA ABRIGAR AS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, BEM COMO, A CRECHE MUNICIPAL.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALVONI HERDT

Vigência: até 31/12/2016.

Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mensais, que totalizam a importância de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);

Objeto: Locação de 01 (um) imóvel com área de 3.500 m² (três mil e quinhentos metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situado na Estrada Geral, Alto Figueiredo, Município de Chapadão do Lageado – SC.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RONALDO HEINZEN

Vigência: até 31/12/2016.

Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais), mensais, que totalizam a importância de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais);

Objeto: Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situado na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Município de Chapadão do Lageado – SC.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EDILSON KRAUS

Vigência: até 31/12/2016.

Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 301,00 (trezentos e um reais) mensais, que totalizam a importância de R\$ 3.612,00 (três mil seiscentos e doze reais);

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 52 m² (cinquenta e dois metros quadrados), SITUADO NA ESTRADA GERAL, FLORESTAL, Chapadão do Lageado – SC, PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA SILVANA KRAUS ALTHOFF ME..

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2016

CONTRATO DE PROGRAMA

Contrato n.º 001/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções, de um lado, O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08, com endereço na Avenida Flor do Sertão, 696, Centro, Flor do Sertão - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, o Sr. Nestor Storch, brasileiro, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 e portador da Cédula de Identidade nº 185.609-3, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Rudimar Edgar Guth, Prefeito Municipal de Tigrinhos, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações e do Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Programa as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O contrato de programa tem por objeto:

- a) – Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência eficiente e eficaz;
- b) – Gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;
- c) – Criar Instrumento de Controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;
- d) – Desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
- e) – Realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
- f) – Fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existente nos municípios consorciado ou que neles vierem a se

estabelecer;

- g) – Incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
- h) – Nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio, representar a Contratada, perante quaisquer autoridades ou instituições;
- i) – Prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população do Contratante;
- j) – Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
- k) – Viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do consórcio.

2.2. A área de prestação dos serviços objeto do presente Contrato corresponderá ao território do Município CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

- a) A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto;
- b) Havendo futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos serviços, equipamentos e instalações do CONTRATADO que possam beneficiar o CONTRATANTE, esta somente contribuirá financeiramente ou estará obrigada a elas caso as formalize em contrato de rateio ou mediante pagamento pelos bens e serviços contratados, dispensada a licitação nos termos da lei;
- c) O CONTRATANTE fica obrigado a aceitar as deliberações da Assembleia Geral da CONTRATADA, quanto às condições de prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

3.2. Também será de responsabilidade da CONTRATADA, pela contratação de empresa, para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão de Consórcio Intermunicipal de Saúde, e da informatização na Gestão da Saúde, que interligue a CONTRATADA COM A CONTRATANTE, visando o controle e gestão das guias emitidas via web (Internet).

3.3. A relação dos serviços possíveis de serem executados sobre a forma de consórcio pelo CIS/AMERIOS são os listados no anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

4.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, sendo que o CONTRATADO deverá, especialmente:

- a) Elaborar e encaminhar à CONTRATANTE relatórios bimestrais quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
- b) Disponibilizar à CONTRATANTE suas informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto.
- c) Realizar as publicações legais previstas, especialmente quanto a gestão econômica e financeira dos serviços objeto do contrato;

- d) Realizar a prestação de contas bimestrais, conforme determina as normas legais em vigor;
- e) Permitir o livre acesso dos representantes da CONTRATANTE nos locais de prestação dos serviços contratados;
- f) fornecer informações e certidões solicitadas por qualquer cidadão.

4.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

4.3. O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

5.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a aquisição de bens e prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Solicitar os serviços objeto do presente Contrato;
- d) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos bens e serviços contratados sejam os estabelecidos em Contrato de Rateio ou os prestados de acordo com os valores estabelecidos em Assembleia Geral do Consórcio, neste ultimo caso dispensa a licitação na forma da lei;
- e) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E PESSOAL

6.1. Fica estabelecido que poderá o CONTRANTE transferir bens e pessoal para execução dos serviços objeto do presente Contrato, observado a legislação em vigor.

6.2. A transferência de pessoal deverá ser sem qualquer ônus para o Consórcio Público, podendo os custos serem compensados pelos valores devidos ao Consórcio pela execução do objeto.

6.3. Os bens transferidos pelo CONTRATANTE serão revertidos na extinção deste Contrato, garantidos os direitos de exploração pelo Consórcio, durante sua vigência, a quem incumbe a sua manutenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIZAÇÃO

7.1. O Presidente do Consórcio e/ou seu Diretor Executivo respondem, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato de Programa, quando praticados em desconformidade com a Lei, com o Protocolo de Intenções, Contato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato de programa entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA NONA – DO ADITAMENTO

9.1. Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis

meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias, respeitando as obrigações constante em contrato de rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de programa, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a ressarcir o dano causado, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

13.1. O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.2. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS.

Flor do Sertão, aos 4 dias do Mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito de Flor do Sertão Presidente do CIS/AMERI

Testemunhas:

LEANDRO NEUHAUS DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03 CPF: 010.389.549-32

ANEXO I

Relação dos serviços possíveis de serem executados sobre a forma de consórcio pelo CIS/AMERIOS:

1. Média Complexidade Nível 1

- 1.1 - Procedimentos realizados por médicos, outros profissionais de nível superior, profissionais de nível médio, para atendimento de terapias em grupo ou terapias individuais;
- 1.2 – Atendimento médico em urgência/emergência;
- 1.3 – Procedimentos/cirurgias gerais;
- 1.4 – Procedimentos traumatismo-ortopédicos;
- 1.5 – Ações em odontologia;
- 1.6 – Bioquímica;
- 1.7 – Hematologia;
- 1.8 – Imunologia;
- 1.9 – Exames de microbiologia;
- 1.10 – Exames Ultra-Sonográficos;
- 1.11 – Atendimento em fisioterápicos;

2. Média Complexidade Nível 2

- 2.1 – Procedimentos realizados por profissional médico, outros profissionais de nível superior e profissionais de nível médio;
- 2.2 – atendimento médico em urgência/emergência;

2.3 – Consultas médicas especializadas;
 2.4 – Procedimentos/cirurgias gerais;
 2.5 – Procedimentos/cirurgias do aparelho genital feminino;
 2.6 – Procedimentos/cirurgias de mama;
 2.7 – Procedimentos/cirurgias do sistema osteoarticular I;
 2.8 – Procedimentos/cirurgias do sistema osteoarticular II;
 2.9 – Procedimentos/cirurgias do sistema osteoarticular III;
 2.10 – Procedimentos/cirurgias do aparelho visual;
 2.11 – Procedimentos traumato-ortopédicos;
 2.12 – Ações especializadas em odontologia;
 2.13 – Próteses Odontológicas;
 2.14 – Bioquímica I;
 2.15 – Bioquímica II;
 2.16 – Coprologia;
 2.17 – Hematologia;
 2.18 – Imunologia I;
 2.19 – Imunologia II;
 2.20 – Imunologia III;
 2.21 – Microbiologia;
 2.22 – Urina;
 2.23 – Hormônios;
 2.24 – Líquido céfalo-raquidiano (liquor);
 2.25 – Anatomopatologia e citologia;
 2.26 – radiodiagnóstico;
 2.27 – Exames ultra-sonográficos;
 2.28 – Diagnóstico em cardiologia;
 2.29 – Diagnóstico em ginecologia;
 2.30 – Diagnóstico em oftalmologia;
 2.31 – Procedimentos em diagnóstico gerais;
 2.32 – Atendimento fisioterápico em disfunções neurofuncionais centrais e periféricas;
 2.33 – Atendimento fisioterápico em disfunções cardíacas e do sistema respiratório;
 2.34 – Atendimento fisioterápico em disfunções do sistema músculo esquelético;
 2.35 – Atendimento em Núcleos/Centros Atenção Psicossocial;
 2.36 – Terapia em ginecologia;
 2.37 – Terapia em oftalmologia;
 2.38 – Procedimentos terapêuticos gerais;
 2.39 – Terapia em Pneumologia;

3. Média Complexidade Nível 3

3.1 – Tratamento fora domicílio;
 3.2 – Atendimento pré-hospitalar em urgência e emergência;
 3.3 – Atendimento saúde ocupacional;
 3.4 – Consultas especializadas;
 3.5 – Procedimentos/cirurgias de glândulas endócrinas;
 3.6 – Procedimentos/cirurgias em pneumologia;
 3.7 – Procedimentos/cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa;
 3.8 – Procedimentos/cirurgias do aparelho digestivo/org.;
 3.9 – Procedimentos/cirurgias do aparelho genital feminino;
 3.10 – Procedimentos/cirurgias do aparelho osteoarticular;
 3.11 – Procedimentos/cirurgias do aparelho circulatório;
 3.12 – Procedimentos/cirurgias do sistema nervoso;
 3.13 – Procedimentos/cirurgias do aparelho auditivo e vias áreas superiores I;
 3.14 – Procedimentos/cirurgias do aparelho auditivo e vias áreas superiores II;
 3.15 – Procedimentos/cirurgias do aparelho genito-urinário I;
 3.16 – Procedimentos/cirurgias do aparelho genito-urinário II;
 3.17 – Procedimentos a queimados;
 3.18 – Procedimentos/cirurgias do aparelho visual;
 3.19 – Ações especializadas em odontologia I;
 3.20 – Ações especializadas em odontologia II;
 3.21 – Próteses odontológicas;
 3.22 – Outras próteses de face e cabeça;
 3.23 – Odontoradiologia;
 3.24 – Bioquímica I;

3.25 – Bioquímica II;
 3.26 – Bioquímica III;
 3.27 – Bioquímica IV;
 3.28 – Bioquímica V;
 3.29 – Bioquímica VI;
 3.30 – Esperma I;
 3.31 – Esperma II;
 3.32 – Coprologia I;
 3.33 – Coprologia II;
 3.34 – Hematologia I;
 3.35 – Hematologia II;
 3.36 – Hematologia III;
 3.37 – Hematologia IV;
 3.38 – Hematologia V;
 3.39 – Hematologia VI;
 3.40 – Hormônios I;
 3.41 – Hormônios II;
 3.42 – Imunologia I;
 3.43 – Imunologia II;
 3.44 – Imunologia III;
 3.45 – Imunologia IV – Exames de histocompatibilidade;
 3.46 – Líquido Amniótico;
 3.47 – Líquido sinovial e derrames;
 3.48 – Líquido céfalo-raquidiano (liquor);
 3.49 – Microbiologia I;
 3.50 – Microbiologia II;
 3.51 – Microbiologia III;
 3.52 – Suco Gástrico;
 3.53 – Urina I;
 3.54 – Urina II;
 3.55 – Urina III;
 3.56 – Exames diagnóstico em genética;
 3.57 – Micologia;
 3.58 – Patologia Clínica ocupacional;
 3.59 – Medicina nuclear;
 3.60 – Anatomologia e citopatologia I;
 3.61 – Anatomologia e citopatologia II;
 3.62 – Radiodiagnóstico I;
 3.63 – Radiodiagnóstico II;
 3.64 – Mamografia;
 3.65 – Procedimentos especiais de radiologia I;
 3.66 – Procedimentos especiais de radiologia II;
 3.67 – Procedimentos especiais de radiologia III;
 3.68 – Procedimentos especiais de Radiologia IV;
 3.69 – Exames ultra-sonográficos-ecocardiografia;
 3.70 – Exames ultra-sonográficos gerais;
 3.71 – Diagnóstico em alergologia;
 3.72 – Diagnóstico em angiologia;
 3.73 – Diagnóstico em neurofisiologia clínica;
 3.74 – Diagnóstico em ginecologia;
 3.75 – Diagnóstico em obstetrícia;
 3.76 – Diagnóstico em nefrologia;
 3.77 – Diagnóstico em oftalmologia;
 3.78 – Audiologia I;
 3.79 – Audiologia II;
 3.80 – Diagnóstico em otorrinolaringologia;
 3.81 – Fonoaudiologia;
 3.82 – Diagnóstico em pneumologia I;
 3.83 – Diagnóstico em urologia;
 3.84 – Diagnóstico em gastroenterologia I;
 3.85 – Diagnóstico em gastroenterologia II;
 3.86 – Terapia em alergologia;
 3.87 – Terapia em angiologia;
 3.88 – Terapia em cardiologia;
 3.89 – Terapia em hematologia;
 3.90 – Terapia em ginecologia;
 3.91 – Terapia em oftalmologia;
 3.92 – Terapia em pneumologia;
 3.93 – Terapia em urologia;

3.94 – Endoscopia digestiva terapêutica;
3.95 – Terapia em otorrinolaringologia;
3.96 – Imunoterapia;
3.97 – Atendimento em Núcleos/Centros de Reabilitação;
3.98 – Próteses auditivas;
3.99 – Próteses/órteses oftalmológicas;
3.100 – Bolsas colostomia/leostomia/urostomia;
3.101 – Prótese/órtese dispositivo auxiliar de locomoção;
3.102 – Próteses externas;
3.103 – Anestesia Geral;

4. Alta Complexidade
4.1 – Patologia Clínica especializada;
4.2 – Radiodiagnóstico;
4.3 – Terapia em urologia;
4.4 – Hemodinâmica;
4.5 – Terapia renal substitutiva;
4.6 – Radioterapia;
4.7 – Quimioterapia;
4.8 – Ressonância Magnética;
4.9 – Medicina Nuclear in vitro;
4.10 – Radiologia Intervencionista;
4.11 – Tomografia Computadorizada;
4.12 – Hemoterapia.

CONTRATO Nº 02/2016

CONTRATO DE RATEIO – (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE)
Contrato Administrativo n.º 002/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções, de um lado, O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08, com endereço na Avenida Flor do Sertão, 696, Centro, Flor do Sertão - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, o Sr. Nestor Storch, brasileiro, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 e portador da Cédula de Identidade nº 185.609-3, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Rudimar Edgar Guth, Prefeito Municipal de Tigrinhos, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, as seguintes cláusulas e condições.

Das disposições gerais

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações e do Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do objeto

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

Do rateio

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará anualmente ao consórcio a importância de R\$ 20.256,00 (Vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais), em doze parcelas iguais no valor de R\$ 1.688,00 (Mil seiscentos e oitenta e oito reais) mais os valores correspondente aos excedentes a serem utilizados pelo município.

Da rubrica orçamentária

Cláusula quinta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 649/2015 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 1.131,93

3.3.71.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 1.973,67

3.3.93.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 17.150,40

Cláusula sexta – Poderá ser excluído do consórcio CIS/AMERIOS, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Da prestação de contas

Cláusula sétima – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio CIS/AMERIOS deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula oitava – O consorciado inadimplente com o CIS/AMERIOS será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, tendo sua senha bloqueada para agendamento.

Cláusula nona – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de dois meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Cláusula décima primeira – O Repasse mensal somente será efetuado quando o CIS/AMERIOS informar os valores com respectivos elementos econômicos para empenhamento.

Da vigência

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Do foro

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (Duas) vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão aos 04 dias do Mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito de Flor do Sertão Presidente do CIS/AMERIOS

Testemunhas:

LEANDRO NEUHAUS
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM
CPF: 010.389.549-32

CONTRATO Nº 03/2016

CONTRATO N.º 003/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO ESTADO DE SC, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Flor do Sertão, Estado de SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.566.621/0001-08, com sede à Av. Flor do Sertão, 696, CEP 89878-000, na cidade de Flor do Sertão, Estado de SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em Exercício, o Sr. Nestor Storch, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o n.º 552.299.809-15 e portador da Cédula de Identidade n.º 185.609-3 doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 590, de 21/08/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o

controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro: O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 3.900,00;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 1.560,00;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 1.860,00;

Parágrafo Primeiro: Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2016, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo: A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro: Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento “in loco” poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto: A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato

e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais), em 12 parcelas, no valor de R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência nº. 0858-3, Conta Corrente n.º 203518-9, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único: É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal nº 649/2015 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro: Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- 1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;

f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e

g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo: Das responsabilidades da CONTRATADA:

- Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro: Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único: Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro: Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo: Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro: As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro: Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único: No âmbito dos programas de computador,

aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro: Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo: Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando -a na sequência.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto: O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Flor do Sertão – SC, 04 de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito em exercício
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa do CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

O Município de Flor do Sertão, Estado de SC, constitui o Senhor Leandro Neuhaus, brasileiro, casado, Secretário de Administração, inscrito no CPF sob o n.º 015.634.579-03, como seu representante no Contrato n.º 03/2016, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 04 de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito em Exercício
CONTRATANTE

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 03/2016, celebrado com o Município de Flor do Sertão, Estado de SC.

Florianópolis – SC, 04 de Janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016

Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o Município de Flor Do Sertão e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si O Município de Flor do Sertão, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede administrativa na Av. Flor do Sertão, 696, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, o Sr. Nestor Storch, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 e portador da Cédula de Identidade nº 185.609-3 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, CPF nº 912.833.619-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 590/2013 de 21/08/2013.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05, no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011, envolvendo as seguintes atividades:

I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina;

II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores;

III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão;

IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;

V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal;

VII - Economia dos recursos públicos.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação ao programa, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à sua correta implantação;

II - Transmissão de dados e informações geradas ou administradas pelas partes;

III - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados ao programa contratado;

IV - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização do programa;

V - Intermediação entre o Município e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação ao programa, no âmbito das solicitações de melhorias e evoluções tecnológicas.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao

desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando à CONTRATADA as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
II - zelar pela utilização adequada dos sistemas oferecidos pela CONTRATADA, em especial para atendimento ao princípio administrativo da publicidade, segundo o qual a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
III - disponibilizar informações atualizadas e transmitir os dados necessários ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que respeitada a privacidade;
IV - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
V - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.
Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;
II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;
III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pela CONTRATANTE em prazo razoável;
IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
V - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
VI - comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.
DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula sétima. A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com o Projeto Atividade Manutenção de Atividades da Câmara de Vereadores do elemento de despesa nº 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), do orçamento do Município de Flor do Sertão para o exercício de 2016, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. Para a execução do objeto deste contrato, a Câmara de Vereadores repassará em Parcela Única ao CIGA a importância de R\$ 2.808,00 (dois mil oitocentos e oito reais).

Parágrafo primeiro. Quando for necessário a migração de dados e informações da CONTRATADA que demande o atendimento "in loco" da CONTRATADA, este poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. O processo de migração mencionado no parágrafo anterior, desde que haja comum acordo, ensejará no pagamento por parte da CONTRATANTE de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula nona. O pagamento poderá ser processado por meio de débito diretamente, até o último dia útil do mês de Janeiro, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência nº. 0858-3, Conta Corrente nº. 203518-9, de titularidade da CONTRATANTE.

Cláusula décima. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pela Câmara de Vereadores.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Fica assegurada a revisão de preços sempre que houver majoração ou minoração nos custos da prestação do serviço, devendo a tabela de valores ser previamente atualizada em Assembleia Geral do CIGA.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2016, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Flor Do Sertão , 04 de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH Prefeito em exercício CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS Secretário de Administração
--

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI Gerente Administrativa do CIGA
--

CONTRATO Nº 05/2016

CONTRATO Nº 005/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Que entre si celebram o Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Nestor Storch, brasileiro, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 e portador da Cédula de Identidade nº 185.609-3 de ora em diante denominada de LOCATÁRIO, e de outro lado a empresa INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 06159070/0001-73, com sede na Avenida Anita Garibaldi, 340, centro, Maravilha - SC neste ato representada pelo seu sócio gerente Sr. Delvir Gheno, inscrito no CPF sob o nº 893.651.519-53, doravante denominada LOCADORA através das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de software de controle de acesso a internet, com filtro de antivírus, bloqueio de spams, controle de tráfego de rede, com emissão de relatórios

gerenciais de rede. O software deverá:

- Prover mecanismo de consulta às informações registradas (logs) por meio da interface gráfica de administração;
- Possibilitar o armazenamento de seus registros (log e/ou eventos) em máquina remota em plataformas Windows Server (NT/2000/2003/2008) ou Unix, através de protocolo criptografado ou SYSLOG;

EMITIR RELATÓRIOS:

- Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos de relatório, publicados em formato HTML:
- Máquinas mais acessadas;
- Serviços mais utilizados;
- Usuários que mais utilizaram serviços;
- URLs mais visualizadas;
- Categorias Web mais acessadas (em caso de existência de um filtro de conteúdo Web);
- Maiores emissores/receptores de e-mail;
- Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos de relatório com cruzamento de informações, mostrados em formato HTML:
- Máquinas acessadas X serviços bloqueados;
- Usuários X URLs acessadas;
- Usuários X categorias Web bloqueadas (quando utilizado com filtragem de conteúdo Web);
- Possibilitar a geração dos relatórios dos dois itens acima sob demanda e através de agendamento diário, semanal e mensal;
- Permitir publicação automatizada dos relatórios utilizando FTP em pelo menos três equipamentos distintos;
- Permitir exportação dos registros (logs) no mínimo em formato TXT e CSV;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica do sistema durante o período de locação será de responsabilidade da LOCADORA, (assistência técnica gratuita) prestada de acordo com as necessidades do sistema;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO

A instalação, atualização, treinamento e configuração do sistema será de responsabilidade da LOCADORA;

CLÁUSULA QUARTA- PRAZO DE LOCAÇÃO

O prazo de locação será contado a partir da data da assinatura até 31/12/2016 podendo ser renovado conforme interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará o valor de R\$ 580,00 (Quinhentos e oitenta reais) mensais.

Para efeitos deste contrato estima-se um valor de R\$ três 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais).

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido em comum acordo entre as partes, ou de acordo com a conveniência administrativa.

CLÁUSULA SETIMA- DO FORO

Fica eleito o fórum da Câmara de Maravilha - SC, que será competente para dirigir questões decorrentes do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem juntos e contratados assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas que também assinam.

Flor do Sertão SC, 04 de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em exercício

DELVIR GHENO

Sócio-Gerente

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS

CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM

CPF: 010.389.549-32

DECRETO Nº 001/2016

DECRETO N.º 001/2016

ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, ISS, TAXAS DE FISCALIZAÇÃO SOBRE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA, IPTU E ALVARÁ SANITÁRIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

DECRETA:

ART. 1º - Para o recolhimento dos tributos Municipais, ISS, Alvará de Licença para Localização e Permanência, IPTU e Alvará Sanitário, no exercício de 2016, serão observados os prazos de vencimento estabelecidos na tabela abaixo:

IMPOSTO		SOBRE		SERVIÇOS		-		I.S.S.	
COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	COMPETÊNCIA	VENCIMENTO
Janeiro	10.03.2016	Julho	15.08.2016						
Fevereiro	15.03.2016	Agosto	15.09.2016						
Março	15.04.2016	Setembro	15.10.2016						
Abril	15.05.2016	Outubro	15.11.2016						
Maior	15.06.2016	Novembro	15.12.2016						
Junho	15.07.2016	Dezembro	20.12.2016						

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA

VENCIMENTO

Parcela Única	10.03.2016
---------------	------------

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. VENCIMENTO

PAR. ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
11/04/2016	11/04/2016	11/05/2016	11/06/2016

ALVARÁ SANITÁRIO

VENCIMENTO

Parcela Única	10.03.2016
---------------	------------

ART.2º - O Recolhimento em Parcela Única do IPTU incidirá um desconto de 10% (Dez por cento) sobre o valor principal.

ART.3º- Não havendo expediente bancário em alguma das datas estabelecidas neste Decreto, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

ART.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

ART.5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada

Na data supra

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares aos Servidores Municipais DELISA ENGEL, INACIO LUIZ SALING, JANETE SCHWERTZ, LAURA MARIA ROGOSKI e SANDRA MARIA DRAGO ocupantes do Cargo de Professores com Licenciatura Específica, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIA Nº 002/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares as Servidoras Municipais DEDIANE FALKOSKI DE BEN e GIANE ROSSATTO MARINHO DA SILVA ocupantes do Cargo de Professora com Licenciatura Núcleo Comum, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares à Servidora Municipal LIDIANE STAUDT, ocupante do Cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares a Servidora Municipal GENI RISSI BORTOLINI, ocupante do Cargo de Professora de Educação Física, exercendo a função de Diretora de Escola lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 005/2016

	PORTARIA Nº 005/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar as Servidoras Municipais, IVETE GRAEFF FREIBERGER, LERI CLAIR DEETER, MARIA MATILDE ALVES DA SILVA, NELI DE FREITAS NORONHA SILVESTRIN e ROSANI TEREZINHA ZAMPROGNA RIZZI, ocupantes do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 006/2016

	PORTARIA Nº 006/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares ao Servidor Municipal ADEMIR SONDA, ocupante do Cargo de Técnico em Administração, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 007/2016

	PORTARIA Nº 007/2016
CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ELOIDE RODRIGUES DE LIMA, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 23/01/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 008/2016

	PORTARIA Nº 008/2015
CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal RENATO REINALDO SPADA, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 23/01/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 009/2016

PORTARIA Nº 009/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal HÉLIDA GOMES STOCK, ocupante do Cargo de Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 010/2016

PORTARIA Nº 010/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal MOACIR SCHWERTZ, ocupante do Cargo de Técnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 011/2016

PORTARIA Nº 011/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARIA LUCIA FREIBERGER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 012/2016

PORTARIA Nº 012/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ADAIR ROQUE ZANLUCHI, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 12/14 a 12/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 013/2016

	PORTARIA Nº 013/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal CARLINHO FALKOSKI, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 12/14 a 12/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 014/2016

	PORTARIA Nº 014/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FLAVIA BARCELOS MARTINS, ocupante do Cargo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 09/14 a 09/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 015/2016

	PORTARIA Nº 015/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NILSON SCHUH, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 016/2016

	PORTARIA Nº 016/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VALDECIR BARP, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 017/2016

	PORTARIA Nº 017/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal CLEIDE GONÇALVES DE AZEVEDO BACH, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 11/14 a 11/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 018/2016

	PORTARIA Nº 018/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VALMIR DE JESUS PINTO, ocupante do Cargo de Assistente de Administração lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 019/2016

	PORTARIA Nº 019/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS, ocupante do Cargo de Assistente de Tributação lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 12/14 a 12/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 020/2016

	PORTARIA Nº 020/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal IVANIR FALKOSKI, ocupante do Cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 021/2016

	PORTARIA Nº 021/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal TAIS APARECIDA DE AMARANTE, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Assistência Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 022/2016

	PORTARIA Nº 022/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal LEANDRO NEUHAUS, ocupante do Cargo de Agente de Administração exercendo a função de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 023/2016

	PORTARIA Nº 023/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal SINANDRO JOSÉ DE BARBA, ocupante do Cargo de Agente de Administração exercendo a função de Controlador Interno, lotado no Gabinete do Prefeito no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 07/14 a 07/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 024/2016

	PORTARIA Nº 024/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ALINE MARA ENGEL, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 09/14 a 09/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 025/2016

	PORTARIA Nº 025/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal JANICE KELLI DEFAVERI NYLAND, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 026/2016

	PORTARIA Nº 026/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal EDINA BENELLI CICHELERO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Especial I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 02/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 027/2016

	PORTARIA Nº 027/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ELIETE MASKOSKI, ocupante do Cargo de Técnica em Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 028/2016

	PORTARIA Nº 028/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ADRIANO SIMIONATO, ocupante do Cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA Nº 029/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Funcionária Municipal GENI TEREZINHA VALER, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 03/14 a 03/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIA Nº 030/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FRANCIELI BRUSCO, ocupante do Cargo de Engenheira Agrônoma, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIA Nº 031/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ADRIANE BIANCHET, ocupante do Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, Fiscal de Tributos e Obras, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA Nº 032/2016
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDORES MUNICIPAIS DO MAGISTERIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei...

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente Portaria CONCEDIDA Progressão por Desempenho aos seguintes Professores Municipais lotados na Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, na ordem de 2% (dois por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME Lei Municipal 628/2014 em seus artigos 34 a 37.

DEDIANE FALKOSKI DE BEN;
DELISA ENGEL;
GIANE R. MARINHO DA SILVA;
INÁCIO LUIZ SALING;
JANETE SCHWERTZ;
LAURA MARIA ROGOSKI;
SANDRA MARIA DRAGO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA Nº 033/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ADRIANO PEREIRA, ocupante do Cargo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 09/14 a 09/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA Nº 034/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal CELIA MARKENDORF, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 04/01/2016 a 27/01/2016, relativo ao período aquisitivo 11/14 a 11/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA Nº 035/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARCIANA PASQUALOTTO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA Nº 036/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VANDERLEI JOSÉ ZANELLA, ocupante do Cargo de Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 05/14 a 05/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA Nº 037/2016
NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADO o servidor Municipal NILVO PEREIRA, CPF nº 020.557.709-18, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

Registrado e publicado
Em data supra.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIA Nº 038/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARISTELA DE FÁTIMA VALLER, ocupante do Cargo de Secretária Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 039/2016

PORTARIA Nº 039/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FLAVIA REGINA SCHINATO, ocupante do Cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIA Nº 040/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal FLAVIO VEIVERBERG ROHRIG, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, relativo ao período aquisitivo 04/14 a 04/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2016

DECRETO Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA A PREGOEIRA, PREGOEIRA SUBSTITUTA E A EQUIPE DE APOIO PARA PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO, PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º, inc. IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com o art. 7º, inc. II, do Decreto federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, com o art. 5º, do Decreto federal nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000 e com os arts. 9º, 10 e 11 do Decreto municipal nº 0041, de 09 de fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer a função de PREGOEIRA na realização de Pregões Presenciais e Eletrônicos de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo, a servidora Elma Neli dos Santos Furtado.

Art. 2º. Ficam também nomeadas para a Equipe de Apoio da Pregoeira, as servidoras Silvia Vargas Glaner, Cheila Brandino e Sônia Menegon.

Art. 3º. Nos impedimentos e ausências da Pregoeira assumirá como PREGOEIRA SUBSTITUTA, a servidora Silvia Vargas Glaner, permanecendo as demais nomeadas no art. 2º, como sua Equipe de Apoio.

Art. 4º. A Pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial, sempre que se fizerem necessários.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito de Fraiburgo-SC

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 002/2016

DECRETO Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as servidoras Silvia Vargas Glaner (Presidente), Elma Neli dos Santos Furtado (Vice-Presidente), Sônia Menegon (Secretária) e Cheila Brandino (Membro), para comporem a Comissão Permanente de Licitações de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo, pelo período de 01 (um) ano.

§ 1º. Nos impedimentos e ausências da Presidente assume as funções a Vice-Presidente.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito de Fraiburgo - SC

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 01/2016

CONTRATO Nº 01/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA,
INFO-VR – TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob CNPJ nº 01.616.039/0001-0, com sede física à Rua Adolfo Soletti, 750, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado apenas CONTRATANTE e de outro lado a empresa INFO-VR – TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 08.662.246/0001-30, com sede a Avenida Jorge Lacerda, 1017, no município de Vidal Ramos, neste ato representada pelo seu Gerente Senhor EVALDO ROCHA, portador do CPF nº 291 950 049 04, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de geração e publicação dos relatórios apontados na Cláusula Terceira, referente ao exercício de 2016, e serviços mensais complementares de manutenção, atualizações, assistência técnica e publicação dos relatórios no Sistema de Contas Públicas".

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

2 - Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

3 - Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

3.1 - Oferecer espaço em hospedeiro próprio para hospedagem dos relatórios das Contas Públicas e demais relatórios de transparência conforme segue;

3.1.1 - Relatórios dos Balanços Anuais;

3.1.2 - Relatórios dos Orçamentos Anuais;

3.1.3 - Relatórios Bimestrais da LRF – Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

3.1.4 - Relatórios Quadrimestrais da LRF – Relatório de Gestão Fiscal;

3.1.5 - Relatórios Mensais Obrigatórios do Setor de Compras e Contabilidade

3.2 - Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software à legislação vigente;

3.3 - Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;

2.4 - Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Constituem obrigações da Contratada:

4.1.2 - Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;

4.1.2 - Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

4.2 - Constituem obrigações da Contratante:

4.2.1 - Encaminhar mensalmente para a Info-VR (via correio), após o fechamento do balancete mensal, um backup do sistema de contabilidade e compras.

3.1.2 - Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

4.1 - Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, serviços de hospedagem e serviços de geração e publicação dos relatórios descritos no item 1 da cláusula terceira a Contratante pagará à Contratada a importância total de 3.861,36 (três mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 321,78 (trezentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), e serão pagos até o 10º dia o mês subsequente a prestação do serviços, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

6 - O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

9- O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, que se iniciam a partir do dia 01 de janeiro com termino no dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado por até 03 (três) iguais períodos, por acordo entre as partes, sempre nas mesmas condições, conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8 - O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS

9.1 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

9.2 - Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Projeto Atividade 2.005 – Manutenção da Sec. de Administração e Finanças.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0110

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10 - As partes elegem o Foro da Comarca de CURITIBANOS/SC com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

10.2 - Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Frei Rogério –SC, 29 de Dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO
Contratante

INFO-VR – TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas:

1) Genesio Rinaldi 2) ALGUÉM DA EMPRESA
CPF: 384 587 809 68 CPF:

CONTRATO 02/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2016S
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:
INFO DIGITALLE - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO DOCUMENTAL LTDA - ME

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, 750, CNPJ nº 01 616 039 0001 09, na cidade de Frei Rogério-SC, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa INFO DIGITALLE - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO DOCUMENTAL LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor JOSÉ DA SILVA, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA

referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2016, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 3.862,20 (três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 321,85 (trezentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos), sendo R\$ 273,28 (duzentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos) pelo item 1.1, R\$ 48,57 (quarenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) pelo item 1.2 da clausula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 99,86 (noventa e nove reais e oitenta e seis centavos) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,99 (noventa e nove centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 144,25 (cento e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 – Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º – Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da Locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e terão a seguinte classificação orçamentária:

4.1.2 – Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 02 – Secretaria de Administração e Finanças

Projeto Atividade 2.005 – Manutenção da Sec. de Adm. e Finanças
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0110

CLÁUSULA QUINTA – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1.1 – O sistema gedoc é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato, que pode ser instalado em 01 (um) único computador/servidor e em até 03 (três) computadores conectados em rede.

5.1.2 – É vedada a cópia ou distribuição do sistema gedoc e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema está protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 – É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários, assim como também é vedada a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

5.1.4 – Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;
- c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;
- d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;
- e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:
 - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;
 - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;
 - dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.2 – Caberá a CONTRATADA:

- a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.
- b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.
- c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.
- f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TREINAMENTO

7.1 – O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;
- b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;
- c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;
- d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO

8.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por

erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º – Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficará arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetivada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 – A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

- a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;
 - b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;
 - c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;
 - d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;
 - e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
 - f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.
- § 1º – As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º – A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30

(trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de CURITIBANOS -SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 3 (tres) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Frei Rogério-SC, 29 de dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Genésio Rinaldi

CPF nº 384 587 809 68

Nome: alguém da empresa

CPF

CONTRATO 03/2016

CONTRATO Nº 0037/20154

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE, POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM:
O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, Centro na cidade de Frei Rogério-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01 616 039 0001 09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante identificado apenas como CONTRATANTE; e de outro lado a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê (SC), inscrição no CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93, neste ato representa pelo sócio gerente senhor PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA, doravante identificada apenas como CONTRATADA; ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam, na forma estabelecida, tudo de acordo com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS DO CONTRATO:

1.1. O presente Contrato tem por objeto:

1.1.1. A locação de SOFTWARE de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, contemplando a disponibilização do Módulo "Controle Interno";

1.1.2. A prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação, suporte e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma anexo, ou de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. A execução do presente instrumento contratual dar-se-á sob a forma de contratação direta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. O presente contrato tem a vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de Dezembro de 2016, podendo ser aditivado por mais 12 meses, por interesse das partes, sempre nas mesmas condições.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. O Município pagará o valor total de R\$ 3.348,72 (três mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 279,06 (duzentos e setenta e nove reais e zero seis centavos) vencíveis sempre no dia 10 do mês imediatamente posterior ao de referência, mediante a apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. Para cobrir as despesas do item I da CLÁUSULA QUARTA, fica a contabilidade autorizada à efetuar o empenhamento prévio na seguinte dotação orçamentária da legislação vigente:

5.1.1. Órgão 02 – Chefia do Executivo

Unidade 02 – Secretaria de Administração e Finanças

Projeto atividade 2.007 – manutenção do controle interno

3.3.90.00.00.00.00.0110

CLÁUSULA SEXTA – DA LICITAÇÃO:

6.1. Conforme preceitua o artigo 24 da Lei 8.666/93, atualizada, este contrato fica dispensado do processo licitatório por não atingir o limite mínimo exigível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Pela supervisão, gerência e controle de utilização dos SISTEMAS, incluindo:

6.1.1. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos SISTEMAS;

7.1.2. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha das máquinas; e

7.1.3. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização dos equipamentos da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Caberá à CONTRATADA:

8.1.1. Instalar os SISTEMAS objeto deste Contrato e treinar pessoal da CONTRATANTE na utilização dos mesmos.

7.0.2. Prestar suporte por telefone, fax, ou Internet, durante a vigência contratual.

8.1.3. Manter informado o técnico da CONTRATANTE encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhes as informações necessárias.

8.1.4. Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos SISTEMAS, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas.

8.1.5. Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos SISTEMAS da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DO TREINAMENTO:

9.1. A didática do treinamento de utilização do software ao usuário ficará à critério da CONTRATADA, devendo ser observados as seguintes condições básicas:

9.1.2. O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de usuários diretos do Software, a serem treinados, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

9.1.3. O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de responsáveis indiretos, cujo objetivo será de dar suporte direto do

local de execução dos serviços públicos, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

9.1.4. Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA poderá realizar o treinamento, em uma única etapa, sem obrigações de repetição, sempre comprovadamente com relatório circunstanciado do treinamento.

9.1.5. O treinamento constará de apresentação geral dos SISTEMAS, acompanhamento de toda a documentação ao nível de usuário.

9.1.6. O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios, sua respectiva análise e finalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MANUTENÇÃO:

10.1. Entendida manutenção como a obrigação da CONTRATADA manter os SISTEMAS de acordo com as especificações a seguir:

10.1.1. Corrigir eventuais falhas dos SISTEMAS, desde que originados por erro ou defeito dos mesmos, transferindo versões e correções via internet.

10.1.2. Alterações de SISTEMAS em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação, desde que tais mudanças não influenciem na estrutura básica dos SISTEMAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES DOS SISTEMAS:

11.1. As alterações dos SISTEMAS, não cobertas pela manutenção; entendendo-se por alterações:

11.1.1. Mudanças de qualquer natureza em programas já definidos e elaborados para atender as necessidades do MUNICÍPIO após a aceitação do termo de implantação.

11.1.2. Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE para atender suas necessidades legais ou operacionais.

11.1.3. Alterações dos SISTEMAS em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos mesmos.

11.1.4. Auxílio na recuperação dos SISTEMAS em possíveis problemas originados por erros de operação, queda de energia, falha dos equipamentos, desde que não existam backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança.

11.1.5. Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização dos SISTEMAS, em função da substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos e outras ocorrências pertinentes.

11.1.6. Assessoria, consultoria ou elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos SISTEMAS após a implantação e utilização de cada uma das rotinas dos SISTEMAS.

11.1.7. Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas, em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

11.2. As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pela CONTRATANTE, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA em seu domicílio, via fax, correio eletrônico (E-mail), acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via Internet, para os endereços pactuados da CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários dos SISTEMAS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MIGRAÇÃO DOS DADOS:

12.1. A migração dos SISTEMAS existentes para o sistema objeto deste contrato, será mediante arquivos em formato texto gerados pela CONTRATANTE, após a assinatura deste Instrumento contratual, desde que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

13.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tornadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer

parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:

14.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará na rescisão do presente Contrato, observando-se:

14.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.2. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.1.3. Em caso de inadimplemento de obrigações aqui pactuadas, por qualquer uma das partes, o presente será rescindido ou suspenso.

14.1.4. A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão, na forma do art. 55, IX, c/c art. 77, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de CURITIBANOS-SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda do presente.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, em (4) quatro vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Frei Rogério, 29 de dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Contratada

Testemunhas:

Genesio Rinaldi

CPF: 384 587 809 68

2) alguém ai da empresa

CONTRATO 04/2016

CONTRATO Nº 04/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, nº 750, centro, na cidade de FREI ROGÉRIO – SC, inscrito no CNPJ nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 569.572.629/87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.072.953/0001-16, localizada na Rua Major Navarro Lins, 692 – Joinville - SC, neste ato representada pela sócia/administradora, senhora KARLA JANZ, inscrita no CPF sob o nº 773.570.609/00, doravante denominado CONTRATADA, tem entre si ajustado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições adiante aduzidas:

1. DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLAVIANET® – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, confere à CONTRATANTE a licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico conforme especificado neste Contrato.

1.2 - Entende-se por Software, o conjunto de programas executáveis por computador, e respectiva documentação técnica que acompanham o produto.

2. DO PRAZO

2.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de doze meses, iniciando-se em 01/01/2016, e com término em 31/12/2016, sendo certo que poderá ser renovado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses, conforme disposto no inciso IV, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo assinado pelas partes.

3. DO VALOR DO CONTRATO

3.1 - O presente Contrato terá valor global de R\$ 4.320,60 (quatro mil trezentos e vinte reais e sessenta centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 360,05 (trezentos e sessenta reais e zero cinco centavos) correspondente à manutenção e suporte.

3.2 - Os pagamentos serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil posterior à data de apresentação da fatura/nota fiscal de serviços.

3.3 - Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados ou sem existência da correspondente prestação dos serviços.

3.4 - O valor da mensalidade para manutenção do sistema, somente será reajustado, após o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M FGV, ou na falta desses, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento da CONTRATADA, com o prazo de até 30 (trinta) dias anteriores aos reajustes anuais.

3.5 - À CONTRATADA fica vedado negociar, efetuar a cobrança ou o desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na CONTRATANTE.

3.6 - A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos, importância que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA por força deste Contrato.

3.7 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresse consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

3.8 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha, direta e indiretamente a provocar ou causar para CONTRATANTE, ou para terceiros.

3.9 - Não existirá qualquer vínculo Contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a CONTRATADA.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato estão previstas e garantidas no orçamento vigente com a seguinte codificação:

4.2 - Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Projeto Atividade 2.015 – Manutenção da Educação Básica. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0186

5. DAS APLICAÇÕES GERAIS

5.1 - A prestação dos serviços de atualização se dará nas seguintes modalidades:

5.1.1 - Corretiva, que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento do Software, podendo a critério da empresa, limitar-se à substituição da cópia com falhas por uma cópia corrigida;

5.1.2 - Adaptativa, visando adaptações legais para adequar o Software a alterações da Legislação, desde que não impliquem em

desenvolvimento de novos relatórios/telas, novas funções ou rotinas ou ainda, alterações na estrutura de arquivos do Software;

4.0.3 - Evolutiva, que visa garantir a atualização do Software, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento CONTRATADA.

5.2 - Entende-se por atendimento técnico os serviços prestados através de meios de comunicação ou assessorias técnicas, para identificação de problemas ligados diretamente ao uso do Software.

5.3 - Atendimento técnico remoto – Esse atendimento será feito por técnico da CONTRATADA, por meio de ferramenta específica, indicada por esta e se dará através da conexão de equipamento da CONTRATADA com equipamento da CONTRATANTE.

5.4 - A CONTRATANTE obriga-se a disponibilizar equipamento/plataforma de hardware e conexão de origem idônea, inclusive no caso de ambiente web/internet, que possibilite a instalação e correta utilização dos Softwares objetos do presente contrato, bem como mantê-los atualizados, de forma a possibilitar a instalação de novas versões dos Softwares lançadas.

5.5 - Atualização de Softwares motivada por alterações no ambiente operacional, plataforma de hardware ou na estrutura organizacional da CONTRATANTE, deverá ser solicitada formalmente, podendo ser executada após estudo prévio e orçamento da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE.

5.6 - Adaptações de Software, ainda que impliquem em novos relatórios, novas funções, novas rotinas ou alterações nos arquivos, serão orçadas e cobradas, caso a caso, mediante aprovação da CONTRATANTE.

6- DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato somente poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, e a qualquer tempo, mediante aviso prévio e expresse de 15 (quinze) dias.

6.2 - O Contrato poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas, não sanada pela parte inadimplente no prazo de notificação enviada pela outra parte.

6,3 - Ao término ou rescisão do presente instrumento, cessará de pleno direito, o uso do ESCOLAVIANET® pelo CONTRATANTE, bem como a prestação dos serviços de hospedagem, suporte e manutenção, objetos deste contrato, obrigando-se a CONTRATADA a entregar os dados em formato universal.

7- DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - A CONTRATANTE obriga-se a Lei de Licitações, qual seja a Lei 8.666/93 em seu total cumprimento especialmente os requisitos exigidos para habilitação e manutenção do Contrato.

8- FORO

8.1 - As partes elegem o foro da Comarca da cidade de CURITIBA-NOS-SC, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento em três vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Frei Rogério, 30 de dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME

Contratada

Testemunhas:

Nome: Genésio Rinaldi

CPF: 384 587 809 68

Nome: ALGUEM DA EMPRESA

CPF:

PRAZO DE VALIDADE DA ATA Nº 20/2015 = TUBOS DE CONCRETO = PREMIRA PUBLICAÇÃO = JANEIRO DE 2016

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 020/2015, provenientes do processo licitatório nº 024/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2015, Registro de Preços nº 07/2015, do município de Frei Rogério, firmada no dia 01/10/2015, com o seguinte fornecedor: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA - ME, encontra se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 28 de dezembro de 2015

Copia da ata em sua integra e ou informações poderão serem obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal , na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 e ou do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 428/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 428/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULIANA WEBSTER TEIXEIRA BRASIL

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 01/12/2015 até 01/12/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 429/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 429/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIA RAQUEL SIEBEN DE OLIVEIRA

Objetivo: PSICOLOGO NASF 20HS

Valor: R\$ 894,26 (oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) mensais

Vigência: De 01/12/2015 até 01/12/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 430/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 430/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNO ROSSO BIANCHI

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 11.316,12 (onze mil trezentos e dezesseis reais e doze centavos) mensais

Vigência: De 10/12/2015 até 10/06/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 431/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 431/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA PAULA DE ABREU BASTOS

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 11.316,12 (onze mil trezentos e dezesseis reais e doze centavos) mensais

Vigência: De 11/12/2015 até 11/06/2016, prorrogável conforme legislação vigente

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2015

FICAM HOMOLOGADO o Resultado Parcial do Processo Seletivo, Edital n.º 015/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: Merendeira – 40 horas

Nº Inscrição	Candidato
109	Andrea de Amorim Carlsem
116	Daniele Lingner Oscar
055	Zelina A. Soares de Freitas
207	Eliane Bento
114	Mª Madalena T. Puchalski
193	Luciana do Nascimento
165	Rosélia do N. Oliveira
183	Gislei Aparecida da C. Campos

CARGO: Servente – 40 horas

Nº Inscrição	Candidato
110	Iara Santos
240	João Daniel Marques
034	Lisiane Duarte
241	Volnei de Souza
219	Rosimaria Rodrigues
214	Meryvone Mª Cardoso
044	Valcira de Medeiros
035	Amarildo Rodrigues
147	Mª Salete Vieira de Souza
208	Neide Custódio Machado
140	Rozineia P. Machado da Rosa
164	Zilma dos S. Abreu
071	Malvina Soares Estácio
107	Dalva Maria da Rocha
025	Mercedes Batista Cardoso
050	Maurina Gonçalves
058	Juliana Zilli Valnier
101	Carmina Amorim
06.4	Regina Sebastião Dias
175	Silvia Alves Flor
002	Maria Laura Martins
162	Sebastiana de Oliveira
222	Lidia Santana Soares da Silva
088	Edemir Torquato
233	Rosa Maria Furtado Scheidt
004	Rosilei de Paula
042	Elizabete Pereira

Garopaba, 30 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 04/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1010/2015.

PORTARIA N.º 1010, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidas através da Portaria n.º 555/2014 e suspensas através da Portaria n.º 602/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora FRANCINI PEDRO MIGUEL, Matrícula Funcional n.º 4624, no período de 25/11/2015 à 14/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1011/2015.

PORTARIA N.º 1011, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Vigilante, no período de Dezembro de 2015:

MATRICULA	Nome
6107	Adão de Souza
6251	Adriana Bessa da Silva
6046	Aldemir Marques dos Santos
5779	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
3764	Ana Maria de Souza Roecker
5804	Atanásio Gonçalves Filho
6211	Carlos Eduardo de Abreu
6100	Clemir Zanelato
6289	Danúbia Cascaes Lopes
5830	Fabiúla Rodrigues Garcia
5784	Giselle de Souza Silva
6102	Luciane dos Santos
6181	Maria Aparecida Bernardino Fernandes
3759	Maria Aparecida dos Santos
5831	Maria Raimunda Miranda Dos Santos
6247	Priscila Gonçalves Bernardi

3643	Rozilda de Amorim
6158	Simone Feitosa dos Reis
6292	Rosana Regina Brito das Mercês
3554	Rosinete Cardoso Rodrigues
0794	Mariana da Silva
6262	Tais Chagas da Veiga
3595	Sueli Terezinha dos Santos
6248	Vanessa Márcia Ravievcz Taqbaczinski

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1012/2015.

PORTARIA N.º 1012, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 30 (trinta) dias, concedidas através da Portaria n.º 606/2012 e suspensas através da Portaria n.º 607/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora LÉIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0297, no período de 01/12/2015 a 08/12/2015 e de 12/12/2015 a 02/01/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1013/2015.

PORTARIA N.º 1013, 01 DE DEZEMBRO 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal

n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professora matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 24/11/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/11/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1014/2015.

PORTARIA N.º 1014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE, matrícula funcional n.º 4540, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 29 de novembro de 2015, por motivo de falecimento do filho.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/11/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2015
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1015/2015.

PORTARIA N.º 1015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JOSE TEIXEIRA DA SILVA, Contrato n.º 347/2015, em 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1017/2015.

PORTARIA N.º 1017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MAYTÊ CECÍLIA MARCELINO MARTINS, Professora, matrícula funcional n.º 6035, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 18/09/2015 a 02/10/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1018/2015.

PORTARIA N.º 1018, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARIA ELENA DA SILVA FREITAS, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5286, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 09/10/2015 a 01/12/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1019/2015.

PORTARIA N.º 1019, 04 DE DEZEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/12/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1020/2015.

PORTARIA N.º 1020, 04 DE DEZEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) TELMA DA ROSA MORAES MARTINS, Professor matrícula funcional n.º 0750, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 08/12/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1021/2015.

PORTARIA N.º 1021, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Matrícula Funcional n.º 0734, referente à 2014/2015, no período de 07/12/2015 à 05/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1022/2015.

PORTARIA N.º 1022, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA À PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À PATERNIDADE, nos termos do art. 134, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor CLEMIR ZANELATO, Vigilante, matrícula funcional n.º 6100, pelo período de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir de 19/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 19/10/2015.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1023/2015.

PORTARIA N.º 1023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 5055, referente à 2014/2015, no período de 07/12/2015 à 05/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1024/2015.

PORTARIA N.º 1024, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ALEXANDRE DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 5037, referente à 2014/2015, no período de 11/12/2015 à 20/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1025/2015.

PORTARIA N.º 1025, 07 DE DEZEMBRO 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JANETE ZEFERINA TEIXEIRA, Merendeira matrícula funcional n.º 0781, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 16/12/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1026/2015.

PORTARIA N.º 1026, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MERCEDES BATISTA CARDOSO, Contrato n.º 141/2015, em 11/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1027/2015.

PORTARIA N.º 1027, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUANA TEREZA SILVANO, Atendente De Consultório Dentário, matrícula funcional n.º 6074, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 03/12/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/12/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1028/2015.

PORTARIA N.º 1028, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 17 (dezesete) dias, concedidas através da Portaria n.º 816/2015 e suspensas através da Portaria n.º 867/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, no período de 14/12/2015 à 30/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1029/2015.

PORTARIA N.º 1029, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 08/12/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor ARTUR GUIMARÃES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5684, concedidas através da Portaria n.º 968/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1030/2015.

PORTARIA N.º 1030, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 16 (dezesesseis) dias, concedidas através da Portaria n.º 448/2015 e suspensas através da Portaria n.º 469/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora FRANCINI PEDRO MIGUEL, Matrícula Funcional n.º 4624, no período de 15/12/2015 à 30/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1031/2015.

PORTARIA N.º 1031, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SIMONI TOMAZ NASCIMENTO ZUCHETO, Matrícula Funcional n.º 5780, referente à 2014/2015, no período de 17/12/2015 à 31/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1033/2015.

PORTARIA N.º 1033, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BRUNA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 5708, referente à 2014/2015, no período de 07/12/2015 à 21/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 07/12/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1034/2015.

PORTARIA N.º 1034, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANGÉLICA DE VARGAS, Matrícula Funcional n.º 5666, referente à 2014/2015, no período de 21/12/2015 à 30/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1035/2015.

PORTARIA N.º 1035, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) IGOR GONÇALVES BATISTA, Chefe da Divisão de Esporte de Base, matrícula funcional n.º 5550, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 29/12/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1036/2015.

PORTARIA N.º 1036, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SANDRA REGINA BOTZAN MARIA, Matrícula Funcional n.º 5579, referente à 2014/2015, no período de 28/12/2015 à 26/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1037/2015.

PORTARIA N.º 1037, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ELIZA SOUZA DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 5584, referente à 2014/2015, no período de 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1038/2015.

PORTARIA N.º 1038, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora NEREIDE PINTO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0102, referente à 2014/2015, no período de 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1039/2015.

PORTARIA N.º 1039, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4284, referente à 2014/2015, no período de 04/01/2016 à 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1040/2015.

PORTARIA N.º 1040, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JOÃO FABIO THIVES MARGARIDA, Contrato n.º 171/2015, em 11/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1041/2015.

PORTARIA N.º 1041, DE 09 DE DEZEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DULCINEIA DE CAMPOS, Professora matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/12/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1042/2015.

PORTARIA N.º 1042, DE 09 DE DEZEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NATALINA IVANETE DA SILVA, Servente, matrícula funcional n.º 3839, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/12/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1043/2015.

PORTARIA N.º 1043, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) GISELE CRISTINA ROSSI RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 3959, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 23/10/2015,

conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1044/2015.

PORTARIA N.º 1044, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) TELMA DA ROSA MORAES MARTINS, Professora, matrícula funcional n.º 0750, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 30/11/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1045/2015.

PORTARIA N.º 1045, 14 DE DEZEMBRO 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime

Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/10/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/10/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1046/2015.

PORTARIA N.º 1046, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE ZEFERINA TEIXEIRA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0781, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02/12/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1047/2015.

PORTARIA N.º 1047, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 07/12/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/12/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1048/2015.

PORTARIA N.º 1048, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, concedidas através das Portarias n.º 400/2010, 276/2011 e 503/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, no período de 14/12/2015 à 12/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1050/2015.

PORTARIA N.º 1050, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 597/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 4734, no período de 14/12/2015 à 23/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1052/2015.

PORTARIA N.º 1052, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 19 (dezenove) dias, concedidas através da Portaria n.º 851/2015 e suspensas através da Portaria n.º 948/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JULIANO MATTANA, Matrícula Funcional n.º 3712, no período de 28/12/2015 a 15/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1053/2015.

PORTARIA N.º 1053, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 17/12/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 5055, concedidas através da Portaria n.º 1023/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1054/2015.

PORTARIA N.º 1054, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 18/12/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora NEREIDA MONTEIRO, Matrícula Funcional n.º 3727 concedidas através da Portaria n.º 969/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1055/2015.

PORTARIA N.º 1055, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) NATALINA IVANETE DA SILVA, Servente, matrícula funcional n.º 3839, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 07/12/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/12/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1056/2015.

PORTARIA N.º 1056, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 21/12/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Matrícula Funcional n.º 0734, concedidas através da Portaria n.º 1021/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1057/2015.

PORTARIA N.º 1057, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 23/12/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1058/2015.

PORTARIA N.º 1058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DULCINÉIA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 06/12/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/12/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1059/2015.

PORTARIA N.º 1059, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0175, referente a 2008-2013, no período de 04/01/2016 à 04/03/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Gaspar

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 2/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

===== Número do contrato: 2/2015 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 64/2014 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA., (CNPJ nº. 07.336.801/0001-71)

Objeto: Serviços de coleta e transporte de lixo reciclável no Município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 525.373,20 (quinhentos e vinte e cinco mil trezentos e setenta e três reais e vinte centavos).

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 46/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

===== Número do contrato: 46/2014 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 35/2014 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RECICLAR COLETA SELETIVA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA.

Objeto: Alienação dos resíduos sólidos recicláveis com característica domiciliares.

Valor acrescido: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 26/2013 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

===== Número do contrato: 26/2013 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Credenciamento nº: 26/2013 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ do contratado: 00.360.305/1073-32

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.925/2015

DECRETO Nº 2.925/2015.

FIXA NORMAS COMPLEMENTARES AO DECRETO Nº 2.652/2014, O QUAL REGULAMENTA A NFS-e NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 29 do Decreto nº 2.652, de 01 de Setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - As empresas, sediadas no Município de Irineópolis, relacionadas no Anexo I deste DECRETO, são responsáveis pela retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, junto ao contribuinte prestador do serviço, e também por seu recolhimento à Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A retenção de que trata a presente Resolução deverá iniciar-se a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - O recolhimento de que trata este Decreto deve ser realizado até o dia 15(quinze) do mês seguinte ao da prestação do serviço tomado, conforme art. 28 do Decreto nº 2.652/2014.

Art. 4º - O tomador responsável pela retenção e recolhimento do ISSQN que não o reter na fonte ficará responsável solidariamente, junto com o contribuinte prestador do serviço pelo pagamento integral do tributo, inclusive as multas e acréscimos legais, conforme Código Tributário Municipal.

Art. 5º - Ficam as empresas relacionadas no anexo I deste Decreto obrigadas a exigir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS - dos prestadores de serviço localizados fora do Município de Irineópolis, conforme art. 32 do Decreto nº 2.652/2014.

Art. 6º - As empresas relacionadas no anexo I deste Decreto que não exigirem o RANFS de seus prestadores de serviços ficam sujeitas às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, caso haja reincidência.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2.767/2015 e demais disposições em contrário.

Irineópolis, 23 de Dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.767, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ANEXO I

Empresas eleitas como Substitutas Tributárias do ISSQN no Município de Irineópolis/SC.

Inscrição Municipal	Razão Social	CNPJ
1252	AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S/A	75.713.081/0002-57
1570	AGROPECUÁRIA PLANALTO LTDA ME	18.175.948/0001-43
1240	AGROPECUÁRIA VALÕES LTDA - ME	10.263.574/0001-06
809	ANGELO M. BORGES & CIA LTDA - ME	01.838.767/0001-57
006	ANESIO BUZZI & CIA LTDA	85.605.061/0001-35
299	AUTO POSTO PLANALTO NORTE LTDA	75.889.360/0001-95
428	AUTO POSTO VALOES LTDA	79.378.469/0001-19
499	ANTONIO MICHAHOUSKI & CIA LTDA-ME	81.809.840/0001-00
1425	BANCO BRADESCO SA	60.746.948/6991-75
252	BANCO DO BRASIL S. A.	00.000.000/1926-78
1217	BIG SAFRA LTDA	04.834.285/0008-93
1655	BIG SAFRA LTDA	04.834.285/0016-01
1086	BORINI & CIA LTDA - ME	06.243.676/0001-92
1071	CC - INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA	05.627.737/0001-52
1448	CIA BOMSUCESO DE ELETRICIDADE	83.053.736/0002-36
1276	COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS CAÇADOR LTDA - ME	08.489.911/0001-36
315	COMERCIO DE PECAS PLANALTO LTDA	79.421.533/0001-05
1066	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0108-58
1355	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0133-69
1045	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0104-24
715	COOP. CREDITO DE L. ADMISSÃO DE AS DO VALE DO CANOINHAS LTDA	78.834.975/0001-02
1301	COOPERATIVA CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE IRINEOPOLIS	09.433.005/0001-82
1680	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL DO PARANÁ - SICREDI	78.907.607/0017-04
1253	COOP. DE ORG. PROD. E COMERC. SOLIDO PLAN. NORTE- SC	08.375.640/0001-98
2508	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0071-06

2507	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0080-99
1146	CRISTOFOLINI & CRISTOFOLINI LTDA	07.896.505/0001-25
1246	DB S.A. COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	09.313.141/0033-16
904	ELVIS PREISLER - ME	03.351.238/0001-50
1375	ERVA MATE RODRIGUES LTDA - ME	12.842.049/0001-70
1306	ERVATEIRA VALÕES LTDA	11.324.405/0001-00
1314	FLEXIV IND COM. EXP. E IMP. DE PROD MEDICOS E ODONT. LTDA	10.940.423/0001-45
1685	FLORINVEST INVESTIMENTOS FLORESTAIS LTDA	04.945.976/0005-11
1261	GILDEMAR LEANDRO - ME	10.574.248/0001-10
1265	G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA - EPP	85.190.668/0002-82
048	G RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA	81.642.811/0005-11
1566	GUILHERME JOSE ANASTACIO DE SOUZA NETO - ME	09.544.907/0001-96
1505	HELOISA ROSINSKI	16.422.787/0001-10
277	HERBERT MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	77.143.402/0005-01
1113	HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA	80.752.959/0002-01
296	IPE-COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	81.584.971/0001-28
1100	IRINEOPOLIS CONSTRUÇOES LTDA - ME	06.984.961/0001-64
1416	JONAS JOSE ZIENTARA - ME	13.879.601/0001-68
1137	JORGE CARLOS PASCOSKI	07.556.420/0001-06
1099	L.C.R. - LOTERIAS LTDA	06.881.573/0001-58
1179	LINDOLFO JUNG - ME	08.543.740/0001-86
849	LECH & CIA LTDA	02.420.892/0001-05
1597	LUCCA & CIA LTDA - EPP	19.171.497/0001-39
1494	MADEIREIRA SENN LTDA - ME	15.584.132/0001-85
1747	MADEIREIRA THOMASI S A	81.637.431/0005-99
965	MARCOS ROBERTO MOECKE - ME	82.054.800/0001-50
1337	MARIA ALCI TURKOT HORN - EPP	11.796.822/0001-47
1272	MARITZA MARTINS - ME	10.734.186/0001-66
1268	MERCADO PAVARIN E BEKOU LTDA - ME	10.640.970/0001-05
1378	MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA	05.968.861/0002-62
1641	MOVATA B M COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS - ME	20.220.258/0001-00
1603	O.L.COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	19.292.000/0001-30
305	PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS - ARTEFATOS DE CIMENTO E EST. METAL	79.313.896/0001-19

1201	R.J. FLEITH & CIA LTDA	08.993.091/0001-15
137	RENATO WALTER SCHUSTER & CIA LTDA	85.605.715/0001-20
1513	SILVIO CESAR TRETTO E CIA LTDA-ME	17.201.111/0001-69
901	SWEDISH MATCH DO BRASIL S.A.	33.016.338/0031-06
769	TONI CEREALISTA LTDA	01.591.198/0001-98
1008	TONI CEREALISTA LTDA - FILIAL	01.591.198/0002-79
735	TRETTO & CIA LTDA EPP	00.897.730/0001-37
1135	TRETTORS PEÇAS E VEÍCULOS LTDA - ME	07.614.516/0001-75
652	TURKOT & CIA LTDA	73.511.255/0001-92
1083	VANDERLEI ANTON - ME	06.196.914/0001-56
1684	VERITA FLORESTAL LTDA	17.471.126/0003-09
1073	WILLE E CIA LTDA	06.102.866/0001-90

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1/2016

Portaria nº 1 de 4 de janeiro de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de janeiro de 2016, Marlise Fritzen Korbes matrícula nº 14716/01, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/1/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 4 de janeiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2/2016

Portaria nº 2 de 4 de janeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Rosimere de Souza, sob matrícula nº 12556/01 para substituir o servidor municipal Rainer Pedro Dill, ocupante da função de Responsável pela Limpeza e Manutenção dos Banheiros Públicos, o qual estará de férias no período de 4/1/2016 até 2/2/2016.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais, no percentual de 30% (trinta por cento) em Função Gratificada calculado sobre o vencimento base da servidora, conforme prevê os artigos 38 e 39 da Lei Complementar nº 39 de 12 de julho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 4 de janeiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada em data supra

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Laguna

PREFEITURA

LC 330/15 - REPUBLICAÇÃO - OF CML 288/15

REPUBLICAÇÃO - OFÍCIO CML 288/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 330 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, CONSOLIDANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. EVERALDO DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores da Administração Direta do Município de Laguna, abrangendo os cargos de provimento efetivo, cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas, reger-se-á pelas disposições da presente Lei Complementar.

Art. 2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório terão como base:

- I – a natureza e o grau de responsabilidade e complexidade dos cargos;
- II – os requisitos para investidura;
- III – a qualificação profissional;
- IV – o desempenho.

Art. 3º O regime jurídico aplicado aos servidores de que trata esta Lei Complementar é o estatutário.

Art. 4º O quadro de servidores do Município é constituído de:

- I – cargos efetivos;
- II – cargos em comissão;
- III – função gratificada.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo estão reunidos nos seguintes grupos operacionais:

- I - Atividade de Nível Básico - ANB;
- II - Atividade de Nível Médio 1 - ANM1;
- III - Atividade de Nível Médio 2 - ANM2;
- IV - Atividade de Nível Médio Técnico - ANT;
- V – Atividade de Nível Técnico da Saúde – ANTS;
- VI - Atividade de Fiscalização - AF
- VII - Atividade de Fiscalização da Saúde - AFS;
- VIII - Atividade de Nível Superior - ANS;
- IX - Atividade de Nível Superior da Procuradoria - ANSP; e
- X - Atividade de Nível Superior da Saúde - ANSS.

Art. 7º A descrição dos cargos de provimento efetivo, o vencimento, o número de vagas e a respectiva jornada de trabalho constam do Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º Eventuais diferenças entre o vencimento fixado no Anexo referido neste artigo e a remuneração atualmente percebida pelo servidor serão identificadas na folha de pagamento como vantagem pessoal, sendo consideradas para todos os efeitos legais.

§ 2º As atribuições e habilitação dos cargos de que trata este artigo estão estabelecidas no Anexo VII desta Lei Complementar.

Art. 8º O cargo efetivo de Advogado, remunerado por vencimento, passa a ser denominado de Procurador Municipal, código ANSP 1.

Parágrafo único. O valor do vencimento do cargo efetivo de Procurador Municipal, não poderá ser inferior a 9/10 do valor do subsídio do Procurador Geral.

Art. 9º Os cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e respectivo vencimento constam do Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As atribuições e a habilitação dos cargos a que se refere este artigo constam do Anexo X desta Lei Complementar.

Art. 10 Os cargos de natureza especial, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e respectivo subsídio constam do Anexo III desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos a que se refere este artigo constam do Anexo VIII desta Lei Complementar.

Art. 11 As gratificações pagas pelo Poder Executivo, serão reduzidas pela metade, de forma uniforme para todos os servidores que a percebam, quando o limite de gasto com pessoal ultrapassar o limite prudencial de 95%, conforme dispõe o parágrafo único do art. 22 da L.C. 101/2000.

Parágrafo único. A redução prevista neste artigo permanecerá até que seja realizada a adequação de gastos ao limite prudencial.

Art. 12 As funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores efetivos de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º O servidor efetivo, quando designado para desempenhar função de confiança, fará jus a uma gratificação na forma da Lei, vedado o pagamento de adicional pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º A gratificação de que trata o caput deste artigo não incorpora ao vencimento do cargo efetivo.

§ 3º O número de funções gratificadas e valor da gratificação devido estão estabelecidos no Anexo IV da presente Lei Complementar.

Art. 13 "Vetado".

Art. 14 O servidor ocupante de cargo efetivo e, que não esteja em estágio probatório, que apresentar título, devidamente registrado no órgão competente, superior àquele exigido para o cargo para o qual foi concursado, seja ele da área da saúde, educação ou administração, terá direito ao adicional de titulação estabelecido no Anexo V desta Lei Complementar.

§ 1º O adicional de titulação somente poderá ser concedido, mediante requerimento formal do Interessado, junto ao Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna, ao qual devem ser juntados os seguintes documentos:

- I - cópia autenticada do certificado que justifica o pedido, com comprovação de seu registro no Ministério da Educação; e
- II - cópia da carteira de identidade do servidor.

§ 2º A concessão do adicional de titulação deverá ser requerida até o final de cada ano, para pagamento a partir de janeiro do ano subsequente.

§ 3º Somente poderão ser consideradas as titulações de acordo com a área de atuação.

§ 4º O adicional de titulação é uma vantagem pecuniária permanente, nominalmente identificável e o respectivo percentual será calculado sobre o vencimento do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento, sendo irredutível.

§ 5º O adicional de titulação não será cumulativo.

Art. 15 Os Secretários Municipais e os Secretários Adjuntos serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado por lei, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, com exceção ao décimo terceiro vencimento, como também o adicional de um terço de férias.

Art. 16 Os servidores serão lotados nas respectivas unidades administrativas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17 Os cargos efetivos ou permanentes da administração pública municipal, serão providos e remunerados de acordo com a legislação vigente, observando-se as alterações posteriores.

Parágrafo único. Havendo alteração na habilitação, o cargo de habilitação inferior será incluído no quadro de cargos em extinção.

Art. 18 O vencimento percebido pelos servidores municipais será revisto anualmente, na forma da lei.

Art. 19 Os servidores comissionados que a lei atribuir status de secretário, não farão jus ao adicional por tempo de serviço.

Art. 20 As vantagens pessoais decorrentes da progressão funcional e ou eventuais diferenças de vencimentos decorrentes da aplicação da presente Lei, serão consignadas na folha de pagamento como vantagens pessoais, sendo consideradas para todos os efeitos legais.

Art. 21 Os cargos especificados no Anexo VI serão extintos a medida que forem se tornando vagos.

Art. 22 São funções especiais de confiança (identificação, atividades e quantidade), aquelas identificadas no Anexo IX desta Lei, as quais deverão ser preenchidas, por servidores efetivos, com capacidade, competência e habilitação que cada uma delas requer.

Parágrafo único. Pelo desempenho de atividades especiais, o servidor fará jus a uma gratificação equivalente a 50% de seu vencimento.

Art. 23 O vencimento dos servidores ocupantes do cargo de nível básico é igual ao valor do salário mínimo nacional.

Parágrafo único. O vencimento dos demais cargos é aquele que a Lei Municipal fixar.

Art. 24 O Chefe do Poder Executivo poderá estabelecer jornada especial de trabalho no interesse do serviço público, respeitado o limite estabelecido no Estatuto do Servidor.

Parágrafo único. Salvo os casos previstos em Lei, fica respeitada a jornada reduzida de trabalho, para os servidores que prestaram concurso público, com jornada inferior a quarenta horas semanais, sendo neste caso, o valor do vencimento, pago proporcionalmente à jornada realizada.

Art. 25 O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar.

Art. 26 Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016, revogando as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nºs 140/2006, 221/11, 261/13, 273/13 e 286/14.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGOS EFETIVOS, CARGA HORÁRIA, QUANTIDADE E VENCIMENTO

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL BÁSICO - ANB

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	ANB	180	788,00
TOTAL CARGOS – ANB			180	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO 1 - ANM1

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Assistente de Administração	40 horas	ANM1	80	1.018,96
Agente de Proteção Social	40 horas	ANM1	10	1.018,96
Cuidador Institucional	40 horas	ANM1	10	1.018,96
Eletricista	40 horas	ANM1	03	1.018,96
Mecânico	40 horas	ANM1	05	1.018,96
Telefonista	40 horas	ANM1	05	1.018,96
TOTAL CARGOS – ANM1			113	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO 2 - ANM2

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Operador de Máquinas	40 horas	ANM 2A	02	1.838,89
Motorista	40 horas	ANM 2B	40	1.379,55
TOTAL CARGOS – ANM 2			42	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL TÉCNICO - ANT

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Técnico Agrícola	40 horas	ANM	03	1.018,96
Técnico Agrimensor	40 horas	ANM	02	1.018,96
Técnico em Aqüicultura	40 horas	ANM	03	1.018,96
Técnico em Contabilidade	40 horas	ANM	04	1.018,96
Técnico em Processamento de Dados	40 horas	ANM	03	1.018,96
Técnico em Turismo	40 horas	ANM	03	1.018,96
TOTAL DE CARGOS ANT			18	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL TÉCNICO DA SAÚDE - ANTS

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Técnico em Enfermagem	40 horas	ANTS	70	1.081,70
Técnico em Laboratório	40 horas	ANTS	05	1.081,70
Auxiliar de Consultório Dentário	40 horas	ANTS	25	1.081,70
TOTAL DE CARGOS ANTS			100	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO - AF

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Fiscal de Tributos	40 horas	AF 1	10	2.114,45
Fiscal de Serviços Públicos	40 horas	AF 2	02	1.528,44
Fiscal de Obras	40 horas	AF 2	05	1.528,44
TOTAL CARGOS - AF			17	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE - AFS

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Fiscal Sanitário	40 horas	AFS 2	04	1.528,44
TOTAL CARGOS - AF			04	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Engenheiro Agrimensor	40 horas	ANS 1	01	2.940,00
Engenheiro Agrônomo	40 horas	ANS 1	02	2.940,00
Engenheiro Civil	40 horas	ANS 1	05	2.940,00
Engenheiro Químico	40 horas	ANS 1	01	2.940,00
Engenheiro de Pesca	40 horas	ANS 1	01	2.940,00
Arquiteto	40 horas	ANS 1	03	2.940,00
Contador	40 horas	ANS 1	04	2.940,00
Administrador	40 horas	ANS 2	02	2.114,45
Analista de Sistemas	40 horas	ANS 2	03	2.114,45
Bibliotecário	40 horas	ANS 2	02	2.114,45
Economista	40 horas	ANS 2	02	2.114,45
Jornalista	40 horas	ANS 2	03	2.114,45
Médico Veterinário	40 horas	ANS 2	02	2.114,45
Assistente Social	40 horas	ANS 2	27	2.114,45
Psicólogo	40 horas	ANS 2	10	2.114,45
Educador Social	40 horas	ANS 2	10	2.114,45
Assessor de Controle Interno	40 horas	ANS 2	02	2.114,45
TOTAL CARGOS - ANS			80	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA - ANSP

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Procurador Municipal	40 horas	ANSP 1	06	5.400,00
Consultor Jurídico	40 horas	ANSP 2	02	3.500,00
Analista Tributário	40 horas	ANSP 3	02	1.998,37
TOTAL CARGOS - ANSP			10	

GRUPO OPERACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR DA SAÚDE - ANSS

Cargo	Carga Horária	Código	Vagas	Vencimento (R\$)
Médico	40 horas	ANSS 1	40	7.455,96
Odontólogo	40 horas	ANSS 2	29	3.148,49
Enfermeiro	40 horas	ANSS 3	40	2.682,08
Farmacêutico	40 horas	ANSS 4	05	2.343,89
Assistente Social	40 horas	ANSS 5	08	2.114,45
Fisioterapeuta	40 horas	ANSS 5	06	2.114,45
Fonaudiólogo	40 horas	ANSS 5	03	2.114,45
Psicólogo	40 horas	ANSS 5	06	2.114,45
Terapeuta Ocupacional	40 horas	ANSS 5	03	2.114,45
Nutricionista	40 horas	ANSS 5	02	2.114,45
Naturólogo	40 horas	ANSS 5	01	2.114,45
Naturólogo-Massoterapeuta	40 horas	ANSS 5	02	2.114,45
Profissional da Educação Física	40 horas	ANSS 5	06	2.114,45

TOTAL CARGOS - ANSS		151	

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, QUANTIDADE E VENCIMENTO

Cargo	Código	Vagas	Vencimento
Contador Geral	CG 1	01	R\$ 6.000,00
Coordenador de Controle Interno	CG 1	01	R\$ 6.000,00
Chefe de Gabinete - Prefeito	CG 1	01	R\$ 6.000,00
Coordenador Especial de Gabinete	CG 1	01	R\$ 6.000,00
Procurador Administrativo	PG 1	01	R\$ 6.000,00
Procurador de Contratos e Convênios	PG 1	01	R\$ 6.000,00
Procurador Fiscal	PG 1	01	R\$ 6.000,00
Procurador Legislativo	PG 1	01	R\$ 6.000,00
Assessor Jurídico	PG 2	02	R\$ 3.500,00
Ouvidor Geral	CG 3	01	R\$ 3.500,00
Coordenador da Defesa Civil	CG 3	01	R\$ 3.500,00
Médico-Diretor Técnico	DS 1	01	R\$ 7.294,71
Diretor de Departamento	DS 3	43	R\$ 1.118,11
Diretor de Departamento de Tecnologia Educacional	DS 3	01	R\$ 1.118,11
Coordenador	DS 4	54	R\$ 788,00
Coordenador do CAPS	DS 4	01	R\$ 788,00
Coordenador do NASF	DS 4	01	R\$ 788,00
Assessor Especial de Comunicação	AS 1	01	R\$ 2.500,00
Assessor Especial de Planejamento	AS 1	01	R\$ 2.500,00
Assessor Especial de Educação	AS 1	01	R\$ 2.500,00
Assessor Especial de Desenvolvimento Econômico	AS 1	01	R\$ 2.500,00
Coordenador Especial da Saúde Bucal	AS 1	01	R\$ 2.500,00
Assessor de Atenção Básica	AS 2	01	R\$ 2.290,47
Assessor Especial	AS 2	04	R\$ 2.290,47
Assessor de Recursos Humanos	AS 3	03	R\$ 1.998,37
Assessor de Gabinete I	AS 3	02	R\$ 1.998,37
Assessor de Planejamento Governamental	AS 3	04	R\$ 1.998,37
Assessor Parlamentar	AS 3	03	R\$ 1.998,37
Assessor de Gestão Orçamentária	AS 3	01	R\$ 1.998,37
Assessor de Planejamento Tributário	AS 3	04	R\$ 1.998,37
Assessor de Projetos	AS 3	04	R\$ 1.998,37
Assessor de Planejamento da Educação	AS 3	03	R\$ 1.998,37
Assessor de Planejamento e Marketing	AS 3	01	R\$ 1.998,37
Assessor de Ensino Superior	AS 3	02	R\$ 1.998,37
Assessor de Gabinete II	AS 4	04	R\$ 1.162,46
TOTAL		153	

OBS: Os cargos representados pelo código CG 1 possuem status de secretário.

ANEXO III

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, QUANTIDADE E SUBSÍDIO

Cargo	Código	Vagas	Subsídio (R\$)
Secretário Municipal	NE	07	6.000,00
Procurador Geral	NE	01	6.000,00
Secretário Adjunto	NE	07	3.000,00
TOTAL CARGOS – NE		15	

ANEXO IV

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

DENOMINAÇÃO	Nº FUNÇÕES	GRATIFICAÇÃO
Chefe de Divisão	41	R\$ 400,00

ANEXO V

ADICIONAL DE TITULAÇÃO

DENOMINAÇÃO	% ADICIONAL
Adicional de Ensino Fundamental	2,0
Adicional de Ensino Médio	3,0
Adicional de Nível Superior	4,0
Adicional de Especialização	5,0
Adicional de Mestrado	8,0
Adicional de Doutorado	10,0

ANEXO VI

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO

Cargo	Nível	Vagas Ocupadas	Jornada	Vencimento (R\$)
Calceteiro	ANB	01	40 horas	788,00
Carpinteiro	ANB	01	40 horas	788,00
Merendeira	ANB	14	40 horas	788,00
Operário Braçal	ANB	07	40 horas	788,00
Auxiliar de Enfermagem	ANM	14	40 horas	1.000,00
Monitor	ANM	02	40 horas	1.917,78
Técnico em Edificação	ANT	01	40 horas	1.917,78
Oficial de Administração	ANM	05	40 horas	1.018,96
Vigia	ANM	07	40 horas	1.018,96
Fiscal de Tributos	ANM	01	40 horas	1.528,44
Bioquímico	ANS 4	04	40 horas	2.343,89

ANEXO VII

ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

GRUPO OPERACIONAL - ANB

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

HABILITAÇÃO: ensino fundamental - 4ª série

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções relativas às atividades braçais de copa e cozinha, de asseio, higiene, cuidado e monitoramento das dependências internas e externas dos prédios e ambientes da Administração Municipal, tais como: preparar e distribuir as refeições, nas escolas e creches municipais, sob orientação do profissional competente; realizar limpeza e higienização dos móveis, equipamentos e utensílios e dos ambientes internos e externos das repartições públicas municipais; limpeza e higienização das praças, jardins, logradouros, máquinas, equipamentos e veículos da Municipalidade; realizar serviços de translados de materiais e produtos utilizados nas atividades da Administração; executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Municipal. Desempenho de funções inerentes a manutenção e conservação do calçamento das vias e logradouros públicos, desenvolvendo atividades como: realizar atividades de colocação, alinhamento e fixação de calçamento; preparo da base para a colocação do calçamento; realizar serviços de recuperação e reparos no calçamento das vias e logradouros públicos; colocação e meio-fios e construção de muros; preparar transportar e preparar o material utilizado no calçamento; auxiliar na remoção dos materiais não consumidos; zelar pelo material de uso sob sua guarda; executar outras atividades inerentes ao cargo. Desempenho de funções relativas às atividades de carpintaria tais como: construção de edificações em madeira; construção e reparos de divisórias, e esquadrias, moveis e equipamentos e utensílios de madeiras; montagem de andaimes; zelar pela ferramentas, equipamentos e matérias utilizados em suas atividades; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo. Desempenho de funções relativas às atividades de pintura em geral tais como: realizar pintura nos prédios, praças. Jardins, logradouros, móveis e equipamentos da Municipalidade; desenvolver atividades de preparo da tinta, bem como dos locais em que serão realizada a pintura; zelar pelo guarda dos materiais e equipamentos utilizados nas atividades sob sua responsabilidade; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo. Desempenho de funções relativas a construção e edificação em alvenaria tais como: realizar atividades de construção e edificação em alvenaria de interesse da Administração Municipal; realizar trabalhos de reforma e reparos nas estruturas de alvenaria dos prédios e edificações públicas municipais, realizar atividades que envolvam a utilização de alvenaria e concreto na pavimentação e calçamento das vias públicas; zelar pelas ferramentas, equipamentos e materiais utilizados em sua atividade; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

GRUPO OPERACIONAL - ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO 1 - ANM 1

CARGO: ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO**HABILITAÇÃO:** Ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções de apoio às atividades burocráticas nas diversas unidades e órgãos da Administração Municipal, tais como: efetuar registros, preencher formulários e outras anotações relativas às atividades da Administração Municipal; receber e transmitir recados acerca de assuntos administrativos; realizar tarefas de digitação de dados; providenciar material de expediente; realizar tarefas de reprodução xerográfica; desenvolver atividade de arquivo; prestar auxílios logístico às autoridades administrativas e aos servidores burocrático com funções técnicas superiores; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: CUIDADOR INSTITUCIONAL**HABILITAÇÃO:** Ensino Médio Completo

ATRIBUIÇÕES: Construir e manter relações positivas com a criança e o adolescente. Otimizar a qualidade de vida da criança e do adolescente. Prevenir situações de riscos, tais como: vulnerabilidade física, emocional, cognitiva, familiar e social. Manter os familiares da criança e do adolescente presentes e informados. Estabelecer redes de contatos no entorno referente da criança e do adolescente. Construir relações positivas com postura profissional com os familiares/empregados e outros Cuidadores/Equipe de Saúde que atendam a criança e do adolescente. Construir relações positivas com pessoas significativas para a criança e do adolescente. Realizar atividades que envolvam estimulação/recreação/lazer com a criança e do adolescente, supervisionado pelo Profissional da Saúde. Planejar, organizar e executar as atividades de vida diária. Organizar e manter limpos todos os ambientes que a criança e do adolescente utilizam. Organizar e preparar quando necessário, a alimentação da criança e do adolescente, supervisionado pelo profissional competente. Auxiliar a criança e do adolescente a realizar a sua higiene pessoal diariamente. Preparar e ministrar os medicamentos necessários à criança e do adolescente, seguindo as prescrições médicas pré estabelecidas. Administrar conflitos e impasses referentes à da criança e do adolescente no geral. Verificar a frequência e acompanhar a criança e do adolescente nas consultas médicas e exames de rotina, quando necessário. Respeitar e conhecer a dinâmica da criança e do adolescente. Obter e conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estar sempre atualizado/participar de oficinas e reciclagens.

CARGO: AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL**HABILITAÇÃO:** Ensino Médio Completo

ATRIBUIÇÕES: Recepcionar e oferecer informações às famílias usuárias do CREAS ou outro programa que lhe substitua ou equivalente. Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no CREAS ou outro programa equivalente. Participar de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CREAS ou outro programa que lhe substitua ou equivalente. Participar nas atividades de capacitação da equipe do CREAS ou outro programa que lhe substitua ou equivalente. Realizar abordagem às crianças e adolescentes em situação de rua e proceder os encaminhamentos ao CREAS, CRAS, Conselho Tutelar e outros órgãos.

CARGO: ELETRICISTA**HABILITAÇÃO:** ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções relativas à eletricidade utilizadas nas atividades da Administração Municipal, tais como: realizar instalações elétricas nos prédios, logradouros e dependências internas e externas das repartições públicas municipais; realizar inspeção e reparos nas redes e instalações elétricas, bem como na parte elétrica dos móveis, equipamentos e aparelhos da Municipalidade; zelar pelos equipamentos, ferramentas e matérias sob sua guarda; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: MECÂNICO**HABILITAÇÃO:** ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções relativas ao serviço de mecânica em geral tais como: serviço de reparos e consertos dos veículos, máquinas e equipamentos da Municipalidade; realizar trabalhos de rotina quanto a desmontagem e montagem e ajustamento de motores de outros sistemas de funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos da Municipalidade; treinar os servidores auxiliares desta atividade; realizar avaliações e emitir laudos sobre as condições de veículos, máquinas e equipamentos da Municipalidade; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: TELEFONISTA**HABILITAÇÃO:** ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções inerentes a profissão de telefonista, tais como: operar centrais telefônicas, troncos e ramais da municipalidade; receber e transmitir mensagens sempre que solicitada para tanto; manter registro de ligações interurbanas realizadas; realizar atividades relativas a recepção; executar tarefas vinculadas ao exercício do cargo.

GRUPO OPERACIONAL - ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO 2 - ANM 2**CARGO: MOTORISTA****HABILITAÇÃO:** ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções inerentes a profissão de motorista tais como: dirigir veículos leves e pesados da frota da municipalidade, respeitada a habilitação profissional; realizar viagens oficiais de interesse da Administração; conduzir os veículos pesados na realização das mais diversas atividades da Administração Municipal; zelar pela manutenção e conservação dos veículos que estiverem sob seus cuidados; informar a autoridade a qual está subordinado sobre irregularidades ou defeitos nos veículos em os quais esteja trabalhando; fornecer as informações necessárias à manutenção e conservação dos veículos; manter rigoroso controle sobre o consumo de combustíveis e peças do veículo que estiver sob sua responsabilidade; preencher os formulários e roteiros de viagem ou de trabalho, consoante ordem da Administração Municipal; executar outras tarefas afins.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS**HABILITAÇÃO:** ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: desempenho de funções inerentes a profissão de operador de máquinas pesadas rodoviárias e agrícolas, tais como: realizar trabalhos de abertura, conservação e manutenção das vias públicas municipais; realizar trabalhos agrícolas conforme a necessidade das

atividades dos órgãos municipais competentes; zelar pela manutenção e conservação das máquinas que estiverem sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos visando a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos; cuidar do abastecimento e lubrificação das máquinas e equipamentos; manter rigoroso controle acerca do consumo de combustíveis e peças das máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade; informar imediatamente a autoridade a qual esteja subordinado sobre irregularidades e defeitos nas máquinas e equipamentos que estiverem sob sua responsabilidade; excetuar outras tarefas afins.

GRUPO OPERACIONAL - ANT

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA

HABILITAÇÃO: curso técnico agrícola com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente; dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo; orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos; prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores, atender consultas feitas por lavradores e criadores; orientar a produção, administração e planejamento agropecuária; organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral; orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; prestar assistência e orientação aos programas de extensão rural; orientar trabalhos de conservação do solo; participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas; participar de previsões de safras; prestar assistência no tocante ao crédito agrícola; orientar a produção de sementes e mudas; executar outras tarefas semelhantes.

CARGO: TÉCNICO AGRIMENSOR

HABILITAÇÃO: Curso Técnico Agrimensor com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções relativas ao trabalho de topografia vinculadas as atividades dos setores de obra e engenharia do Município, tais como: realizar levantamento topográfico sempre que necessário para as atividades da Administração Municipal; realizar a medição de vias e logradouros públicos; executar outras tarefas afins.

CARGO: TÉCNICO EM AQUICULTURA

HABILITAÇÃO: curso técnico em Aquicultura com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros; monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros; planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, criação e de despesca; aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área; acompanhar obras de construções e instalações de aquicultura; montar, operar e manter petrechos, máquinas e equipamentos de captura de aquicultura; operar embarcações, observando as normas de segurança; realizar procedimentos laboratoriais e de campo; aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros, processando e industrializado, transformando em subprodutos; elaborar, acompanhar e executar projetos; executar atividades de extensão e gestão na cadeia produtiva.

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

HABILITAÇÃO: curso técnico em contabilidade com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções de auxílio nas atividades de contabilidade e orçamentárias, tais como: realização de atos e escrituração contábil; elaboração e execução orçamentária; acompanhamento e controle dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo; elaborar termo de registro dos bens e valores existentes nos órgãos públicos; zelar pela guarda da documentação que estiver sob sua responsabilidade; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

HABILITAÇÃO: curso técnico em edificações com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções técnicas de construção e edificações pertencentes à Municipalidade, tais como: elaborar projetos de engenharia e executar obra de até oitenta metros quadrados; realizar estudos e observações de projetos de obras de média complexidade, verificando o cumprimento dos padrões técnicos e das normas vigentes; realizar vistoria e emitir pareceres, juntamente com engenheiro responsável, sobre construção de casas e edifícios; acompanhar e dar assistência aos projetos desenvolvidos no seu campo de atividade, executado diretamente pela administração ou por terceiros; programar os serviços e a compra de materiais, de acordo com o cronograma e orçamento da obra; desenvolver estudos, projetos, pareceres e planos destinados à realização de obras públicas e a planificação e desenvolvimento urbano do município e participar de elaboração de normas na sua área de atuação; observar e fazer observar o cumprimento das normas de segurança do trabalho; auxiliar os órgãos municipais nos assuntos pertinentes a sua área; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS

HABILITAÇÃO: curso técnico em processamento de dados com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: auxiliar nos estudos, projetos, análises, perícias, avaliação, auditorias, pareceres, pesquisas, consultorias, laudos, arbitramento e relatórios técnicos relativos ao processamento eletrônico de dados; participar no planejamento ou projetos, em geral, de sistemas que envolvam o processamento eletrônico de dados; colaborar nos projetos e especificações de modelos de documentos, planilhas, relatórios, formulários e arquivos utilizados em processamento eletrônico de dados; auxiliar no gerenciamento de arquivos utilizados em processamento eletrônico de dados; colaborar na definição, estruturação, teste e simulação de programas e sistemas; participar nos estudos de viabilidades técnicas e financeiras para implantação de projetos e sistemas, assim como de máquinas e aparelhos envolvidos em processamento eletrônico de dados; codificar dados e preparar serviços a serem executados em equipamento de processamento eletrônico de dados, atividades estas que envolvem técnicas especiais de codificação e linguagem de serviços computadorizados; executar atividades relacionadas ao controle de qualidade dos serviços executados em equipamentos de processamento eletrônico de dados; e executar outras atividades compatíveis como cargo.

CARGO: TÉCNICO EM TURISMO

HABILITAÇÃO: curso técnico em turismo com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções de auxílio às ações do Poder Público Municipal de fomento e desenvolvimento das atividades turísticas, tais como: realizar estudos e orientações sobre as atividades de turismo; contribuir para o estudo e elaboração de materiais e manuais de atendimento ao turista; contribuir na capacitação dos servidores municipais no tocante ao atendimento ao turista; desempenhar atividades burocráticas em sua área de atuação; executar outras tarefas inerentes ao cargo.

GRUPO OPERACIONAL - ATIVIDADE DE NÍVEL TÉCNICO DA SAÚDE -ANTS**CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

HABILITAÇÃO: curso Técnico em Enfermagem com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: executar atividades dentro dos setores determinados pela chefia de enfermagem; aferir e controlar sinais vitais, utilizando-se de materiais e equipamentos adequados; preparar clientes para consultas, exames e outros procedimentos facilitando a sua realização; executar curativos, usando seus conhecimentos e/ou conhecimentos seguindo prescrições médicas e / ou de enfermagem, proporcionando alívio ao paciente, bem como facilitando a cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações; auxiliar no preparo do material e instrumental para esterilização bem como na desinfecção de ambientes e equipamentos, permitindo maior segurança aos procedimentos como: exames, tratamentos, pequenas cirurgias, e atendimentos de ginecologia e obstetrícia; administrar medicamentos por via oral e/ou parenteral, prestando informações aos clientes sobre possíveis reações, além de aplicar vacinas e fazer os devidos registros em formulários apropriados; realizar visita domiciliar, elaborando após o relatório; observar os cuidados universais em proteção individual; cumprir o código de ética da profissão; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; executar outras tarefas afins.

CARGO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO

HABILITAÇÃO: curso técnico em laboratório com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: realizar coletas de material para exames laboratoriais diversos, observando as requisições médicas e utilização de materiais e instrumentais adequados; proceder a execução e análise de exames laboratoriais de natureza simples, tais como: lâminas e cortes histológicos, semeadura e isolamento de germes; executar análise de exames laboratoriais, tratando as amostras através da utilização de aparelhos, reagentes e outros que vêm em auxílio da obtenção de diagnósticos clínicos; prestar auxílio em análises de amostras de escarro, urina, sangue e secreções entre outras, utilizando seus conhecimentos e obedecendo orientações de seu superior, a fim de obter resultados mais rapidamente; proceder o registro e arquivar cópias de resultados de exames; observar técnicas específicas para preparo de material e instrumental para esterilização, além da desinfecção de ambientes e equipamentos usados no laboratório; controlar entrada, saída e estoque de materiais em seu local de trabalho; usar equipamentos de proteção individual, providenciando a substituição sempre que houver algum dano; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; respeitar o código de ética profissional; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico; executar outras tarefas afins.

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

HABILITAÇÃO: ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: orientar os pacientes sobre higiene bucal; marcar consultas; preencher e anotar as fichas clínicas; manter em ordem o arquivo e o fichário; controlar o movimento financeiro; revelar e montar radiografias; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar no atendimento ao paciente; instrumentalizar o cirurgião dentista e o técnico em higiene dental junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; confeccionar modelos em gesso; aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental; proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho; Executar outras tarefas afins.

GRUPO OPERACIONAL - ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO - AF**CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS**

HABILITAÇÃO: curso superior completo na área da administração, contabilidade, direito e afins, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Exercer tarefas na área de fiscalização de tributos municipais junto a administração pública municipal; Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária, orientando o contribuinte quanto à aplicação da legislação; Executar atividades externas necessárias ao levantamento ou arbitramento da receita bruta dos contribuintes para o lançamento dos tributos; Realizar quaisquer diligências no cumprimento de suas atribuições, inclusive em serviços de plantão; Lavrar termo de início de ação fiscal, notificações, intimações, auto de infração, aplicação de multas; Realizar levantamento de serviço fiscal básico, verificar e analisar livros contábeis e outros documentos auxiliares à fiscalização; Emitir documentos necessários à ação fiscal, inclusive relatórios de controle e acompanhamento, inscrição, cancelamento e alteração de razão social; Informar e dar parecer para decisão superior em processos e relatórios à ação fiscal, inclusive quando objeto de mandatos de segurança e ações jurídicas em geral; Realizar diligências para fins de conferência de processos e reclamações por parte dos munícipes.

Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

HABILITAÇÃO: ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções de fiscalização ao cumprimento das normas municipais no tocante aos serviços públicos, tais como: realizar inspeções e verificações visando o cumprimento normas municipais urbanísticas e de postura; realizar vistorias; adotar os procedimentos legais necessários à autuação das infrações e responsabilização dos infratores, no âmbito de sua competência; realizar diligências para conferência de processos e atendimento à reclamações; desenvolver atividades internas no tocante a sua área de atuação; participar

de atividades educativas dentro de sua área de atuação; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: FISCAL DE OBRAS

HABILITAÇÃO: ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções de fiscalização para o cumprimento das normas municipais de postura e urbanismo, relativamente à execução de obras no âmbito do Município, desenvolvendo atividades tais como: inspecionar e vistoriar obras particulares construção, edificação, pavimentação, de posteamento e cabeamento aéreo e subterrâneo; verificação do cumprimento das especificações constantes do projeto aprovado pelo órgão municipal competente; emitir notificações de auto de infração; adotar os procedimentos legais e regulamentares para a responsabilização dos infratores, emitir relatórios de suas atividades; informar a autoridade a qual a qual está subordinada sobre irregularidades da fiscalização; participar de atividades educativas relativas a sua área de atuação; desenvolver atividades internas relativas a sua área de atuação; realizar diligências para fins de conferência de processos e atender reclamações por parte dos munícipes; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

GRUPO OPERACIONAL - ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE - AFS

CARGO: FISCAL SANITÁRIO

HABILITAÇÃO: ensino médio completo

ATRIBUIÇÕES: Desempenho de funções de fiscalização do cumprimento das normas sanitárias, desenvolvendo atividades tais como: inspecionar a higiene e limpeza pública, tocante ao cumprimento das normas municipais e superiores aplicáveis, na área de sua competência; inspecionar habitações e estabelecimentos comerciais, industriais e de distribuição, bem como os estabelecimentos de lazer; adotar os procedimentos formais para a atuação e responsabilização dos infratores, propiciando o efetivo exercício do poder de polícia da Administração Municipal; desenvolver atividades internas relativas a sua área de atuação; participar de atividades educativas no tocante a sua área de atuação; executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

GRUPO OPERACIONAL - ANS

CARGO: ADMINISTRADOR

HABILITAÇÃO: Curso superior em Administração com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Desenvolver atividade de pesquisa, estudo elaboração, implantação, acompanhamento, coordenação e controle de planos, programas e projetos relacionados a administração pública; Planejar e organizar a implantação de novos quadros funcionais, bem como a atribuição e funções; Executar atividades de administração e coordenação, além de outras atividades administrativas afim; Elaborar proposta orçamentária anual e plurianual de investimentos a partir do conhecimento da realidade econômico-financeira do ente público em que exerce sua função; Elaborar estudos pertinentes a administração de pessoal utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizadas; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS

HABILITAÇÃO: Curso Superior de Informática com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Estuda as características e planos da instituição ou organização, estabelecendo contatos com o corpo diretivo da mesma, para verificar as possibilidades e conveniência da aplicação de processamento sistemático de informações; identifica as necessidades dos diversos setores da empresa, determinando quais dados devem ser identificados, o grau de sumarização permitido e o formato requerido para a apresentação dos resultados, para formular um plano de trabalho; faz estudos sobre a viabilidade e o custo da utilização de sistemas de processamento de dados, levantando os recursos disponíveis e necessários, para submetê-los a uma decisão; examina os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias a sua normalização, para determinar os planos e seqüências da elaboração de programas de operação; Coordenar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases da análise do programa, as definições das soluções, o detalhamento das soluções, a codificação do problema, teste de programa e eliminação de erros. Orienta sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado para o cliente, dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação, supervisionando a passagem de um sistema para outro e planejando a utilização paralela do antigo e do novo sistema de processamento de dados. É o responsável pela instalação e configuração de software e hardware, que inclui desde as tarefas mais simples, como suporte ao usuário de Sistemas Operacionais e pacotes de escritórios, até as mais especializadas, como suporte a servidores, redes, e outras atividades afins.

CARGO: ARQUITETO

HABILITAÇÃO: curso superior em arquitetura com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: realizar supervisão, coordenação e orientação técnica; fazer estudo, planejamento, projeto e especificação; fazer estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; realizar a direção de obra e serviço técnico; realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; elaborar orçamento; realizar a padronização, mensuração e controle de qualidade; ser responsável pela execução de obra e serviço técnico; realizar a fiscalização de obra e serviço técnico; realizar a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; executar a instalação, montagem e reparo; realizar a operação e manutenção de equipamento e instalação; fazer a execução de desenho técnico; planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e locação de prédios públicos, bem como a definição das instalações e equipamentos; realizar exame técnico de processos relativos a execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto as normas e padronizações; participar de comissões técnicas; participar de comissões de sindicâncias; participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação, reforma ou remoção de obras e instalações públicas; acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços públicos; efetuar fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação; embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; fiscalizar imóveis financiados pelo órgão; fiscalizar obras públicas; orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos a áreas operacionais; orientar, analisar e fiscalizar a elaboração de projetos estruturais, instalações hidro-sanitárias, elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização; elaborar projetos de urbanismo; elaborar projetos de paisagismo; elaborar projetos de arquitetura de interiores; elaborar projetos de conforto ambiental; elaborar memoriais descritivos; elaborar orçamentos

e cronogramas físico-financeiro; elaborar projetos de loteamentos; elaborar e analisar planos diretores; elaborar e analisar normas e diretrizes para o planejamento, ordenamento territorial, controle, uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; elaborar estudo, projeto e, fiscalização de núcleos habitacionais e obras; apresentar relatórios de suas atividades; desempenhar outras tarefas correlatas.

CARGO: BIBLIOTECÁRIO

HABILITAÇÃO: curso superior em Biblioteconomia com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: administrar, organizar e dirigir bibliotecas e centros de documentação ou de informação;

planejar e executar a política de seleção e de aquisição de material bibliográfico e não bibliográfico; orientar, coordenar, supervisionar e executar os serviços de catalogação e classificação de documentos; planejar e executar serviços de referência bibliográfica; organizar e revisar fichários, catálogos e índices, através de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação de informação; compilar bibliografias gerais ou específicas, utilizando processos manuais ou mecanizados; elaborar e organizar vocabulário controlado para fins de indexação; executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou não, promovendo sua distribuição e circulação; manter intercâmbio com as demais bibliotecas e/ou centros de documentação ou de informação; coordenar, supervisionar e executar estudos e trabalhos que se relacionem com as atribuições do cargo; planejar e executar a implantação de sistemas de informação e automação de bibliotecas; planejar atividades que estimule o hábito de leitura; participar do processo de editoração de publicações oficiais, organizando e/ou normatizando; acessar bases de dados referenciais ou bibliográficas; fornecer dados estatísticas e apresentar relatórios de suas atividades; emitir pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e executar outras atividades compatíveis com o cargo.

CARGO: CONTADOR

HABILITAÇÃO: curso superior em ciências contábeis, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária; elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis; fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos; orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes; fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese; emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; fornecer dados estatísticos de suas atividades; apresentar relatório de suas atividades; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: ECONOMISTA

HABILITAÇÃO: curso superior em economia com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: realizar planejamentos, estudos, análises e previsões de natureza econômica, financeira e administrativa, aplicando os princípios e teorias da economia, a fim de formular soluções e diretrizes para os problemas econômicos da administração; Realizar planejamento, estudos, análise e previsões de natureza econômica, financeira e administrativa; Pesquisar, reunir, analisar e interpretar dados econômicos e estatísticos procurando, pelo uso de modelos matemáticos, uma representação do comportamento dos fenômenos econômicos; estudar a tendência do mercado, política de preços, estrutura de créditos e outros indicadores econômicos, financeiros, orçamentários, contábil, de crédito e outros, para formular estratégias de ação adequada a cada caso; Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: ENGENHEIRO AGRIMENSOR

HABILITAÇÃO: curso superior em engenharia de agrimensura com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: realizar supervisão, coordenação e orientação técnica; fazer estudo, planejamento, projeto e especificação; fazer estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; realizar a direção de obra e serviço técnico; realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; elaborar orçamento; realizar a padronização, mensuração e controle de qualidade; ser responsável pela execução de obra e serviço técnico; realizar a fiscalização de obra e serviço técnico; realizar a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; executar a instalação, montagem e reparo; realizar a operação e manutenção de equipamento e instalação; fazer a execução de desenho técnico; apresentar relatórios de suas atividades; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

HABILITAÇÃO: Curso superior em Agronomia com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Orientar e revisar, com grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes subordinadas; Introduzir e criar variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis; Produzir e fazer a multiplicação e tecnologia de sementes e mudas; Atuar nas áreas da ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal, nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes, biologia, química e física do solo, emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura; Orientar os usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal; Organizar programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais; Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas; Realizar a avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas; Efetuar o controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas; Realizar o estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas; Projetar, dirigir e orientar a execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias; Participar no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes; Orientar na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho; Orientar a execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos; Realizar a divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais; Orientar aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária; Promover a integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais; Desenvolver programas de investimentos no setor agrícola; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos

de sua competência; Manter permanente articulação com Órgãos Estaduais e Federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor; apresentar relatórios periódicos.

Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

HABILITAÇÃO: curso superior em engenharia civil, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e localização de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição de instalações e equipamentos; Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura e paisagística e obras de decoração arquitetônica; Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamento feito para áreas operacionais; Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações; Participar da elaboração e execução de convênios que inclua projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações; Fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à especialidade; Acomodar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços; Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação; Embargar construções que não atendam às especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; Executar estudo, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras; Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão; Participar de comissões técnicas; Propor baixa e alienação dos veículos e equipamentos considerados inservíveis; Elaborar projetos de loteamentos; Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos; Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como baixar normas e instruções disciplinares para uso e manutenção de veículos, equipamentos e obras municipais; Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado; Projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico; Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria; Apresentar relatório de suas atividades; Desempenhar outras tarefas semelhantes.

CARGO: ENGENHEIRO QUÍMICO

HABILITAÇÃO: Nível Superior Completo – Graduação em Engenharia Química

ATRIBUIÇÕES: Analisar os projetos e ou as atividades empresariais, industriais e quaisquer outras exercidas e ou desenvolvidas no Município de Laguna, que utilizem materiais e ou substâncias que possam causar prejuízo ao meio ambiente. Analisar o tratamento dado aos efluentes industriais, confeccionando relatório competente. Assistir, formular e elaborar projetos, orçamentos na área de sua atuação legal. Formular e apresentar laudos de vistoria, perícia, avaliação, no âmbito de suas respectivas funções. Realizar estudos de viabilidade técnica. Realizar todas as demais atribuições do Engenheiro Químico previstas em Lei Federal.

CARGO: ENGENHEIRO DE PESCA

HABILITAÇÃO: curso superior em engenharia de pesca com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: desempenhar as funções de pesquisa, supervisão, planejamento, coordenação e execução de atividades integradas para o aproveitamento dos recursos naturais aquícolas, o cultivo e a exploração sustentável de recursos pesqueiros marítimos, fluviais e lacustres e sua industrialização.

CARGO: JORNALISTA

HABILITAÇÃO: curso superior em Jornalismo com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: a realização de coberturas jornalísticas sobre as atividades da Administração em geral; promover a coleta de informações nos diversos órgãos da Prefeitura, para efeito de divulgação; a realização de serviços fotográficos de interesse da Administração; a revisão, quanto à forma jornalística, de matéria eventualmente elaborada em outras unidades de serviço da Prefeitura; a pesquisa de informações nos diversos jornais em assuntos de interesse da Administração, recortando as matérias que julgar convenientes; a execução de outros serviços que lhe sejam cometidos pelo Prefeito e que se coadunem com o cargo que exerce.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

HABILITAÇÃO: curso superior em medicina veterinária com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades.

Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma; Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem; Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais; Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insetos nas exposições pecuárias; Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial; Participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária; Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem; Proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal; Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos; Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootécnica bem como a bromatologia animal em especial; Proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos; Participar do planejamento e execução da educação rural; Apresentar relatórios periódicos. Desempenhar tarefas semelhantes.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

HABILITAÇÃO: Curso superior de Assistente Social com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial; Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se da aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; Mobilizar recursos da

comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social; Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: PSICÓLOGO

HABILITAÇÃO: curso superior em Psicologia, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades; participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada; executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas; atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos; participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos; atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços; participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

HABILITAÇÃO: Nível Superior Completo – Graduação em Ciências Sociais ou Pedagogia.

ATRIBUIÇÕES: Trabalhar de forma diferenciada, enfatizando o lúdico com conotação de histórias, com o uso de fantoche, reprodução de leituras, brinquedoteca. Evidenciar a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável, entre outras atividades, importantes para o desenvolvimento dos participantes. Apoiar os programas, prestar atendimento às crianças e adolescentes e às suas famílias. Trabalhar de forma a contemplar todas as atividades inerentes a arte, artesanato, contemplando entre outras atividades, o teatro. Trabalhar todas as atividades inerentes à educação física, inclusive dança, conforme as necessidades dos programas implementados. Apoiar as pessoas em seu desenvolvimento para que elas mesmas possam desenvolver e solucionar seus problemas individuais ou grupais. Potencializar as habilidades de cada um, permitindo com que o mesmo decida por si próprio.

CARGO: ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

HABILITAÇÃO: Curso superior em administração, ciências contábeis ou direito.

ATRIBUIÇÕES: Assessorar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade; a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas.

GRUPO OPERACIONAL - ANSP**CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL**

HABILITAÇÃO: Curso superior em direito com registro regular na OAB

ATRIBUIÇÕES: Representar em juízo ou fora dele o Município de Laguna e seus diversos órgãos da administração direta e indireta, independentemente de instrumento de procuração, nas ações em que estes forem autores, réus ou interessados, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo à audiência e outros atos, para defender direitos ou interesses: estudar a matéria jurídica e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos à legislação aplicável; complementa ou apura as informações levantadas, inquirindo parte, as testemunhas e outras pessoas e tomando outras medidas, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação; preparar a defesa ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento adequado, para apresentá-la em juízo; acompanhar o processo em todas as suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio; representar Município de Laguna e seus diversos órgãos da administração direta e indireta, independentemente de instrumento de procuração, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável; redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, tributária ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão; orientar os representantes legais com relação aos seus direitos e obrigações legais; prestar serviços de assessoria jurídica aos diversos órgãos da Administração e desincumbir-se de outras atividades afins, sempre tendo por base os princípios, direitos, deveres e disposições do Estatuto da Advocacia, aos quais se aplica. Emite pareceres sobre os diversos assuntos da administração.

CARGO: CONSULTOR JURÍDICO

HABILITAÇÃO: Curso superior em direito com registro regular na OAB

ATRIBUIÇÕES: Auxilia os Procuradores nas questões jurídicas que lhe são pertinentes, emitindo pareceres quando solicitados. Participa e Preside Comissões de Inquérito e participa de Conselhos e Comissões Municipais. Emite pareceres em processos administrativos, ad referendum pelos Procuradores. Realiza outras tarefas ou funções que lhes forem delegadas pelos Procuradores. Não representa judicialmente o Município.

CARGO: ANALISTA TRIBUTÁRIO

HABILITAÇÃO: Curso superior em Direito e conhecimento em informática

ATRIBUIÇÕES: Efetua a análise e verificação de processos administrativos e judiciais de natureza tributária e fiscal, físicos ou eletrônicos, auxiliando o Procurador Fiscal na tarefa de dar andamento às demandas administrativas e judiciais, inclusive no auxílio de ajuizamento de ações fiscais da dívida ativa do Município, controle de prazos judiciais e administrativos; consultar e operar o sistema informatizado da Prefeitura Municipal de Laguna, para fins de melhor instruir processos judiciais e administrativos de natureza tributária/fiscal.

GRUPO OPERACIONAL: ANSS**CARGO: MÉDICO AUDITOR****HABILITAÇÃO:** Médico com inscrição regular no CRM**ATRIBUIÇÕES:** Dirige a análise de todas as contas hospitalares e ambulatoriais do SUS, avaliando dados epidemiológicos do Município; acompanha os credenciamentos e vistorias de novos serviços avaliando as condições técnicas e operacionais para o cumprimento de metas e outras atividades; acompanha os processos administrativos, emitindo relatório final; analisa e emite relatórios que subsidiem o Gestor na tomada de decisões; emite relatórios de acompanhamento da produção de serviços contratados ou conveniados**CARGO: MÉDICO AUTORIZADOR****HABILITAÇÃO:** Médico com inscrição regular no CRM**ATRIBUIÇÕES:** Autoriza os procedimentos hospitalares solicitados ao SUS e procedimentos ambulatoriais que necessitem de autorização; avalia e examina os usuários sempre que houver necessidade; avalia as solicitações de procedimentos conforme protocolos municipais, estaduais e federais entre outras atividades; emite relatórios que subsidiem o Gestor na tomada de decisões.**CARGO: MÉDICO****HABILITAÇÃO:** Curso superior em medicina, com registro no órgão competente**ATRIBUIÇÕES:** executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde, seja individual ou coletiva; efetuar os atos médicos para os quais está capacitado; prescrever, orientar e supervisionar terapêutica indicada, acompanhando evolução e usando o sistema de referência e contra referência; interpretar resultados de exames solicitados, a fim de emitir diagnóstico preciso; proceder à notificação de doenças de notificação compulsória; participar da equipe multidisciplinar, auxiliando na elaboração do diagnóstico de saúde, objetivando o estabelecimento de prioridades em atividades já implantadas e outras a serem implantadas; manter sempre atualizadas as anotações no prontuário do cliente, anotando o que ele refere, diagnóstico, conduta e evolução da doença; prescrever terapia medicamentosa, orientando dosagem e via de administração; emitir laudos e pareceres a si pertinentes, quando da participação em auditorias e comissões técnicas; atender determinações legais, emitindo atestados, conforme a necessidade de cada caso; colaborar, participando na adequação e ou elaboração de programas de saúde, objetivando sistematização e melhora na qualidade dos serviços prestados (ações de saúde desenvolvidas); orientar equipe técnica- assistencial nas atividades que lhes forem delegadas; participar em ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; atender necessidades da rede de saúde, na execução de suas atividades, obedecendo a diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de fazer melhoria na qualidade dos serviços; participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; efetuar atendimento nos serviços próprios da Secretaria e no domicílio; respeitar o código de ética médica; contribuir para a valorização do sistema único de saúde; desempenhar outras tarefas afins.**CARGO: ODONTÓLOGO****HABILITAÇÃO:** Curso superior em odontologia, com registro no órgão competente**ATRIBUIÇÕES:** Praticar todos os atos pertinentes à odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação; prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em odontologia; atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive, para justificação de faltas ao emprego (inciso III com redação dada pela lei n.º 6.215 de 30/06/1975); proceder à perícia odontológica em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa; aplicar anestesia local e trancular; aplicar analgesia e hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento; agir de forma preventiva, tomando medidas que evitem ou impeçam a evolução de doenças bucais; privilegiar ações que beneficiem o maior número de pessoas, viabilizando programas de atendimento que utilizem pessoal auxiliar, técnicas e equipamentos simplificados; trabalhar em equipe, dominando técnicas de atendimento clínico, executando as tarefas mais complexas e coordenando e supervisionando o desempenho de técnicos auxiliares; executar o trabalho clínico de sua exclusiva competência, delegando atividades mais simples ao pessoal auxiliar e aquelas mais complexas aos níveis especializados competentes; planejar, executar e avaliar as atividades clínicas considerando as características epidemiológicas e sócio-econômicas da população a atender e os recursos humanos e materiais disponíveis; desenvolver os programas e atividades implantados pela Secretaria Municipal de Saúde, na área odontológica; responsabilizar-se pelas informações prestadas em fichas clínicas de pacientes, boletins diários de atendimento odontológico, mapas de produção, encaminhamentos de referência e contra-referência, relatórios das ações e serviços prestados, prescrições, e quaisquer outros instrumentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde na área odontológica; participar em ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde de trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar dos programas de educação em saúde; participar na equipe multidisciplinar, colaborando em treinamentos e auxiliando no desenvolvimento de programas e ações de saúde da Secretaria Municipal de Saúde; atender necessidades das Unidades Sanitárias, na execução de suas atividades, obedecendo às diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, visando à melhoria na qualidade dos serviços; emitir laudos, pareceres, atestados a ele pertinentes, Quando participar de auditorias e comissões técnicas; cumprir e fazer cumprir o código de ética odontológico; desempenhar outras tarefas afins.**CARGO: AUDITOR DE SAÚDE****HABILITAÇÃO:** Curso Superior na área da saúde**ATRIBUIÇÕES:** Avalia todos os atos assistenciais do Município no âmbito do SUS, fazendo a análise epidemiológica e administrativa das ações apresentadas; acompanha a evolução dos dados epidemiológicos subsidiando todo o processo de auditoria; recebe denúncias, abre e acompanha processo administrativos emitindo relatório final; analisa e emite relatórios que subsidiem o gestor na tomada de decisões; emite relatórios de acompanhamento da produção de serviços de saúde no Município.**CARGO: ENFERMEIRO****HABILITAÇÃO:** Curso Superior em Enfermagem, com registro no órgão competente.**ATRIBUIÇÕES:** Participar do planejamento, execução e avaliação de planos programas de Saúde; Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição; Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem; Organizar

e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição; Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem; Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais; Prestar assessoria quando solicitado; Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas; Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência da enfermagem prestada; Elaborar e executar política de formação de recursos humanos de enfermagem de acordo com as necessidades da instituição; Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar da atividade de vigilância epidemiológica; dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e a comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição; identificar e preparar grupos da comunidade para participar das atividades preventivas de saúde; promover e participar de atividades de pesquisa operacional e de estudos epidemiológicos; desenvolver outras atividades afins.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

HABILITAÇÃO: Curso superior de Assistente Social com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial; Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividade na área do Serviço Social; Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: BIOQUÍMICO

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Bioquímica, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: Coordenar, supervisionar, e executar atividades relacionadas às análises, bromatológicas e de medicamentos; Coordenar, supervisionar e executar a preparação de reativos, corantes, anticoagulantes, meios de cultura, soluções detergentes e outros produtos utilizados em laboratório; Coordenar e executar pesquisas, montagens e implantação de novos métodos de análise para determinações laboratoriais e produção de medicamentos; Orientar e supervisionar os técnicos de laboratório e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades; Coordenar e supervisionar a solicitação, recebimento e acondicionamento de materiais de uso do laboratório; Responsabilizar-se pelo uso dos aparelhos e equipamentos do laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização; Responsabilizar-se pelo arquivo de documentos e de registro de exames do setor; Coordenar e supervisionar a coleta, identificação e registro de materiais biológicos destinados a exames; Executar determinações laboratoriais pertinentes a parasitologia, urinálise, imunologia, bioquímica e microbiologia (bacteriologia, virologia e micologia); Executar determinações laboratoriais de água, bebidas, alimentos, aditivos, embalagens e resíduos, através de análises físico-químicas, microscópicas e microbiológicas; Executar técnicas especializadas, tais como: cromatografia, eletroforese, análises radioquímicas, liofilização, congelamento de produtos, imunofluorescências e outras; Coordenar e executar a preparação de produtos imunológicos destinados à análises, prevenção e tratamento de doenças; Coordenar, supervisionar, executar e responsabilizar-se pela produção, manipulação e análise de cosméticos, a fim de obter produtos de higiene e proteção; Efetuar o controle de qualidade de todas as técnicas, equipamentos e materiais utilizados nas análises laboratoriais e de medicamentos; Emitir pareceres e laudos técnicos concernentes a resultados de análises laboratoriais e de medicamentos; Planejar, coordenar, supervisionar e executar o treinamento de pessoal na área de competência; Articular-se com a chefia, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais e o bom relacionamento de pessoal; Assinar documentos elaborados no laboratório; Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades laboratoriais inerentes à vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e serviços básicos de saúde; Participar de outras atividades específicas, relacionadas com planejamento, pesquisas, programas, levantamentos, comissões, normas e eventos científicos no campo da saúde pública. Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: FARMACÊUTICO

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Farmácia, com registro no órgão competente.

ATRIBUIÇÕES: desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas; fiscalização profissional sanitárias; participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação; gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos; atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos; informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente; atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes; atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde; participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública; executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico; atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais; atuar em farmácia clínica; participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos; atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos; executar e ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fitoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários; atuar em farmácia homeopática, desde que

devidamente habilitado; programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos; fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados; coordenar, executar e supervisionar atividade específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente; executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, coprológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas; assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante; orientar a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação corretas dos materiais e equipamentos, observando cuidados relativos à higiene e segurança, garantindo qualidade do serviço; assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas; prever, prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

HABILITAÇÃO: curso superior em fisioterapia com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: proceder o diagnóstico do estado de saúde dos pacientes, identificando sua capacidade funcional; emitir diagnóstico e prognóstico de situações de risco; planejar, controlar, supervisionar e executar tratamentos de afecções sequelares visando a redução das consequências das patologias; supervisionar, controlar, treinar, avaliar as atividades da equipe auxiliar; educar, treinar clientes na correção da postura, reeducando a funcionalidade de órgão afetados; manter controlados e atualizados os registros dos dados, usando-os na elaboração de relatórios estatísticos; manipular, controlar e orientar informações, materiais e equipamentos fisioterápicos; participar da equipe multidisciplinar, na elaboração, planejamento e execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres a si pertinentes; participar das ações desenvolvidas pela prefeitura municipal; participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: FONAUDIÓLOGO

HABILITAÇÃO: curso superior em Fonaudiologia com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: planejar e executar programas de prevenção auditiva; detectar, atender e encaminhar a clientela, na área de comunicação, tanto oral como escrita; desenvolver, programar e supervisionar treinamento de linguagem, fala, voz, compreensão do pensamento verbalizado; prestar orientações aos familiares e corpo docente, sobre atitudes e responsabilidades na educação e/ou reabilitação do educando; executar exames fonéticos de linguagem, audiometria e outros procedimentos apropriados, visando ao diagnóstico de limiares auditivos, além do estabelecimento do plano de sonoterapia; demonstrar técnicas de empocação de voz e respiração, orientando os treinamentos foniátricos, auditivos, de dicção e organização do pensamento expresso em palavras, objetivando a reeducação ou reabilitação do cliente; detectar, pela avaliação, as deficiências de comunicação do cliente tais como: fala, linguagem, voz, audição, leitura e escrita; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: PSICÓLOGO

HABILITAÇÃO: curso superior em Psicologia, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades; participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada; executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas; atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos; participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos; atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços; participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

HABILITAÇÃO: curso superior de terapeuta ocupacional, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: planejar, desenvolver e avaliar os programas de terapia ocupacional junto a clientela de diversificada faixa etária, a fim de promover melhor Qualidade de integração entre o indivíduo e o meio; participar da equipe multidisciplinar na elaboração de planejamento e execução de atividades de vigilância sanitária, epidemiológica e saúde do trabalhador; colaborar na elaboração e avaliação de pesquisas e programas de saúde, bem como promovendo a prevenção da deficiência física e mental; garantir o controle e manutenção de informações e instrumentos, visando a eficiência de sua área profissional; assessorar em projetos e programas, orientando a comunidade através de sua perspectiva profissional; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; cumprir o código de ética profissional; cumprir o plano municipal de saúde; participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: NUTRICIONISTA

HABILITAÇÃO: curso superior em nutrição com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: proceder ao planejamento, coordenação e supervisão de programas e/ ou serviços de nutrição nas áreas de saúde, educação e do trabalho, entre outros; realizar análise de carências nutricionais/alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos; proceder ao controle de estoque, preparo, conservação, além da distribuição de alimentos; contribuir no desenvolvimento de ações educativas, visando colaborar na aquisição de hábitos alimentares adequados da população; participar da equipe multidisciplinar, auxiliando no planejamento, elaboração e execução de ações da vigilância epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho; cumprir o código de ética profissional; participar efetivamente da política de saúde do município através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; planejar serviços e programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e de outros similares; organizar cardápios e elaborar dietas; desempenhar outras tarefas afins.

CARGO: NATURÓLOGO

HABILITAÇÃO: Bacharel

ATRIBUIÇÕES: Naturólogo, para fins da presente Lei Complementar, é o profissional que trabalha com a junção de diversas técnicas terapêuticas, como: Fitoterapia, Terapias, Reflexologia, Aromaterapia, Geoterapia, Cromoterapia, Trofoterapia, Iridologia, Drenagem, Terapia das Pedras Quentes. Assim, caberá, enquanto servidor público, na sua área de atuação, desempenhar todas as ações necessárias e cabíveis, não apenas a nível de estudo, mas de projeto e execução, com vistas a possibilitar que a Administração Pública Municipal, venha a oferecer várias formas naturais de tratamento, para melhoria da qualidade de vida.

CARGO: NATURÓLOGO - MASSOTERAPEUTA

HABILITAÇÃO: Técnico em Massoterapeuta

ATRIBUIÇÕES: É o naturólogo, que utilizando um grupo de técnicas e procedimentos terapêuticos naturais, não invasivos, tradicionais e contemporâneos, que tem como objetivo manter a saúde e prevenir desequilíbrios, contribuir na promoção do bem estar e da melhor qualidade de vida. Também em ação conjunta e complementar com as técnicas terapêuticas da medida oficial, propiciar uma prática de cooperação em níveis e estágios diferenciados, visando maior eficácia nos tratamentos de saúde. Caberá, enquanto servidor público, na sua área de atuação, desempenhar todas as ações necessárias e cabíveis, não apenas a nível de estudo, mas de projeto e execução, com vistas a possibilitar que a Administração Pública Municipal, venha a oferecer várias formas naturais de tratamento, para melhoria da qualidade de vida.

CARGO: PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

HABILITAÇÃO: Bacharel

ATRIBUIÇÕES: Participar, auxiliar e assessorar as ações da Secretaria Municipal de Saúde nas mais diversas manifestações de física esportiva, inclusive na confecção de projetos, realização e execução de programas de quaisquer níveis.

ANEXO VIII

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL

ATRIBUIÇÕES: Dirige a execução das políticas governamentais do poder executivo na área de competência da respectiva secretaria, auxiliando do Prefeito Municipal, na execução macro do programa de governo.

CARGO: PROCURADOR GERAL

HABILITAÇÃO: Advogado com inscrição regular na OAB/SC., no mínimo há 05 (cinco) anos, com comprovação de exercício de atividade forense pelo mesmo período.

ATRIBUIÇÕES: Dirige todas as atividades relacionadas à defesa judicial e extra-judicial do Município de Laguna, representando-o, em juízo e fora dele, em conjunto ou separadamente com os demais Procuradores do Município; supervisiona todas as atividades relacionadas à consultoria jurídica da administração municipal.

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO

ATRIBUIÇÕES: Substitui o titular em suas afastamentos, licenças e impedimentos e, auxilia o mesmo na execução das políticas governamentais do poder executivo na área de competência da respectiva secretaria.

ANEXO IX

FUNÇÕES ESPECIAIS DE CONFIANÇA

IDENTIFICAÇÃO - ATIVIDADES - QUANTIDADE

FUNÇÃO: Médico Auditor

Atividades: análise de todas as contas hospitalares e ambulatoriais do SUS, avaliando dados epidemiológicos do Município; acompanha os credenciamentos e vistorias de novos serviços avaliando as condições técnicas e operacionais para o cumprimento de metas e outras atividades; acompanha os processos administrativos, emitindo relatório final; analisa e emite relatórios que subsidiem o Gestor na tomada de decisões; emite relatórios de acompanhamento da produção de serviços contratados ou conveniados.

Quantidade: 01

FUNÇÃO: Médico Autorizador

Atividades: autoriza os procedimentos hospitalares solicitados ao SUS e procedimentos ambulatoriais que necessitem de autorização; avalia e examina os usuários sempre que houver necessidade; avalia as solicitações de procedimentos conforme protocolos municipais, estaduais e federais entre outras atividades; emite relatórios que subsidiem o Gestor na tomada de decisões.

Quantidade: 01

FUNÇÃO: Auditor de Saúde

Descrição das Atribuições: avalia todos os atos assistenciais do Município no âmbito do SUS, fazendo a análise epidemiológica e administrativa

das ações apresentadas; acompanha a evolução dos dados epidemiológicos subsidiando todo o processo de auditoria; recebe denúncias, abre e acompanha processo administrativos emitindo relatório final; analisa e emite relatórios que subsidiem o gestor na tomada de decisões; emite relatórios de acompanhamento da produção de serviços de saúde no Município.

Quantidade: 03

ANEXO X

ATRIBUIÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

CARGO: CONTADOR GERAL

HABILITAÇÃO: Nível Superior em Contabilidade/Ciências Contábeis, com registro no órgão competente

ATRIBUIÇÕES: dirige todas as atividades relacionadas à contabilidade da administração municipal, assinando os balanços e prestações de contas, juntamente com o Prefeito Municipal.

CARGO: COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Administração, Contabilidade/Ciências Contábeis ou Direito.

ATRIBUIÇÕES: Coordena todas as atividades relacionadas ao sistema de controle interno, descritas em lei específica.

CARGO: CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

ATRIBUIÇÕES: Coordena todas as atividades internas do respectivo gabinete, com vistas ao cumprimento das atribuições que lhe são dadas estruturalmente. Cuida da agenda, audiências e programas oficiais.

CARGO: COORDENADOR ESPECIAL DE GABINETE

HABILITAÇÃO: Nível Superior

ATRIBUIÇÕES: Receber e encaminhar documentos destinados ao Prefeito Municipal; despacha processos encaminhados ao Gabinete, dando encaminhamento às Secretarias e Fundações Competentes, para as providências necessárias. Colabora com o Chefe de Gabinete nas ações que lhe são pertinentes, ficando subordinado exclusivamente ao Prefeito Municipal.

CARGO: PROCURADOR ADMINISTRATIVO

HABILITAÇÃO: Advogado com inscrição regular na OAB/SC, com experiência em Administração Pública.

ATRIBUIÇÕES: responsável pela direção e assessoramento jurídico aos diversos órgãos da administração municipal, emitindo pareceres e orientações.

CARGO: PROCURADOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

HABILITAÇÃO: Advogado com inscrição regular na OAB/SC., com conhecimento e experiência na área da Administração Pública, em especial licitações, contratos e convênios públicos.

ATRIBUIÇÕES: Emitir pareceres sobre matérias administrativas relacionadas a contratos, licitações, convênios, termos de parceria e análogos. Os pareceres deste Procurador são independentes e autônomos, não submetidos a reanálise por qualquer outro Procurador, cabendo apenas ao mesmo eventual reconsideração.

CARGO: PROCURADOR FISCAL

HABILITAÇÃO: Advogado com inscrição regular na OAB/SC., com experiência em Administração Pública

ATRIBUIÇÕES: Dirige a execução da defesa judicial e extra-judicial do Município nas questões relacionadas à arrecadação própria, promovendo execução fiscal do tributos municipais, após a adoção dos procedimentos legais por parte da Autoridade Fazendária; é o responsável pelo parecer nos processos de natureza fiscal. Emite pareceres e orientações.

CARGO: PROCURADOR LEGISLATIVO

HABILITAÇÃO: Advogado com inscrição regular na OAB/SC., com experiência na Administração Pública.

ATRIBUIÇÕES: Assessora, auxilia o Procurador Geral nas atividades da Procuradoria, notadamente no que se refere a projetos de leis, decretos e demais regulamentos que lhe forem solicitados; emite pareceres e orientações.

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO

HABILITAÇÃO: Advogado com inscrição regular na OAB/SC.

ATRIBUIÇÕES: Assessora diretamente o Procurador Geral nas questões que ao mesmo são afetas. Não representa judicialmente o Município.

CARGO: OUVIDOR GERAL

ATRIBUIÇÕES: Ouvir de qualquer do povo, inclusive servidor público municipal, reclamação contra irregularidade administrativa, deficiência de serviço público, abuso de autoridade praticado por integrante da Administração Municipal, bem como sugestões de melhoria dos serviços públicos municipais disponibilizados à população, dando conhecimento ao Prefeito Municipal; Receber denúncia de ato considerado arbitrário, desonesto ou indecoroso, praticado por servidor público municipal e/ou ainda por preposto de concessionária de serviço público municipal; Levantar ao conhecimento do Departamento de Controle Interno os fatos que motivem a instauração de sindicâncias administrativas; Manter arquivo atualizada toda a documentação relativa a denúncias, reclamações e sugestões recebidas; Elaborar relatório semestral de suas atividades e apresentá-lo ao Chefe do Executivo, a quem é diretamente subordinado; Manter sigilo sobre a identidade do denunciante ou reclamante, quando assim solicitado.

CARGO: COORDENADOR DA DEFESA CIVIL

ATRIBUIÇÕES: Sob a supervisão do Secretário Municipal da Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil, coordena as atividades a cargo do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

CARGO: MÉDICO DIRETOR TÉCNICO

HABILITAÇÃO: Médico com inscrição regular no CRM

ATRIBUIÇÕES: Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho dos médicos e demais profissionais de saúde em benefício da população usuária da Secretaria Municipal de Saúde e do Sistema Único de Saúde, assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões de Ética Médica criadas no âmbito municipal, cientificar o Secretário Municipal de Saúde da instituição das irregularidades que se relacionem com a boa ordem, asseio e disciplina hospitalares, executar e fazer executar a orientação da Secretaria Municipal de Saúde em matéria administrativa, representar a Secretaria Municipal de Saúde em suas relações com as autoridades sanitárias e outras, quando exigirem a legislação em vigor, manter perfeito relacionamento com os demais médicos da Secretaria Municipal de Saúde, supervisionar a execução das atividades de assistência médica da Secretaria Municipal de Saúde. **CARGO:** DIRETOR DE DEPARTAMENTO

ATRIBUIÇÕES: dirigir a execução das políticas atribuídas aos respectivos departamentos, fazendo cumprir as determinações superiores.

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

HABILITAÇÃO: Ciências da Computação, Analista de Sistema ou Sistema de Informação

ATRIBUIÇÕES: promove a utilização das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDICs) dentro das escolas; promove o acesso do que há de mais novo na Tecnologia Educacional no auxílio do processo de ensino e aprendizagem; realiza o contato institucional, com a supervisão do Secretário da pasta, com o Ministério da Educação a fim de implementar os programas de tecnologias educativas; realiza o contato institucional, com a supervisão do Secretário da pasta, com as Universidades e Instituições Públicas visando a implantação de parcerias para apoio técnico; fomenta a formação continuada em tecnologias para profissionais técnicos vinculados à Secretaria de Educação e Esportes; promove estratégias facilitadoras da gestão escolar por meio do uso da tecnologia da informação e comunicação; promove a inclusão digital nas escolas, garantindo assim, o acesso dos docentes e discentes à internet, propõe alternativas de melhora, supervisão ou correção de eventuais desajustes detectados nas salas de tecnologias educacionais, juntamente com a Secretaria de Educação e Esportes e a Direção da Escola.

CARGO: COORDENADOR

ATRIBUIÇÕES: Coordena a execução das políticas públicas setoriais, de responsabilidade da respectiva coordenadoria.

CARGO: COORDENADOR DO CAPS

HABILITAÇÃO: Curso Superior na área da saúde

ATRIBUIÇÕES: Coordena o desenvolvimento da Saúde Mental do Município.

CARGO: COORDENADOR DO NASF

HABILITAÇÃO: Curso Superior na área da saúde

ATRIBUIÇÕES: Coordena e auxilia o Diretor Especial de Atenção Básica, criando estratégias para melhor atendimento da Saúde Básica no Município.

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO

ATRIBUIÇÕES: Assessoria o Secretário Municipal de Governo, Planejamento e Comunicação Social nos assuntos relacionados à comunicação do Governo e da Administração Municipal com os demais Poderes e Entidades, públicas e privadas.

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE PLANEJAMENTO

HABILITAÇÃO: Curso Superior

ATRIBUIÇÕES: Assessoria o Secretário Municipal de Governo, Planejamento e Comunicação Social nos assuntos relacionados ao planejamento das ações de Governo que lhe são afetas.

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

HABILITAÇÃO: Curso Superior na área da educação

ATRIBUIÇÕES: Assessoria o Secretário Municipal de Educação e Esportes nos assuntos relacionados ao planejamento da educação no Município de Laguna; elabora estratégias e planos de atuação visando o desenvolvimento da educação no Município.

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

HABILITAÇÃO: Curso Superior

ATRIBUIÇÕES: Assessoria o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico nos assuntos relacionados à política de desenvolvimento do setor.

CARGO: COORDENADOR ESPECIAL DA SAÚDE BUCAL

HABILITAÇÃO: Odontólogo com registro regular no CRO

ATRIBUIÇÕES: Coordena a atividade dos odontólogos da rede municipal e dos programas da área, de modo que os serviços da rede pública garantam a promoção, prevenção e a recuperação da saúde bucal da população.

CARGO: ASSESSOR DE ATENÇÃO BÁSICA

HABILITAÇÃO: Curso Superior na área da saúde

ATRIBUIÇÕES: Assessoria o Secretário Municipal de Saúde, nos assuntos relacionados à saúde básica, em especial, na elaboração de ações voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação.

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL

HABILITAÇÃO: Curso Superior

ATRIBUIÇÕES: Assessoria o Gabinete do Prefeito em questões relativas a área da saúde, fazendária e contábil, administração, inclusive em licitações, de modo que o Chefe do Poder Executivo possa despachar os assuntos referentes às respectivas áreas sempre com o devido acompanhamento técnico ou, determinar estudos para as mesmas.

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE I

ATRIBUIÇÕES: Assessora o Gabinete do Prefeito; lida com políticas, programas e projetos de desenvolvimento da Administração Municipal; colabora com a Chefia de Gabinete, organizando meios e pessoal para atividades de atuação da municipalidade

CARGO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

HABILITAÇÃO: Curso Superior

ATRIBUIÇÕES: Atuar na coleta, compilação e análise de informações e dados; elabora estratégias e planos de atuação com base nas informações contidas nesses estudos submetendo-as à apreciação do Secretário da Pasta ou ao Prefeito Municipal, se lotado neste órgão; trabalha na implantação dos planos selecionados oferecendo subsídios ao seu desenvolvimento; coordena a realização de reuniões de trabalho objetivando integrar a sociedade civil organizada na promoção dos projetos propostos; estabelecer mecanismos de avaliação dos resultados decorrentes das ações executadas permitindo verificar a efetividade de sua implementação.

CARGO: ASSESSOR PARLAMENTAR

ATRIBUIÇÕES: Responsável pela movimentação das informações e proposições que digam respeito ao Poder Legislativo; assessora o Poder Executivo na análise de processos relacionados a assuntos gerais de interesse do Poder Executivo e Legislativo; auxilia o Secretário de Comunicação e Governo na relação Executivo/Legislativo.

CARGO: ASSESSOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Administração, Direito ou Ciências Contábeis

ATRIBUIÇÕES: Assessorar na verificação da legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e assuntos afins ao planejamento da gestão orçamentária do município.

CARGO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Administração, Direito ou Ciências Contábeis

ATRIBUIÇÕES: Assessora o Procurador Fiscal, Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos na análise dos processos administrativos e judiciais de natureza tributária e fiscal, físicos ou eletrônicos; assessora a Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos no planejamento da arrecadação das receitas próprias do Município, apresentando proposições, relatórios e outros atos afins.

CARGO: ASSESSOR DE PROJETOS

HABILITAÇÃO: Curso superior em engenharia ou arquitetura

ATRIBUIÇÕES: Assessora a Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação e, também a Secretaria de Obras, na elaboração de estudos e projetos que digam respeito à infraestrutura (saneamento), obras, pavimentação, etc.

CARGO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

HABILITAÇÃO: Curso Superior na área da educação

ATRIBUIÇÕES: Assessora o Secretário de Educação e Esportes no planejamento da educação a nível Municipal, auxiliando na elaboração de projetos que desenvolvam a educação e a cultura no município.

CARGO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E MARKETING TURÍSTICO

ATRIBUIÇÕES: Assessora o Secretário de Turismo no planejamento e marketing, visando a divulgação do potencial turístico, das belezas do município; auxiliando na elaboração de projetos que desenvolvam o potencial turístico do município.

CARGO: ASSESSOR DE ENSINO SUPERIOR

HABILITAÇÃO: Curso Superior na área da educação

ATRIBUIÇÕES: Assessora o Secretário de Educação e Esportes no fomento de novos cursos de graduação no município, bem como, assessora o Secretário na busca de capacitação dos professores.

CARGO: ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

ATRIBUIÇÕES: assessora o Secretário de Administração na área de recursos humanos, gerencia a folha de pagamento, planeja e desenvolve estratégias de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, planos de cargos e salários, administração e relação de pessoal, relação com entidades sindicais, de acordo com as exigências legais. Elabora ações de pesquisa de clima organizacional para mensurar a satisfação dos servidores; auxilia na elaboração de documentos e comunicações internas da área, no envio das obrigações mensais e anuais relativas à Administração de Pessoal; dá assistência em auditorias internas e externas, disponibilizando documentos, emitindo consultas e informações quando necessário; acompanha a regularidade relativa à pessoal, das certidões obrigatórias junto aos órgãos oficiais, informando os superiores a situação para providências necessárias. Realiza outras atividades que lhe for delegada.

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE II

ATRIBUIÇÕES: Assessora os órgãos municipais; atua como staff voltado às demandas, às políticas e projetos de desenvolvimento da Administração Municipal; prepara relatórios, memorandos, ofícios e, executa atividades semelhantes e afins, quando solicitados, de maneira esporádicas ou em projetos no qual esteja vinculado.

Lebon Regis

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 04/2013.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 04/2013.

Processo Licitatório nº 02/2013 - TP1/2013

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS – SC

Contratado: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde dos grupos (A1, A2, A4, B e E), conforme determinação da Resolução 358/05 do CONAMA. Fica alterada a cláusula terceira do Contrato n. 04/2013 para modificar o prazo de vigência para até 31/12/2016, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Lebon Régis, 18 de Dezembro de 2015.

Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor.

CONTRATO Nº: 01/2016 LICITAÇÃO: IN01/2016.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 01/2016 licitação: IN01/2016.

Objeto: Contratação de Unidade Prestadora de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, para atender a demanda do Município de Lebon Régis de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635 de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº 728 de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la..

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS-APAE CNPJ 78.497.013/0001-05

Valor: R\$ 186.782,40 (cento e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais com quarenta centavos).

Vigência: 04/01/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 04/01/2015.

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001-002/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

CONVENENTES - O Município de Lebon Regis-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, e a Associação Franca Brasileira-Hospital Maicé. OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o Apoio Medico Hospitalar de Alta Complexidade, conforme serviços compreendidos na Lei 1485 de 13/08/2014.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – 01(Um) ano, com vigência a partir da publicação no D.O.M.

DATA E ASSINATURAS – Lebon Régis, 04 de Janeiro de 2016. – Francisco Jucelino Ribeiro, pelo Fundo de Saúde, e Elizabeth de Fátima Lima, pela Associação.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2016

CONVENENTES - O Município de Lebon Regis-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, e a Fundação Hospitalar de Curitiba-Hospital Hélio dos Anjos Ortiz. OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o Apoio Medico Hospitalar de Alta Complexidade, conforme serviços compreendidos na Lei 1286/2009 de 19/02/2009.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – 01(Um) ano, com vigência a partir da publicação no D.O.M.

DATA E ASSINATURAS – Lebon Régis, 04 de Janeiro de 2016. – Francisco Jucelino Ribeiro, pelo Fundo de Saúde, e Marcelo Antônio Pasolini, pela Fundação.

INEXIGIBILIDADE Nº IN01/2016. PROCESSO Nº01/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade Nº IN01/2016. Processo nº01/2016

OBJETO: Contratação de Unidade Prestadora de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, para atender a demanda do Município de Lebon Régis de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635 de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº 728 de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la. Data de Homologação: 04/01/2016
Licitantes Homologados: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS-APAE CNPJ 78.497.013/0001-05. Valor total R\$ 186.782,40 (cento e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais com quarenta centavos).

Lebon Regis, 04/01/2016

Ludovino Labas – Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2009 PROCESSO Nº 174/2009

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2009 PMN, 174/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Prefeitura Municipal de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, PESSOAS JURÍDICAS CAPACITADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA AO LONGO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2009 PROCESSO Nº 49/2009

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2009 FMS, 49/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de LABORATÓRIO PARA O FUNDO NO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2010 PROCESSO Nº 20/2010 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2010 FMS, 20/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de COMUNIDADE TERÁPEUTICA PARA USUÁRIO (AS) DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM POTENCIAL DE ABUSO. (ÁLCOOL E OUTRAS DOGRAS). As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100,

Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2011 FMS PROCESSO Nº 56/2011 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2011 FMS, 56/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de ÓRTOSE, PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS NÃO RELACIONADOS AO ATO CIRÚRGICO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012 FMS PROCESSO Nº 62/2012 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2012 FMS, 62/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA. DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA, EXAMES RADIOLÓGICOS DO TÓRAX, MEDIASTINO E MAMOGRAFIAS AOS USÁRIOS DO SUS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 FMC

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2015 FMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, a CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA EXERCEREM AS ATIVIDADES DE ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS SOBRE PROJETOS CULTURAIS, NOS MOLDES DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO DA CULTURA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. As pessoas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE MARÇO DE 2016. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2010 FMS
PROCESSO Nº 26/2010 FMS**

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº02/2010 FMS, 26/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2012 FMS
PROCESSO Nº 92/2012 FMS.**

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº02/2012 FMS - 92/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA AOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2010 FMS
PROCESSO Nº 73/2010 FMS**

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº03/2010 FMS, 73/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de DIAGNOSTICO EM ENDOSCOPIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2012 IPP

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº007/2012 IPP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Instituto de Previdência de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS E DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DEVIDAMENTE AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL, CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES.. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2015 FMC

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº09/2015 FMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, 03 (TRES) PESSOAS FÍSICAS PARA EXERCEREM AS ATIVIDADES DE CURADORIA SOBRE AS OBRAS DE ARTE DO SALÃO DE ARTES VISUAIS, REALIZADOS NO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA - CIC, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 109/2012 PMN

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº109/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de CONSULTAS MÉDICAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA EM ESPECIALIDADES MÉDICAS PARA DIAGNÓSTICO EM OFTALMOLOGIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº11/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, PRESTADORA DE SERVIÇO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE (CARDIOLOGICOS) DE ACORDO COM A TABELA SAI/SUS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. As pessoas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 de janeiro de 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 129/2013 PMN

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº129/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Prefeitura Municipal de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS CONTRIBUINTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC NO GUICHÊ DO CAIXA, CORRESPONDENTE BANCÁRIO, ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO, CARTÃO DE CRÉDITO, INTERNET, AUTOATENDIMENTO E HOME/OFFICE BANKING, VIA SISTEMA, COM EMISSÃO DE FATURA PAPEL E/OU OUTROS DOCUMENTOS QUE ESTA SECRETARIA POSSA EMITIR OU AUTORIZAR. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE

2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 21/2014 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº21/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE EM CENTRO MÉDICO MÓVEL PARA PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 29/2014 PMN

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº29/2014 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Prefeitura Municipal de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, PAVIMENTAÇÃO DE PAVER, ASFALTO, LAJOTAS SEXTAVADAS E RETANGULARES INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA – PPP NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº30/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, PRESTADORA DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (DIAGNOSTICO POR IMAGEM) PARA

ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. As pessoas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 de janeiro de 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 37/2013 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº37/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS A SEREM PRESTADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME AÇÃO JUDICIAL Nº 135.13.000302-0. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2013 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº45/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE EM CENTRO MÉDICO MÓVEL PARA PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 56/2014 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº56/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 59/2014 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº59/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE (CITOPATOLOGIA E ANATOMIA) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, DE ACORDO COM A TABELA SIA/SUS. As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 DE JANEIRO DE 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 78/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº78/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ASSISTENCIAIS DE REABILITAÇÃO EM DEFICIENCIA INTELECTUAL E/OU DISTURBIO DO ESPECTRO AUTISTA, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 04 de janeiro de 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo

de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 80/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº80/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, CLÍNICAS E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO, INVOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E EDOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 04 de janeiro de 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 83/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº83/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM

LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 04 de janeiro de 2016.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO OS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Edital de Chamamento Para Inscrição e Atualização os Registros Cadastrais de Fornecedores

O Município de Navegantes através do Departamento de Compras e Licitações torna público que está convocado a partir de 04 de janeiro de 2016, nos dias úteis, no horário de expediente normal das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, a todos os interessados, de conformidade com o art. 34 da lei 8.666/93 e demais normas do direito público aplicáveis, que se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder o Certificado de Registro Cadastral no Município como fornecedor e/ou Prestador de Serviço da Administração Pública Municipal. A relação dos documentos encontram-se a disposição no site <http://www.navegantes.sc.gov.br> ou no Departamento De Compras e Licitações, situado a rua João Emilio, 100 – Centro – Navegantes/SC. Fone (47) 3342 9500

Navegantes/SC, 23 de dezembro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 NAVEGANTESPREV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93, que se encontra aberto o processo licitatório para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE CENSO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES VINCULADOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIO, COMPREENDENDO CAPTURA DE BIOMETRIA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A SUA GESTÃO E DIVULGAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 18/01/2016. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 18/01/2016. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, n.º 295, Centro - Navegantes/SC ou no site; www.navegantesprev.sc.gov.br. Navegantes, 04 de janeiro de 2016. JAN ULLRICH – DIRETOR PRESIDENTE

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 001,002 E 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2016
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Valor : 189.806,40 (cento e oitenta e nove mil oitocentos e seis reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.71.00.00.00.00.00 (7) Saldo: 411.400,00
Objeto : Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio dos projetos e atividades desenvolvidas pelo Consórcio, para a execução de suas finalidades, previstas nos art. 4º e 5º do Estatuto Social.

Novo Horizonte, 04 de Janeiro de 2016-DIRCEU MEZOMO – Secretário SSPS/Gestor FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 002/2016
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE S.C.
Valor : 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.031.3.1.71.00.00.00.00.00 (1), 2.031.3.3.71.00.00.00.00.00 (7)
Objeto : O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de Novo Horizonte, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Novo Horizonte, 04 de Janeiro de 2016-DIRCEU MEZOMO – Secretário SSPS/Gestor FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2016
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE S.C.
Valor : 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.031.3.1.71.00.00.00.00.00 (1), 2.031.3.3.71.00.00.00.00.00 (7)

Objeto : O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de Novo Horizonte, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Novo Horizonte, 04 de Janeiro de 2016-DIRCEU MEZOMO – Secretário SSPS/Gestor FMS

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 001,002,003,004,005,006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA
Valor : 5.269,56 (cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (109) Saldo: 605.000,00
Objeto : objeto do presente contrato é a locação, manutenção e suporte pela CONTRATADA à CONTRATANTE, ao SOFTWARE denominado WINRURAL.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL
Valor : 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12) Saldo: 223.850,00
Objeto : O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:-D iário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;-2. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;e Registro Mercantil Integrado - REGIN

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 002/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: MARCIA APARECIDA BOTTEGA HOFFMANN
Valor : 16.588,08 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e oito reais e oito centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (129) Saldo: 84.700,00
Objeto : Este contrato tem por objeto a locação do imóvel urbano, em alvenaria, com 02 pavimentos, sendo 110 m2 cada pavimento, localizado na Rua José Fabro, nº 10, do Lote nº 05, da Quadra nº 01, centro deste município, Matrícula Nº 14.326.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CENTRO DE INTEG. EMP/ESCOLA DO ESTADO DE SC - CIEE
Valor : 20.280,00 (vinte mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.50.00.00.00.00 (10), 2.030.3.3.50.00.00.00.00 (127)
Objeto : Contratação do Centro Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, para a Cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades capazes de propiciar a "promoção da integração ao mercado de trabalho" e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788, , Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 005/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: POLIMEDICI ASSES. E CONSULT.EM MEDICINA DO TRAB.LTDA
Valor : 7.899,00 (sete mil oitocentos e noventa e nove reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 223.850,00
Objeto : Contratação de pessoa jurídica para serviços especializados de Medicina e Segurança no Trabalho, para elaboração dos programas de saúde de trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente, compreendendo:PPRA, PCMSO, LTCAT, PPP E Assessoria Técnica e Software integrado para gerenciar a Saúde e Segurança Ocupacional.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT

- Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 006/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: FAEF SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
Valor : 4.818,00 (quatro mil oitocentos e dezoito reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2015
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 66.550,00
Objeto : O presente contrato tem por objeto: a Prestação de Serviços de locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT - Prefeito

Paraíso

PREFEITURA

CONTRATO 003/2015

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

DO OBJETO: O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS DE TRIBUTOS COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, E CIDADÃO WEB COM ACESSOS ILIMITADOS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC
Paraíso/SC, 04 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

INEXIGIBILIDADE 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna público a seguinte contratação:
DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Água Potável Encanada, segundo previsão de gastos da Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 12.852,00 (Doze mil oitocentos e cinquenta e dois reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

DA VIGÊNCIA: 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

INEXIGIBILIDADE 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO, torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS DE TRIBUTOS COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, E CIDADÃO WEB COM ACESSOS ILIMITADOS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL." para o exercício de 2015.

DO VALOR TOTAL: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso.

DO CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de janeiro de 2016 até 31 de Dezembro de 2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeitura Municipal de Paraíso/SC.

PREGÃO PRESENCIAL 41/2015

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h00min horas do dia 15 de Janeiro de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENSILHADEIRA NOVA E CARRETA AGRÍCOLA NOVA, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraíso/SC, com recursos provenientes do Contrato de Repasse CAIXA Nº 1018.911-822014 /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / CAIXA e recursos Próprios", conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste edital. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 30 de dezembro de 2015.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Penha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 01/2016

NOMEIA: o Sr. ADILSON OSVALDO REIS, aprovado em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 02/2016

NOMEIA: o Sr. DANILO BENTO, aprovado em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 31, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 31, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI – PARA O EXERCÍCIO DO CARGO PÚBLICO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA – NÍVEL CPE – 03, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVAN BOGONI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI, brasileira, casada, residente e domiciliado em Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo estatutário de SECRETÁRIA EXECUTIVA – NÍVEL CPE - 03, 20 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01.04.2014 à 30.03.2015, com o gozo de 04 de janeiro de 2016 a 23 de janeiro de 2016, sendo que os 10 (dez) dias restantes serão convertidos em abono pecuniário, nos termos da LC 16/92, § 1º do art. 138, alterada pela LC 70/98.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

IVAN BOGONI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5084, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 5084, de 04 de janeiro de 2016.

“FIXA AS DATAS PARA PAGAMENTO DO IPTU, ISSQN, TVCNM, TVS, TSCI, TVSSPS, TCL E COSIP, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; e com a Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º-	O pagamento do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano no exercício de 2016, deverá ser efetuado em cota única ou em parcelas, limitadas a 06 parcelas.
	§ 1º- Fixa-se o dia 17/02/2016, como a data de vencimento da cota única para pagamento total do imposto com desconto de até 20% (vinte por cento) do Imposto Predial e Imposto Territorial Urbano, conforme o disposto no artigo 213 da Lei Complementar nº 110/2003 e alterações posteriores.
	§ 2º- As parcelas não poderão ser inferiores aos valores definidos para os parcelamentos em geral previstos na Legislação Tributária Municipal e terão as seguintes datas de vencimento:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	17/02/2016
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	17/03/2016
2ª – Parcela	19/04/2016
3ª – Parcela	18/05/2016
4ª – Parcela	16/06/2016
5ª – Parcela	19/07/2016
6ª – Parcela	17/08/2016

Art. 2º-	O pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no artigo 290 da Lei Complementar nº110/2003, deverá ser efetuado nos prazos abaixo especificados:
	§ 1º- ISSQN FIXO - Profissionais Liberais e Sociedades Uniprofissionais previstos no art. 272, II da Lei Complementar nº110/2003:

Parcela	Vencimento
01	29/01/2016
02	29/02/2016
03	31/03/2016
04	29/04/2016
05	31/05/2016
06	30/06/2016
07	29/07/2016
08	31/08/2016
09	30/09/2016
10	31/10/2016
11	30/11/2016
12	29/12/2016

	§ 2º- ISSQN FIXO - Autônomos de Nível Técnico:
--	--

Parcela	Vencimento
01	29/02/2016
02	29/04/2016
03	30/06/2016

04	31/08/2016
05	31/10/2016
06	29/12/2016

	§ 3º- ISSQN FIXO - Autônomos em Geral:
--	--

Parcela	Vencimento
01	29/02/2016
02	31/05/2016
03	31/08/2016
04	30/11/2016

	§ 4º- ISSQN VARIÁVEL – Deverá ser pago mensalmente até o dia 15 (quinze) ou o primeiro dia útil seguinte do mês seguinte àquele em que ocorrer o fato gerador ou for efetuada a retenção na fonte pagadora.
	§ 5º- ISSQN VARIÁVEL de escritórios contábeis e demais optantes pelo Simples Nacional - Pagamento mensal até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme artigos 33 e 34 da Resolução CGSN 94 de 01 de dezembro de 2011.

Art. 3º-	O pagamento da Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais - TVCNM, previsto no artigo 356 da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:
----------	---

Parcela	Vencimento
Cota Única	29/01/2016

	Parágrafo único - Ficam dispensados do pagamento da referida Taxa, os contribuintes que protocolarem solicitação de baixa de atividades até o dia 08 de janeiro de 2016.
--	--

Art. 4º-	O pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária - TVS, previsto no artigo 364 da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:
----------	--

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/05/2016

	Parágrafo único - Ficam dispensados do pagamento da referida Taxa, os contribuintes que protocolarem solicitação de baixa de atividades até o dia 08 de janeiro de 2016.
--	--

Art. 5º-	O pagamento da Taxa de Segurança Contra Incêndio - TSCI - (FUMREBOM), com desconto de 20% conforme previsto no § 4º do artigo 368 da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:
----------	--

Parcela	Vencimento
Cota Única	17/02/2016

Art. 6º-	O pagamento da Taxa de Vistoria de Sistemas de Segurança e Prevenção de Sinistros - TVSSPS, previsto no artigo 374 da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:
----------	---

Parcela	Vencimento
Cota Única	30 dias após a vistoria prevista

Art. 7º-	O pagamento da Taxa de Serviço Urbano de Coleta de Lixo – TCL, previsto no artigo 377 da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado nos prazos abaixo especificados:
----------	---

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	17/02/2016
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	17/03/2016

2ª – Parcela	19/04/2016
3ª – Parcela	18/05/2016
4ª – Parcela	16/06/2016
5ª – Parcela	19/07/2016
6ª – Parcela	17/08/2016

Art. 8º-	O pagamento da Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) será mensal, através de nota fiscal fatura emitida pela concessionária de distribuição de energia elétrica, no vencimento da fatura, conforme dispõe o artigo 382 da Lei Complementar 110/2003.
	Parágrafo único - O pagamento da Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) dos imóveis sem benfeitoria ou sem medidores de energia elétrica instalados será feito juntamente com o carnê de pagamento do IPTU.
Art. 9º-	O pagamento dos valores relativos ao Uso do Solo Público deverá ocorrer nas datas previstas nos respectivos contratos de concessão.
Art. 10-	O pagamento dos valores relativos a Concessão do Terminal Rodoviário, deverá ocorrer mensalmente até o dia 15 (quinze) ou primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente àquele em que ocorrer o fato gerador.
Art. 11-	Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar por escrito, na forma estabelecida na legislação municipal para cada tributo, pedido de revisão ou reclamação fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, que procederá a um recálculo se necessário.
Art. 12-	Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 13-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

04 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 5085, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 5085, de 04 de janeiro de 2016.

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE ENTREGA DOS CARNÊS DE IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, EM DETERMINADOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, DEVIDO A IMPOSSIBILIDADE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM DISPONIBILIZAR CORRESPONDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e em conformidade com a Relação de Logradouros com entregas temporariamente canceladas, emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com base no Art. 2º, inciso III, da Portaria nº 567, de 29 de dezembro de 2011, do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam canceladas as entregas de Carnês de IPTU, para o exercício de 2016, nos Logradouros (total ou parcialmente) do município de Rio do Sul abaixo relacionados, com base na relação emitida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em conformidade com o Art. 2º, inciso III, da Portaria nº 567, de 29 de dezembro de 2011, do Ministério das Comunicações:

I - Distrito 05:

- a) Rua Bom Sucesso;
 - b) Rua Justina de Barba Ledra;
 - c) Rua Maria Sechet Ledra;
 - d) Rua Felício Ledra;
 - e) Rua São José;
 - f) Rua Francisco Spaeth.
- II - Distrito 06:
- a) Rua Hercílio Marcelino;
 - b) Rua Hercílio Bernardo Cláudio;
 - c) Rua Jose Cimardi;
 - d) Rua Terezinha Martins Machado;
 - e) Rua Ana Negheborn;
 - f) Rua Durval Michael Schneider;
 - g) Rua Durval Vitor Andrade;
 - h) Rua André Largura;
 - i) Rua Carlos Parma.
- III - Distrito 07:
- a) Estrada da Penha;
 - b) Rua Camboriú;
 - c) Rua Antônio Rosa;
 - d) Rua Ernesto Machado;
 - e) Rua Apárcio Basílio da Rocha;
 - f) Rua Francisco da Cruz dos Santos;
 - g) Rua Willy Hering;
 - h) Rua Luiz Adelar Soldatelli;
 - i) Rua Euclides Ataídes da Costa;
 - j) Rua Julio Schlup;
 - k) Rua Gustavo Hasse;
 - l) Rua Caetano Faletti;
 - m) Rua Renate Ax Wilhelm.
- IV - Distrito 08:
- a) Rua Padre Feijó;
 - b) Rua Cerro Azul;
 - c) Rua Santa Isabel;
 - d) Rua Ovídio Bonfanti;
 - e) Rua Concórdia;
 - f) Rua Nossa Sra. Aparecida;
 - g) Rua Georg Rausch;
 - h) Rua do Escultor;
 - i) Rua São Sebastião;
 - j) Rua Augusto A. Correia;
 - k) Rua Josefina Ferrari;
 - l) Rua José Valiati.
- V - Distrito 09:
- a) Estrada do Redentor;
 - b) Rua Papa João XXXIII;
 - c) Estrada Boa Esperança;
 - d) Rua Heitor Largura;
 - e) Beco Firmino Schneider.
- VI - Distrito 12:
- a) Rua Dom João VI;
 - b) Rua Uldemar Trapp;
 - c) Rua São Bento;
 - d) Rua Augusto Munzfeld;
 - e) Rua Henrique Degenhart;
 - f) Rua Santa Cruz;
 - g) Rua Auta Sofka;
 - h) Rua Teófilo Sofka.
- VII - Distrito 13:
- a) Rua Abelardo da Silva Ramos;
 - b) Rua Edmundo Nogueira Miranda;
 - c) Rua Jordina do Nascimento;
 - d) Rua Helmuth Keske;
 - e) Rua Ari Bonifácio Berri;
 - f) Rua Fredolino Erkmann;
 - g) Rua Dico Sarda;
 - h) Rua Mafalda Cipriani Peters;
 - i) Rua Vaticano;
 - j) Rua Elizeu Gomes do Nascimento;

k) Rua Antonio Tonon;
 l) Rua Curitibaanos;
 m) Rua Videira;
 n) Rua Luiz Valiati;
 o) Rua dos Palmitos;
 p) Rua Alvorada;
 q) Rua Palestina.
 VIII - Distrito 15:
 a) Rua Artur Siewerdt.
 IX - Distrito 16:
 a) Rua São Luiz;
 b) Rua Goiás;
 c) Rua Leandro Dellajustina.
 X - Distrito 17:
 a) Rua Ribeirão Preto;
 b) Rua Fritz Kneidl;
 c) Rua Roberto Holler;
 d) Rua Imigrantes;
 e) Rua Guilherme Witt;
 f) Rua Lisboa.

Art. 2º- Os Carnês de IPTU, para o exercício de 2016, dos logradouros constantes do Art. 1º deste Decreto, ficarão à disposição para serem retirados até o dia 05 de fevereiro de 2016, na Agência dos Correios de Rio do Sul, sito a Avenida Sete de Setembro, nº 159, Centro – Rio do Sul – SC, CEP 89160-970.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
 04 de janeiro de 2016.
 GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
 Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
 Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - EDITAL Nº 001/2016 - SMF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

EDITAL Nº SMF 001/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2016

O Secretário Municipal da Fazenda e o Diretor do Departamento de Fiscalização do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, tornam público o lançamento dos Impostos, Taxas Municipais e Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, para o exercício de 2016, na forma da Lei Complementar nº 110/2003, sendo:

w Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
 w Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
 w Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais (TVCNM);
 w Taxa de Vigilância Sanitária (TVS);
 w Taxa de Serviço Urbano de Coleta de Lixo (TCL);
 w Taxa de Segurança Contra Incêndios (TSCI - FUMREBOM);
 w Taxa de Vistoria de Sistemas de Segurança e Prevenção de Sinistros (TVSSPS);
 w Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP);

1. MODALIDADES DE PAGAMENTO

1.1 - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme dispõem os artigos 210 e 213 da Lei Complementar 110/03:

Pagamento até o dia 17.02.2016 com descontos variáveis de até 20% (vinte por cento) em cota única, somente para os valores do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano;

Para pagamentos parcelados, deverá ser observada a seguinte tabela de vencimentos:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	17/02/2016
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	17/03/2016
2ª – Parcela	19/04/2016
3ª – Parcela	18/05/2016
4ª – Parcela	16/06/2016
5ª – Parcela	19/07/2016
6ª – Parcela	17/08/2016

1.2 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):

1.2.1 - Tributação Fixa:

1.2.1.1 - Profissionais liberais das áreas de medicina, odontologia, advocacia, engenharia, arquitetura, demais profissionais liberais com Tributação Fixa definida na Tabela II do Anexo II da Lei Complementar 110/2003, Sociedades Uniprofissionais previstas no art. 272, II; conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	29/01/2016
02	29/02/2016
03	31/03/2016
04	29/04/2016
05	31/05/2016
06	30/06/2016
07	29/07/2016
08	31/08/2016
09	30/09/2016
10	31/10/2016
11	30/11/2016
12	29/12/2016

1.2.1.2 – Escritórios contábeis optantes pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional (art. 272-A):

Pagamento mensal até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme art. 34 da Resolução CGSN 94 de 01 de dezembro de 2011.

1.2.1.3 – Autônomos de Nível Técnico, com Tributação Fixa definida na Tabela II do Anexo II da Lei Complementar 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	29/02/2016
02	29/04/2016
03	30/06/2016
04	31/08/2016
05	31/10/2016

Parcela	Vencimento
06	29/12/2016

1.2.1.4 - Autônomos em geral, com Tributação Fixa definida na Tabela II do Anexo II da Lei Complementar 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	29/02/2016
02	31/05/2016
03	31/08/2016
04	30/11/2016

1.2.2 - Com tributação variável (Homologado) definida na Tabela I do Anexo II da Lei Complementar 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, I, da Lei Complementar 110/2003:

Mensalmente até o dia 15 (quinze) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador ou retenção do imposto na fonte pagadora, conforme dispõe o art. 290, I, da Lei Complementar 110/03.

Mensalmente até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil do mês subsequente para os optantes pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional, conforme art. 33 da Resolução CGSN 94 de 01 de dezembro de 2011.

1.3 - Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Municipais (TVCNM), conforme dispõe o art. 356 da Lei Complementar 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	29/01/2016

1.4 - Taxa de Vigilância Sanitária (TVS) conforme dispõem os artigos 359 e 364 da Lei Complementar 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/05/2016

1.5 – Taxa de Coleta de Lixo (TCL), conforme dispõe o art. 377 Lei Complementar 110/2003:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	17/02/2016
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	17/03/2016
2ª – Parcela	19/04/2016
3ª – Parcela	18/05/2016
4ª – Parcela	16/06/2016
5ª – Parcela	19/07/2016
6ª – Parcela	17/08/2016

1.6 - Taxa de Segurança Contra Incêndio (TSCI), conforme dispõe o art. 368, § 3º da Lei Complementar 110/03:

Parcela	Vencimento
Cota Única	17/02/2016

1.7 - Taxa de Vistoria de Sistemas de Segurança e Prevenção de Sinistros (TVSSPS), conforme dispõem os artigos 371 e 374 da Lei Complementar 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	30 dias após a vistoria prevista

1.8 - Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), conforme dispõem os artigos 379 e 382 da Lei Complementar 110/2003:

Pagamento mensal através de nota fiscal fatura emitida pela concessionária de distribuição de energia, conforme o vencimento da fatura, para os imóveis que possuem benfeitoria.

Pagamento nas mesmas datas previstas para o IPTU, para os imóveis sem benfeitoria ou sem medidores de energia elétrica instalados.

2. PENALIDADES:

A falta de pagamento dos tributos até o vencimento estipulado implica incidência de multa e juros de mora sobre o valor do tributo, como segue:

2.1 - Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento);

2.2 - Juros calculados com base na variação da SELIC, devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do seu vencimento.

3. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO:

As guias de recolhimento e/ou carnês dos tributos serão distribuídos da seguinte forma:

3.1 - IPTU, TSCI (FUMREBOM), TCL e COSIP: As Notificações de Lançamento, juntamente com as Guias de pagamento à vista e carnê para pagamento parcelado, serão distribuídos através dos correios, para o imóvel objeto do imposto ou para o endereço previamente indicado para remessa de correspondência;

3.1.1 - IPTU, TSCI (FUMREBOM), TCL e COSIP: Os contribuintes que optarem pela emissão pela web com isenção do Preço Público, receberão pelo endereço eletrônico previamente cadastrado, informações para a emissão da guia de recolhimento a partir de 11/01/2016.

3.2 – TVCNM e TVS: As Notificações de Lançamento, juntamente com as Guias para pagamento à vista, serão distribuídas através dos correios, para o endereço indicado por ocasião do cadastro fiscal ou diretamente para os escritórios contábeis responsáveis pela escrita fiscal, previamente cadastrados.

3.3 – ISSQN com Tributação Fixa: As Notificações de Lançamento, juntamente com o carnê para pagamento parcelado, serão distribuídas através dos correios, para o endereço indicado por ocasião do cadastro fiscal ou diretamente para os escritórios contábeis responsáveis pela escrita fiscal, previamente cadastrados.

3.4 – O ISSQN lançado por homologação (tributação variável) deverá ter sua base de cálculo informada através do uso de sistema informatizado, disponibilizado para este fim pela Secretaria Municipal da Fazenda. As guias de recolhimento do Imposto deverão ser impressas pelo próprio contribuinte ou pelo responsável por sua escrituração contábil e fiscal, após informada a base de cálculo, de acordo com cada atividade da empresa.

4. HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

A Secretaria Municipal da Fazenda atende junto ao Centro Administrativo Municipal Prefeito Helmuth Baumgarten, com sede na Praça 25 de julho, 01 – Centro – Rio do Sul – SC, nos seguintes horários:

- De 04/01/2016 até 29/02/2016 das 07h30min as 13:30hs;
- A partir de 01/03/2016 das 07h30min as 11h30min e 13h30min as 17h30min.

5. ESCLARECIMENTOS FINAIS:

5.1 - IPTU

Os Contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê do IPTU até o dia 05/02/2016, deverão solicitar segunda via, junto ao sítio <http://www.riodosul.sc.gov.br/index.php/cidadao/servicos-online/guias-e-taxas> ou na Secretaria Municipal da Fazenda, sito a Praça 25 de julho, 01 - Centro - Rio do Sul – SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, até a data de vencimento da primeira parcela ou da segunda cota única do IPTU (17/03/2016), pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, para reavaliação (conforme arts. 211 e 212 da Lei Complementar nº 110/2003).

5.2 - ISSQN FIXO

Os contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê do ISSQN FIXO até o dia 22/01/2016, deverão solicitar segunda via a partir do dia 25/01/2016, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, sito a Praça 25 de julho, 01 - Centro - Rio do Sul - SC, andar térreo.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar por escrito, na forma estabelecida na legislação municipal para cada tributo, pedido de revisão ou reclamação fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, que procederá a um recálculo se necessário.

5.3 - TVCNM e TVS

Os contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê da TVCNM e TVS até o dia 22/01/2016, deverão solicitar segunda via a partir do dia 25/01/2016, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, sito a Praça 25 de julho, 01 - Centro - Rio do Sul - SC, andar térreo.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar reclamação, por escrito, à Secretaria Municipal da Fazenda, na forma e prazo previsto no artigo 175 da Lei Complementar nº 110/2003.

5.3 – LOCAIS DE PAGAMENTO

Os pagamentos relativos ao IPTU, TSCI, TCL, ISSQN, TVS, TVSSPS e TVCNM, deverão ser efetuados em qualquer agência bancária ou correspondente bancário, até a data do vencimento.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2016.

Cristiano Conreira Dias Lopes Segatto	José Luiz do Nascimento
Secretário Municipal da Fazenda	Fiscal de Tributos Diretor do Departamento de Fiscalização

Romelândia

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Romelândia, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, que se encontram abertas às inscrições por Progressão por Curso de Aperfeiçoamento, para o membro que atua no Magistério Público Municipal efetivo.

I – DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste na concessão de progressão por Curso de Aperfeiçoamento ao membro do Magistério Público Municipal que tenha freqüentado cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de formação ou atuação em que desempenhe suas atividades profissionais.

I – DO REGIME JURÍDICO

A progressão por Curso de Aperfeiçoamento se fará de acordo com o contido nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar 003/2009.

III – DAS INSCRIÇÕES

- O período de inscrições será nos dias 04 a 29 de janeiro de 2016, junto ao setor de Recursos Humanos, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Romelândia.
- A inscrição será através de requerimento, juntamente com os devidos certificados, originais e cópias.
- O candidato deverá fazer sua inscrição pessoalmente.

IV – DA DOCUMENTAÇÃO

Para fazer jus à progressão, o profissional do Magistério deverá atender o que dizem artigos 17 a 19 da Lei Complementar 003/09.

V – DO RESULTADO

Após análise dos certificados e comprovação dos mesmos, será concedida a progressão, através de Portaria Municipal.

VI – DO VENCIMENTO

Para cada referência, serão atribuídos valores de 2% (dois por cento) sobre o salário base da Categoria Funcional.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os recursos de casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Romelândia juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de janeiro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2015 - FMS

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

Contratado: Laboratório São Francisco de Patologia Clínica Ltda.

Valor Total: R\$ 57.000,00

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015 - FMS

Objeto: Prestação de Serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

Contratado: Laboratório de Análises Clínicas Pasteur Ltda.

Valor Total: R\$ 57.000,00

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2015 - FMS

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

Contratado: Antonio Augusto Pereira - Lab. Pasteur Ltda.

Valor Total: R\$ 57.000,00

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2015 - FMS

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

Contratado: Laboratório de Santa Catarina Ltda.

Valor Total: R\$ 57.000,00

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS IMOVEIS, CADA UM COM DOIS PAVIMENTOS SENDO UM COM ÁREA DE 335,15 M² E OUTRO COM ÁREA 329 M² SITUADO NA RUA CAPITAO ERNESTO NUNES ESQUINA COM A RUA PADRE FIDELIS TOMELIN – CENTRO, PARA ABRIGAR O LABORATÓRIO MUNICIPAL E O CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/12/2016.

CONTRATADO: CENTER VARIEDADES LTDA

Valor: R\$ 122.090,52

SÃO BENTO DO SUL, 30 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA - PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 269/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 269/2015

Objeto: Hospedagem em abrigo para a Sra. Albertina Telma, referenciada no programa "garantindo a política do idoso em situação de vulnerabilidade social", pelo período de 01 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016.

Contratado: Instituto Santé

Valor Total: R\$ 8.000,00

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Rita Maria Dums – Secretária de Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 274/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 274/2015

Objeto: Hospedagem em abrigo para a Sra. Elzira Hanel, referenciada no programa "garantindo a política do idoso em situação de vulnerabilidade social", pelo período de 01 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016.

Contratado: Instituto Santé

Valor Total: R\$ 3.605,88

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Rita Maria Dums – Secretária de Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 275/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 275/2015

Objeto: Contratação de hospedagem para o idoso Sr. José Alves, referenciado no programa "garantindo política do idoso em situação de vulnerabilidade Social."

Contratado: Elizeu H. de Azevedo e Cia LTDA - ME

Valor Total: R\$ 3.986,40

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Rita Maria Dums – Secretária Municipal de Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO RURAL ONDULADO E CONSTRUÇÃO), NÃO CERCADO, COM ÁREA APROXIMADA DE 28.000,00 M², LOCALIZADO NA RUA MAX JOHN, NO BAIRRO BELA ALIANÇA, QUE SERÁ USADO PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/12/2016.

CONTRATADO: PAULINA RUDNICK ESPÓLIO DE OSWALDO RUDNICK

Valor: R\$ 11.185,80

SÃO BENTO DO SUL, 30 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

OSMAR TELMA – SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 278/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 278/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO E CONSTRUÇÕES) C/ ÁREA DE 6.212,50 M² (TERRENO) E 943,31 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, LOCALIZADO NA RUA: EXPEDICIONÁRIO OSCAR SCHNEIDER, Nº 80 - BAIRRO BOEHMERWALD, FRENTE PARA A RODOVIA SC 301, PARA ABRIGAR A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 01/01/2016 À 31/12/2016.

CONTRATADO: Alcides José Hruschka

VALOR: R\$ 131.498,88(cento e trinta e um mil quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)

SÃO BENTO DO SUL, 23 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

OSMAR TELMA – SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 279/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 279/2015

Objeto: Locação de imóvel (terreno rural semi-plano e construções), semi-cercado, com área aproximada de 3.200,00 m², sendo parte ideal de um terreno maior com área total de 114.174,00 m², localizado na Rua Max John, no Bairro Bela Aliança, que será usado para abrigar uma usina de asfalto e depósito de materiais da Secretaria Municipal de Obras, pelo período de 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Contratado: Paulina Rudnick – espólio de Oswaldo Rudnick

Valor Total: R\$ 8.057,40

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Osmar Telma – Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 280/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 280/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SC (DOM/SC) ADMINISTRADO PELO CIGA, CONFORME LEI MUNICIPAL 2805/2011 E CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA COM ACESSO AO SISTEMA NFe-C, REGIM (REG. MERC.INTEG.) E SIMPLES NACIONAL, AMBOS PELO PERÍODO DE

12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/12/2016.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Valor: R\$ 34.590,00

SÃO BENTO DO SUL, 30 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul.

II – Contratado: Laboratório São Francisco de Patologia Clínica Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o referido serviço uma vez que a vigência do contrato finaliza em 31/12/2015 e o novo edital de Chamada Pública nº 115/2015 está previsto a abertura para o dia 13/01/2016. Em virtude da urgência e a continuidade dos serviços, se faz necessária a dispensa fundada no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93: “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente para 90 dias a contar de 01/01/2016 a 31/03/2016.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Laboratório São Francisco de Patologia Clínica Ltda foi credenciado através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado para os três meses no valor de R\$ 57.000,00 constantes da Tabela SUS.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de

Saúde - SUS do município de São Bento do Sul.

II – Contratado: Laboratório de Análises Clínicas Pasteur Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o referido serviço uma vez que a vigência do contrato finaliza em 31/12/2015 e o novo edital de Chamada Pública nº 115/2015 está previsto a abertura para o dia 13/01/2016. Em virtude da urgência e a continuidade dos serviços, se faz necessário a dispensa fundada no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93: “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente para 90 dias a contar de 01/01/2016 a 31/03/2016.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Laboratório de Análises Clínicas Pasteur Ltda foi credenciado através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado para os três meses no valor de R\$ 57.000,00 constantes da Tabela SUS.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul.

II - Contratado: Antonio Augusto Pereira ME.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o referido serviço uma vez que a vigência do contrato finaliza em 31/12/2015 e o novo edital de Chamada Pública nº 115/2015 está previsto a abertura para o dia 13/01/2016. Em virtude da urgência e a continuidade dos serviços, se faz necessário a dispensa fundada no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93: “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente para 90 dias a contar de 01/01/2016 a 31/03/2016.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Laboratório Antonio

Augusto Pereira ME foi credenciado através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado para os três meses no valor de R\$ 57.000,00 constantes da Tabela SUS.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para o Fundo Municipal de Saúde, conforme rotina anotada, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul.

II - Contratado: Laboratório Santa Catarina SS Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o referido serviço uma vez que a vigência do contrato finaliza em 31/12/2015 e o novo edital de Chamada Pública nº 115/2015 está previsto a abertura para o dia 13/01/2016. Em virtude da urgência e a continuidade dos serviços, se faz necessário a dispensa fundada no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93: “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente para 90 dias a contar de 01/01/2016 a 31/03/2016.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Laboratório Santa Catarina SS Ltda foi credenciado através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado para os três meses no valor de R\$ 57.000,00 constantes da Tabela SUS.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2015 FMS**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE DOIS IMOVEIS, CADA UM COM DOIS PAVIMENTOS SENDO UM COM ÁREA DE 335,15 M² E OUTRO COM ÁREA DE 329 M² SITUADO NA RUA CAPITAO ERNESTO NUNES ESQUINA COM A RUA PADRE FIDELIS TOMELIN – CENTRO, PARA ABRIGAR O LABORATORIO MUNICIPAL E O CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/12/2016.

II – Contratado: CENTER VARIEDADES LTDA.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é utilizado pelo expediente do Centro de Especialidades Médicas (CEM), e Pelo Laboratório Municipal e se adequa perfeitamente às necessidades do Fundo Municipal de Saúde para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica central (que condicionou a sua escolha) quanto pelo espaço físico do terreno e da área construída, atendendo as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O proprietário do imóvel Center Variedades Ltda foi quem ofereceu um dos melhores imóveis, e melhor localizado para abrigar o Centro de Especialidades Médicas e o Laboratório Municipal, e ainda o que melhor se adequou às necessidades, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Secretário Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 269/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: HOSPEDAGEM EM ABRIGO PARA A SRA. ALBERTINA TELMA, REFERENCIADA NO PROGRAMA "GARANTINDO A POLÍTICA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL", PELO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

II – Contratado: INSTITUTO SANTÉ

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – tem desenvolvido um serviço de garantias da política do idoso, principalmente daqueles com direitos violados. Alguns necessitam de cuidados especiais, como internamentos em clínicas e ancionatos, pois não possuem familiares que possam atender as suas necessidades. A requisição que se faz novamente para que o Instituto Santé, por mais um período de dois meses, continue atendendo a Senhora Albertina Telma está condicionado ao processo de credenciamento de outras entidades para execução do serviço, processo este que acontecerá no ano de 2016.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A instituição, na avaliação

dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, tem correspondido às expectativas no atendimento de idosos, por este motivo, a opção pela escolha desta instituição para o internamento da Sra. Albertina Telma. Da mesma forma que a instituição possui os recursos necessários para atender bem a Sra. Albertina Telma e também está localizada próxima a cidade de São Bento do Sul, o que facilita o contato dos profissionais com a mesma.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária Municipal de Assistência Social, Rita Maria Dums.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 274/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: HOSPEDAGEM EM ABRIGO PARA A SRA. ELZIRA HANEL, REFERENCIADA NO PROGRAMA "GARANTINDO A POLÍTICA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL", PELO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

II – Contratado: INSTITUTO SANTÉ

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – tem desenvolvido um serviço de garantias da política do idoso, principalmente daqueles com direitos violados. Alguns necessitam de cuidados especiais, como internamentos em clínicas e ancionatos, pois não possuem familiares que possam atender as suas necessidades. A requisição que se faz novamente para que o Instituto Santé, por mais um período de dois meses, continue atendendo a Sra. Elzira Hanel está condicionado ao processo de credenciamento de outras entidades para execução do serviço, processo este que acontecerá no ano de 2016.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A instituição, na avaliação dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, tem correspondido às expectativas no atendimento de idosos, por este motivo, a opção pela escolha desta instituição para o internamento da Sra. Elzira Hanel. Da mesma forma que a instituição possui os recursos necessários para atender bem a Sra. Elzira e também está localizada próxima a cidade de São Bento do Sul, o que facilita o contato dos profissionais com a mesma.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 3.605,88 (três mil seiscentos e cinco reais e oitenta e oito centavos) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária Municipal de Assistência Social, Rita Maria Dums.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da

Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

RITA MARIA DUMS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 275/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de hospedagem para o idoso Sr. Jose Alves, referenciado no programa “Garantindo Política do idoso em situação de vulnerabilidade Social.”

II – Contratado: ELIZEU H. DE AZEVEDO E CIA LTDA – ME.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida compra se funda no inciso IV do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A continuação do internamento do Sr. Jose Alves se faz necessária porque familiares não tem condições de cuidar do mesmo. A prorrogação do contrato com a empresa vai possibilitar que não se interrompa o atendimento ao usuário, pois o mesmo já se encontra internado no instituto desde o mês de janeiro de 2015. Ele é um usuário referenciado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – do município e ainda não possui condições de ser desligado do programa.

Com a continuação do atendimento ao Sr. Jose Alves se cumprirá a legislação, Estatuto do Idoso, Lei nº 10741/03, especialmente em seu art. 3º que fala da obrigação, também, do poder público de “assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, a saúde, a alimentação...”

Também a requisição do período de internamento por mais dois meses está condicionado ao processo de chamamento público para cadastro de outras instituições que possam fazer o serviço ainda está em andamento.

Por fim, a continuação do internamento do Sr. Jose Alves concorre para a promoção de uma melhor qualidade de vida para o mesmo, diferente do que aconteceria se não estivesse internado.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada, Elizeu H. de Azevedo e Cia LTDA - ME, é receptível a prestação dos referidos serviços, a idosos encaminhados por órgãos, a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. E para que não se interrompa o atendimento ao usuário, pois o mesmo já se encontra internado no instituto desde janeiro de 2015.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é compatível com o mercado para o referido tipo de serviço, (R\$ 1.993,20 por mês).

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS
Secretária Municipal de Assistência Social

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO RURAL ONDULADO E CONSTRUÇÃO), NÃO CERCADO, COM ÁREA APROXIMADA DE 28.000,00 M², LOCALIZADO NA RUA MAX JOHN, NO BAIRRO BELA ALIANÇA, QUE SERÁ USADO PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/01/2016.

II – Contratado: PAULINA RUDNICK – ESPÓLIO DE OSWALDO RUDNICK

III – Caracterização da situação que justifica a dispensa de licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado será utilizado como pedreira pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para a retirada de saibro a ser utilizado nas vias municipais, sendo fácil o acesso de máquinas e caminhões, e se adéqua perfeitamente às necessidades da secretaria para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha), quanto pelo espaço físico do terreno e da área construída, atendendo as finalidades precípua da locação pretendida pela administração municipal.

O procedimento faz-se necessário, em virtude de o município não dispor de imóvel próprio para tal finalidade com as características (pedreira para retirada de saibro), localização geográfica, dimensões e destinações dos imóveis, impossibilitando desta forma que o interesse público seja satisfeito através de outros imóveis que não o escolhido. Desta forma, diante das peculiaridades e obrigações a serem observadas, torna-se dispensável a licitação, conforme dispõe o art. 24, X, Lei nº 8.666/1993, “É dispensável a licitação: [...] X – para a compra ou locação destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

IV – Razão da escolha do fornecedor: A escolha recaiu no imóvel (terreno rural ondulado e construções), com área aproximada de 28.000,00 m², sendo parte ideal de um terreno maior com área total de 114.174,00 m², localizado na Rua Max John, no Bairro Bela Aliança, de propriedade da contratada, Paulina Rudnick – Espólio de Oswaldo Rudnick, pois foi quem ofereceu um dos melhores imóveis, e melhor localizado para retirada de saibro, e ainda, o que melhor se adequou às necessidades, pelos mesmos motivos acima elencados, atendendo aos interesses da administração.

V – Justificativa de preço: O preço para locação pactuado para o processo de Dispensa de licitação é o praticado no mercado, sendo acordado por ambas as partes um reajuste de 10% (dez por cento) sobre o valor praticado no ano em curso, para a próxima vigência, ficando abaixo do valor de avaliação do imóvel, descrito no Laudo de Avaliação de Bens.

OSMAR TELMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 278/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO E CONSTRUÇÕES) C/ ÁREA DE 6.212,50 M2 (TERRENO) E 943,31 M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA, LOCALIZADO NA RUA: EXPEDICIONÁRIO OSCAR SCHNEIDER, Nº 80 - BAIRRO BOEHMERWALD, FRENTE PARA A RODOVIA SC 301, PARA ABRIGAR A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 01/01/2016 À 31/12/2016.

II – Contratado: ALCIDES JOSE HRUSCHKA

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do Art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é utilizado pelo expediente da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, e se adequa perfeitamente às necessidades da Secretaria para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pelo espaço físico do terreno e da área construída, atendendo as finalidades precípua da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

O imóvel se adequa perfeitamente às necessidades exigidas, para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pelo espaço físico do terreno e da área construída, atendendo as finalidades precípua da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: O Sr. Alcides José Hruschka foi quem ofereceu um dos melhores imóveis, e melhor localizado para abrigar a Secretaria, e ainda o que melhor se adequou às necessidades, pelos motivos acima elencados.

V- Justificativa do Preço: O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

OSMAR TELMA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 279/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO RURAL SEMI-PLANO E CONSTRUÇÕES), SEMI-CERCADO, COM ÁREA APROXIMADA DE 3.200,00 M2, SENDO PARTE IDEAL DE UM TERRENO MAIOR COM ÁREA TOTAL DE 114.174,00 M2, LOCALIZADO NA RUA MAX JOHN, NO BAIRRO BELA ALIANÇA, QUE SERÁ USADO PARA ABRIGAR UMA USINA DE ASFALTO E DEPÓSITO DE MATERIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/12/2016.

II – Contratado: Paulina Rudnick – Espólio de Oswaldo Rudnick

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa de Licitação: O imóvel locado será utilizado para abrigar uma usina de asfalto e para depósito de materiais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sendo fácil o acesso de caminhões para retirada de material, adequando-se perfeitamente às necessidades da Secretaria para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pelo espaço físico do terreno e da área construída, atendendo as finalidades precípua da locação pretendida pela administração municipal. O procedimento faz-se necessário, em virtude de o município não dispor de imóvel próprio para tal finalidade com as características para abrigar a usina de asfalto, localização geográfica, dimensões e destinações dos imóveis, impossibilitando desta forma que o interesse público seja satisfeito através de outros imóveis que não o escolhido. Desta forma, diante das peculiaridades e obrigações a serem observadas, torna-se dispensável a licitação, conforme dispõe o art. 24, X, Lei nº 8.666/1993, "É dispensável a licitação: [...] X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha recaiu no imóvel (terreno rural semi-plano e construções), com área aproximada de 3.200,00 m2, sendo parte ideal de um terreno maior com área total de 114.174,00 m2, localizado na Rua Max John, no bairro Bela Aliança, de propriedade da contratada, Paulina Rudnick – Espólio de Oswaldo Rudnick, pois foi quem ofereceu um dos melhores imóveis, e melhor localizado para instalação da usina de asfalto, e ainda, o que melhor se adequou às necessidades, pelos mesmos motivos acima elencados, atendendo aos interesses da administração.

V - Justificativa do Preço: O preço para locação pactuado para o processo de Dispensa de Licitação, de R\$ 8.057,40 (oito mil cinquenta e sete reais e quarenta centavos) é o praticado no mercado, sendo acordado por ambas as partes um reajuste de 10% (dez por cento) sobre o valor praticado no ano em curso, para a próxima vigência, ficando abaixo do valor de avaliação do imóvel, descrito no Laudo de Avaliação de Bens.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Osmar Telma.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

OSMAR TELMA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 280/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SC (DOM/SC) ADMINISTRADO PELO CIGA, CONFORME LEI MUNICIPAL 2805/2011 E CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA COM ACESSO AO SISTEMA NFE-C, REGIN (REG. MERC.INTEG.) E SIMPLES NACIONAL, AMBOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 01/01/2016 A 31/12/2016.

II – Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

III - Caracterização da Situação que Justifica Dispensa: Tendo em vista a necessidade de publicação no Diário Oficial dos Municípios, conforme institui a Lei 8.666/93, dos editais de licitação e outros documentos das diversas Secretarias Municipais, sendo que a publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet. E também para a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: REGIN (Registro Mercantil Integrado); Simples Nacional com acesso ao sistema da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NFe-C). A dispensa de licitação se funda no inc. XXVI do art. 24 da Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei Federal nº 11.107/05 e Lei Municipal nº 2855 de 02/08/2011.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa foi escolhida pelas razões acima elencadas, e por ser entidade integrante da Administração Pública, criada para esse fim específico.

V - Justificativa do Preço: O Diário Oficial do Município foi criado por lei para desempenho de funções públicas descentralizadas. Em tais casos, a contratação é feita pelos preços fixados pela contratada.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

São Carlos

PREFEITURA

AVISO LIC N.22-2015-FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.22/2015

Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 22/2015

Tipo : Menor preço

Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAUDE-

Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 15 de janeiro de 2016

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 15 de janeiro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 31 de dezembro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL 001/2016 - CHAMAMENTO FORNECEDORES

EDITAL Nº 001/2016

"CHAMAMENTO DE FORNECEDORES"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que em conformidade com o disposto no Artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, suas alterações, e demais normas, que o Município de SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, nesta cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, está realizando INSCRIÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO, para os fornecedores já cadastrados, junto ao Setor de Compras e Licitações deste Município, conforme segue:

1 - DO OBJETIVO

1.1 Este Edital tem, por objetivo, receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização daqueles fornecedores já inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros Municipais desta Unidade Federativa, que tenham interesse em fornecer materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, bem como aqueles que são especializados na execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Licitação e/ou Contratação.

Os mesmos deverão REQUERER, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

2- DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Os interessados deverão protocolar a documentação no Setor de Licitações do Município de Serra Alta, sito à Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, CEP: 89871-000, na cidade de Serra Alta, SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13:30 às 17:30 horas, diariamente, que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, em via original ou cópia autenticada por tabelião ou poderá ser autenticada por servidor da municipalidade, conforme o caso:

I - PESSOAS FÍSICAS:

- a)- Cédula de Identidade;
- b)- Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c)- Registro na entidade profissional competente;
- d)- Certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa física.
- e) Comprovante de Residência.
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

II - PESSOAS JURÍDICAS:

a)- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b)- registro comercial, no caso de empresa individual;

c)- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d)- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e)- prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/ (SRF/MF) com cartão atualizado;

f)- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

g)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;

h)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante

i) - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS autêntica);

j) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS autêntica), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

k) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

l)- Certidão Negativa de Recuperação Judicial (falência ou concordata) expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica;

m)- certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa jurídica.

n) Registro ou inscrição da EMPRESA na respectiva entidade profissional competente (CREA, CAU, OAB, CRO, CRM, CRC, etc...) quando for o caso;

o) Registro ou inscrição do PROFISSIONAL RESPONSÁVEL, na respectiva entidade profissional competente;

p) Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes (Alvará Municipal).

q) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2015), já exigíveis e apresentados na forma da Lei 8.666/93, com os termos de abertura e encerramento, assinado pelo contador responsável e pelo proprietário da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço e as demonstrações a serem apresentados, deverão ser cópias extraídas do Livro Diário, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado;

OBS: A empresa que se cadastrar entre os meses de Janeiro à Abril, e ainda não tem encerrado o Balanço do Exercício de 2015, deve apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2014, juntamente com as cópias dos termos de

abertura e encerramento do Livro Diário, exigido legalmente, registrado e assinado.

§ 1º Os documentos, cuja verificação de autenticidade esteja expressa e obrigatoriamente vinculada à consulta via internet, deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, apresentados no seu ORIGINAL e PREFERENCIALMENTE em impressão a cores.

§ 2º Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

3 – DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

3.1 O fornecedor que atender os requisitos acima elencados fará jus à expedição do Certificado de Registro Cadastral – CRC, o qual terá validade até 31 de dezembro de 2016.

4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As inscrições, nos termos do Artigo 34, § 1º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, estarão permanentemente abertas aos interessados;

4.2. Os casos omissos serão analisados de conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

4.3. O CRC – Certificado de Registro Cadastral não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

4.4. Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição;

4.5. Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a data deste Edital.

4.6. Para efeito de participação de Licitações, todas as certidões devem ser atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, deverão ser emitidas pelo órgão competente após a data do respectivo Edital de que trata a Licitação.

4.7. A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Serra Alta, SC, preferencialmente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou para as Tomadas de Preços, os que atenderem, até o terceiro dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.

4.8. Para as empresas não cadastradas e que porventura participarem de processos licitatórios na Modalidade de Tomada de Preços, para habilitação prévia, além dos documentos exigidos no edital, deverá apresentar até o terceiro dia anterior à abertura, os exigidos neste Edital, conforme acima especificado.

4.9. O Município de Serra Alta, nos termos do Artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, reserva-se o direito de alterar, suspender ou cancelar o Registro Cadastral do fornecedor que deixar de atender as exigências elencadas no referido dispositivo legal, de acordo com o Artigo 37 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores.

4.10. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Serra Alta - SC, no horário e endereço mencionados no preâmbulo deste Edital ou pelo fone/fax (49) 3364 0092.

Serra Alta – SC, 04 de Janeiro de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

EXTRATO CONTRATUAL Nº 001/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	001/2016
Contra-tante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).
Objeto	A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação: 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; 3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional; 5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;
Valor	A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.320,00(sete mil e trezentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 610,00 (Seiscentos e dez reais), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.
Vigência....	O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2016.
Dotação	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.300 – Manutenção da Administração Geral - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2016.
SERRA ALTA/SC, 04 de janeiro de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 001/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SERRA ALTA	
EXTRATO CONTRATUAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Contrato Nº.:	001/2016
Conveniente	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA
Conveniada	INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME.
Objeto	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema G-MUS – Gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que será implantado na CONTRATANTE. Não é de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer necessidades de ajustes, configuração ou instalação de redes ou sistemas de terceiros.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 611,85 (Seiscentos e onze reais e oitenta e cinco centavos), mensais, totalizando o montante de R\$ 7.342,20 (Sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

Vigência....	04/01/2016 a 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente Fundo Municipal de Saúde: 2.800.33.90.00 DR 0002.
SERRA ALTA, 04 de janeiro de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Siderópolis

PREFEITURA

FMS 01/2016 AVISO DE LICITAÇÃO COMBUSTÍVEL

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO FMS nº 01/2016

PREGÃO FMS Nº. 01/2016

O Município de Siderópolis torna público às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 15/01/2016, às 08:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no setor de licitações, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Aquisição de combustíveis de forma parcelada, para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial e que sejam fornecidos nos POSTOS DE ABASTECIMENTO do licitante vencedor durante o exercício de 2016. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188.

Siderópolis, 04 de janeiro de 2016.

FABIOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

/

Timbó

PREFEITURA

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 54 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de combustível (óleo diesel s10) destinado ao abastecimento da frota municipal (utilitários, máquinas e caminhões) no período de junho a dezembro do exercício 2015,

EMPRESA FORNECEDORA: Posto Fratelli Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 194.717,15 (cento e noventa e quatro mil setecentos e dezessete reais e quinze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/06/2016

Timbó, 01/07/2015

MÁRIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA 3954/2016

PORTARIA Nº. 3.954/2016
Em 04 de Janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, MARCOS VINICIUS REDEL, do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3955/2016

PORTARIA Nº. 3.955/2016
Em 04 de Janeiro de 2016

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora efetiva SUELI MICHELS, Portaria de Nomeação nº. 142/1993, com o cargo efetivo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA.

Período de Aquisição: 01.09.08 a 30.08.13 (60 dias)

Fruição: 04/01 à 02/02/2016 perfazendo 30 dias, bem como a pecúnia de 20 dias, ficando os demais 10 dias para fruição futura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3956/2016

PORTARIA Nº. 3.956/2016
Em 04 de Janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor efetivo CELSO REIS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 04 de Janeiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3957/2016

PORTARIA Nº. 3.957/2016
Em 04 de Janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado nas Leis Complementares 010/2010 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 1.737/2015 que dispõe sobre a classificação do Concurso Público nº. 001/2015; e,

01. Considerando a urgência na contratação de Profissionais para não interromper ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, atividades de caráter inadiáveis, como o atendimento básico à população de Tunápolis, SC.

02. Considerando que o Concurso Público nº. 001/2015, foi concluído e para que possamos reestruturar e regularizar o quadro efetivo de pessoal do município;

03. Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pelo Governo Federal na área da saúde através de programas especiais como a ESF - Estratégia Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, CAMILA SOLIGO BERNARDI, com cargo de ENFERMEIRA, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, cargo este de provimento EFETIVO, com 40(quarenta) horas semanais, Nível ANS 4 – A-07, baseado no Decreto nº 1.737/2015 de 07 de Dezembro de 2015, referente à homologação da classificação do Concurso Público nº 01/2015, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeita ao Estágio Probatório.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 04 de Janeiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3958/2016

PORTARIA Nº. 3.958/2016

Em 04 de Janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado nas Leis Complementares 010/2010 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 1.737/2015 que dispõe sobre a classificação do Concurso Público nº. 001/2015; e,

01. Considerando a urgência na contratação de Profissionais para não interromper ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração, atividades de caráter inadiáveis, como o atendimento básico à população de Tunápolis, SC, bem como cumprir exigências do TAC assinado com a Promotoria Pública.

02. Considerando que o Concurso Público nº. 001/2015, foi concluído e para que possamos reestruturar e regularizar o quadro efetivo de pessoal do município;

03. Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pelo Governo Federal na área da saúde através de programas especiais como a ESF - Estratégica Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, LEONARDO IVES MASSING MOREIRA, com cargo de ENGENHEIRO CIVIL, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças, cargo este de provimento EFETIVO, com 20(VINTE) horas semanais, Nível ANS 6 – A-15, baseado no Decreto nº 1.737/2015 de 07 de Dezembro de 2015, referente à homologação da classificação do Concurso Público nº 01/2015, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 04 de Janeiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3959/2016

PORTARIA Nº. 3.959/2016

Em 04 de Janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, CELSO REIS, no cargo efetivo de MESTRE EM EDIFICAÇÕES, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, progressão no nível TSG 6 A-18 para o nível TSG 6 B-19.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3960/2015

PORTARIA Nº. 3.960/2016

Em 04 de Janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 047/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, JOEL TRENHAGO, no cargo efetivo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ANS 6 B-19 para o nível ANS 7 B-15.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3961/2015

PORTARIA Nº. 3.961/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 047/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, PAULO FERNANDO VIEIRA DOS PRAZERES, no cargo efetivo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ANS 6 A-18 para o nível ANS 7 A-14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3962/2015

PORTARIA Nº. 3.962/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 047/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, RODRIGO WERLANG, no cargo efetivo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ANS 6 A-18 para o nível ANS 7 A-14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3963/2015

PORTARIA Nº. 3.963/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 048/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, ANGÉLICA KESSLER, no cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ATM 1 A-04 para o nível ATM 3 A-04.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3964/2015

PORTARIA Nº. 3.964/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 048/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, BRUNILDE MARIA BAUMGRATZ STULP, no cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ATM 1 C-06 para o nível ATM 3 C-06.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3965/2015

PORTARIA Nº. 3.963/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 048/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, ANGÉLICA KESSLER, no cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ATM 1 A-04 para o nível ATM 3 A-04.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3967/2015

PORTARIA Nº. 3.967/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 048/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, MARLI TERESINHA DALEMOLLE, no cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ATM 1 B-05 para o nível ATM 3 B-05.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3969/2015

PORTARIA Nº. 3.969/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 048/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, DAIANA PAULA ELY, no cargo efetivo de TÉCNICA EM SAÚDE BUCAL - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ATM A-03 para o nível ATM 2 A-04.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3970/2015

PORTARIA Nº. 3.970/2.016

Em 04 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 048/2015 de 30 de Dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, LIRIA INÊS MOMBACH, no cargo efetivo de TÉCNICA EM SAÚDE BUCAL - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ATM A-03 para o nível ATM 2 A-04.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/16

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2016

WILMAR CARELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990.

Considerando o disposto no art. 2º, inciso I, alínea b; no artigo 20; no artigo 22; artigo 23; artigo 26; artigo 27, e item B do Anexo I, da Lei Municipal nº 69, de 5 de dezembro de 1985,

NOTIFICA

Todos os profissionais autônomos, as empresas e sociedades de profissionais, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes Municipal, que o Imposto Sobre Serviços – ISS relativo ao exercício de 2016, está sendo lançado pela Secretaria de Finanças e deverá ser pago observados os seguintes prazos e condições:

I - Prazo e Forma de Pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

- a) Em 4 (quatro) parcelas vincendas nas datas de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de dezembro – ISS Fixo (profissionais autônomos);
- b) Mensalmente no dia 25 do mês subsequente a prestação dos serviços de cada mês para empresas e sociedades de profissionais enquadrados em ISS Estimativa Mensal;
- c) Em 4 (quatro) parcelas vincendas nas datas de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de dezembro, para os enquadramentos em ISS Estimativa Trimestral;
- d) Em 6 (seis) parcelas vincendas nas datas de 29 de fevereiro, 29 de abril, 30 de junho, 31 de agosto, 31 de outubro e 30 de dezembro para os enquadramentos em ISS Estimativa Bimestral.

Os documentos de arrecadação (boletos) para o recolhimento do referido tributo serão entregues via correio e estarão disponíveis para impressão no site do município www.videira.sc.gov.br Link Serviços On Line – Portal Tributário.

O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência bancária autorizada, ou seja, Caixa Econômica Federal, BB – BESC e Banco do Brasil.

II - Pagamento com atraso:

O pagamento em atraso estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (artigo 100, § 1º, "a", da Lei Municipal 69/85, alterado pela Lei Complementar 002/95) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal nº 69/85):

- a) Multa: de 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento);
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento), contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

III - Falta de Pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente

(art. 147 da Lei Municipal nº 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, e, se não pagos administrativamente, serão cobrados judicialmente.

IV – Impugnações:

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal nº 69/85, podendo ser impugnado a contar desta data, até o vencimento de que trata o item I deste edital.

V – Outras Informações:

O contribuinte que não receber, até o dia 15 de março de 2016, os documentos de arrecadação a que alude o item I, poderá solicitar o login no Portal Tributário do Município disponível no site do município www.videira.sc.gov.br, link Serviços On Line – Portal Tributário ou procurar o Departamento de Tributação da Secretaria de Finanças.

Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos legais, ficando sujeito aos acréscimos previstos.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/16

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2016

WILMAR CARELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 2º, II, alínea "b", artigo 59, § 1º, alínea "a" e § 3º, artigo 60; artigo 62 §1º, e item 2 do anexo II, todos da Lei Municipal 69, de 05 de dezembro de 1985,

NOTIFICA

Todas as empresas, profissionais autônomos e sociedades de profissionais regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes Municipal, que a Taxa de Licença para Localização e/ou Funcionamento, relativo ao exercício de 2016, está sendo lançada pela Secretaria de Finanças e deverá ser paga observados os seguintes prazos e condições:

I - Prazo e Forma de Pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago em parcela única até a data de 31 de março de 2016. Os documentos de arrecadação (boletos) para o recolhimento do referido tributo serão entregues via correio e estarão disponíveis para impressão no site do município www.videira.sc.gov.br, Link Serviços On Line – Portal Tributário.

O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência bancária

autorizada, ou seja, Caixa Econômica Federal, BB-BESC e Banco do Brasil.

II - Pagamento com atraso:

O pagamento atrasado estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (artigo 100, § 1º, "a", da Lei Municipal 69/85, alterado pela Lei Complementar 002/95) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal nº 69/85):

a) Multa: de 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento);

b) Juros de mora: de 1% (um por cento), contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

III - Falta de Pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (art. 147 da Lei Municipal nº 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, e, se não pagos administrativamente, serão cobrados judicialmente.

IV – Impugnações:

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal nº 69/85, podendo ser impugnado a contar desta data, até o vencimento de que trata o item I deste edital.

V – Outras Informações:

O contribuinte que não receber, até o dia 15 de março de 2016, os documentos de arrecadação a que alude o item I, poderá solicitar o login no Portal Tributário do Município disponível no site do município www.videira.sc.gov.br, link Serviços On Line – Portal Tributário ou procurar o Departamento de Tributação da Secretaria de Finanças. Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos legais, ficando sujeito aos acréscimos previstos.

O Alvará deverá ser retirado após pagamento da taxa a que se refere este Edital e com o Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros válido.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/16

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2016

WILMAR CARELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, no art. 59, caput, da Lei Complementar 69, de 05 de dezembro de 1985 (Código Tributário Municipal) e, no artigo 27, III, e anexo único da Lei Municipal 257, de 17 de dezembro de 1992,

NOTIFICA

Todas as empresas, profissionais autônomos e sociedades de profissionais que desenvolvem atividades sujeitas à Vigilância Sanitária, inscritas no Cadastro de Contribuintes Municipal, que a Taxa relativa a Atos da Vigilância Sanitária do exercício de 2016, está sendo lançada pela Secretaria de Finanças e deverá ser paga, observados os seguintes prazos e condições:

I - Prazo e Forma de Pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago em parcela única até a data de 31 de março de 2016. Os documentos de arrecadação (boletos) para o recolhimento do referido tributo serão entregues via correio e estarão disponíveis para impressão no site do município www.videira.sc.gov.br Link Serviços On Line – Portal Tributário.

O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência bancária autorizada, ou seja, Caixa Econômica Federal, BB- BESC e Banco do Brasil.

II - Pagamento com atraso:

O pagamento atrasado estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (artigo 100, § 1º, "a", da Lei Municipal 69/85, alterado pela Lei Complementar 002/95) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal nº 69/85):

a) Multa: de 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento);

b) Juros de mora: de 1% (um por cento), contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

III - Falta de Pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (art. 147 da Lei Municipal nº 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, e, se não pagos administrativamente, serão cobrados judicialmente.

IV – Impugnações:

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal nº 69/85, podendo ser impugnado a contar desta data, até o vencimento de que trata o item I deste edital.

V – Outras Informações:

O contribuinte que não receber, até o dia 15 de março de 2016, os documentos de arrecadação a que alude o item I, poderá solicitar o login no Portal Tributário do Município disponível no site do município www.videira.sc.gov.br, Link Serviços On Line – Portal Tributário ou procurar o Departamento de Tributação da Secretaria de Finanças. Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos legais, ficando sujeito aos acréscimos previstos.

O Alvará deverá ser retirado na Vigilância Sanitária, sita a Rua Antonio Ferlin, nº 550, anexo ao Posto de Atendimento Médico Emergencial - PAME, mediante apresentação da guia de pagamento, devidamente autenticada pelo agente arrecadador.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no

DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de janeiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/16

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2016

WILMAR CARELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto no artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, nos artigos 3º a 19, 53 a 57, 190 a 192 e Anexo VIII, todos da Lei Municipal n.º 69, de 5 de dezembro de 1985 (Código Tributário Municipal); e o disposto no Decreto n.º 1134, de 08 de janeiro de 1986, com as alterações introduzidas pelos Decretos n.º 3403 de 14 de abril de 1993, e Decreto n.º 7.692/03, de 22 de janeiro de 2003;

NOTIFICA

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis urbanos situados no Município de Videira, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a Taxa de Coleta de Lixo (TCL), relativos ao exercício de 2016, estão sendo lançados pelo Departamento de Tributação da Secretaria Municipal de Finanças.

Os contribuintes que não receberem pelo correio os carnês de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbana e Taxa de Coleta de Lixo referentes ao exercício de 2016, deverão retirá-los junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Videira/SC até a data de 10/05/2016, ou poderão solicitar o login no Portal Tributário do Município disponível no site do município www.videira.sc.gov.br, Link Serviços On Line – Portal Tributário.

Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos legais, ficando sujeito aos acréscimos previstos.

I - Prazo e forma de pagamento:

I.I – Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 16 de maio de 2016, e gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU/TSP. O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

I.II – Pagamento parcelado: os tributos acima mencionados poderão ser pagos em quatro parcelas vencíveis nos dias 16 de maio, 15 de julho, 15 de setembro e 16 de novembro do ano de 2016.

O Imposto Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Coleta de Lixo foram lançados em Unidade Fiscal Municipal (UFM), sendo seu valor de conversão em reais para o exercício de 2016, fixado em 3,0366. Os documentos de arrecadação (carnês) para o recolhimento dos tributos são emitidos em reais. O recolhimento deverá ser realizado nas agências bancárias do Banco do Brasil, BB- BESC e Caixa Econômica Federal.

II - Pagamento com atraso:

O pagamento com atraso estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

a) Multa: de 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o limite de

25% (vinte e cinco por cento);

b) Juros de mora: de 1% (um por cento), contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

III - Falta de pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em dívida ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (Art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em dívida ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos administrativamente, serão cobrados judicialmente.

IV - Impugnações:

Os tributos acima mencionados poderão ser objeto de impugnação, obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal nº 69/85.

O prazo limite para a apresentação de impugnação é a data de vencimento de que trata o item I.I deste Edital (vencimento da cota única), após o que serão considerados intempestivos.

V - Outras Informações:

O boleto para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo (TCL) está disponível no Portal Tributário do Município, no site do município www.videira.sc.gov.br, Link Serviços On Line – Portal Tributário. O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o login, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o boleto de IPTU/TCL 2015 pelo portal do Município.

O contribuinte que não receber os documentos de arrecadação a que se refere este edital deverá procurar o Departamento de Tributação da Secretaria Municipal de Finanças, para a retirada do carnê.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2015 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 197/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E ROUPAS DE CAMA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO QUARTEL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15h00min do dia 19/01/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 15h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 30 de dezembro 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO Nº 011/2015 - CMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato de Termo Aditivo nº 011/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue:

Termo Aditivo 011/2015 ao contrato nº 017/2012

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato 17/2012, para locação de sistema de contabilidade pública, folha de pagamento, suporte técnico e locação do sistema ponto eletrônico, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016 até 03/12/2016.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 a 03/12/2016.

ASSINATURA: 31/12/2015.

Videira, 31 de Dezembro de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.

Contrato nº: 001/2016 PMXV.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 7.740,00(sete mil e setecentos e quarenta reais).

CONTRATO Nº 002/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: RONESTRAN LTDA.

Contrato nº: 002/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Vigência: 31/12/2020.

Valor do Contrato: R\$ 307.800,00 Trezentos e sete mil e oitocentos reais) anual.

Consórcios

CIGA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 03/2014 - CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 03/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO
DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 03/2014

O DIRETOR EXECUTIVO do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, demais legislações vigentes e em conformidade com o Edital de Concurso Público CIGA Nº 03/2014, TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO, conforme abaixo, tendo como base o resultado final devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC na data de 17 de novembro de 2014.

CONVOCADOS:

Inscrição	Candidato	Classificação Final	Cargo
89245	BRUNO WEIGMANN DE MATOS	4º	PROGRAMADOR

O convocado deve comparecer, durante o período de 05 a 20 de janeiro de 2016, das 8h30min às 12h00min ou das 13h00min às 17h30min, na sede do CIGA, situada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Sala 1307, Canto, Florianópolis-SC para apresentação e entrega dos seguintes documentos constantes no item 14.3 do Edital de Concurso Público CIGA Nº 03/2014:

- a) Carteira de identidade;
- b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) Carteira de Trabalho (CTPS);
- d) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- e) Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
- f) Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- h) Fotografia recente, tamanho 3x4;
- i) Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso; e
- j) Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações.

O não comparecimento do interessado ou apresentação de qualquer documento fora do prazo previsto acarretará a eliminação do concurso e perda da vaga do referido cargo.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
DIRETOR EXECUTIVO

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 001/2016

Resolução n. 0001/2016.

Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público de Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional-I e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a Sra. MARIA CLARA PAULI RIBEIRO, brasileira, casada portadora de RG n. 2.664.019 inscrita no CPF sob n. 693.354.949-68, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, para exercer a função pública de Agente de Serviços em Gestão

de Desenvolvimento Regional- I com carga horária de 20(vinte) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto.

Art. 2º. O prazo de contratação inicia-se em 04 de janeiro de 2016 e termina em 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito de Caçador
Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 002/2016

Resolução n. 0002/2016

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor Financeiro.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Sr. LUIZ FERNANDO RALDI, brasileiro, casado, portador de RG n. 4.059.572, inscrito no CPF sob n. 007.140.999-88, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC, para exercer cargo em comissão de Diretor Financeiro, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 003/2016

Resolução n. 0003/2016

Delega Competência ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzeto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público (artigo 33, § 1º) e do Estatuto (artigo 27) do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar competência ao Sr. Elói Rönna, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, das atribuições insculpidas no artigo 33, incisos II a X, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, para prática de todos os atos administrativos previstos, de acordo com o que estabelece o parágrafo primeiro, do artigo supracitado.

Art. 2º. A presente Resolução deverá ser homologada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução nº 15 de 07 de julho de 2014.

Fraiburgo SC, 04 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 004/2016

Resolução n. 0004/2016

Delega Competência ao Diretor Financeiro do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzeto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público (artigo 33, § 1º) e do Estatuto (artigo 27) do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar competência ao Sr. Luiz Fernando Raldi, Diretor Financeiro do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais, em conformidade com o artigo 33, inciso VII, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º. A presente Resolução deverá ser homologada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo SC, 04 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINA

CIMVI**RESOLUÇÃO Nº 142 DE 01 DE JANEIRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 142, DE 01 DE JANEIRO DE 2016.

Designa preposto da Presidência para efetuar gestão financeira e pagamento de obrigações do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, por meio eletrônico, através de contas correntes junto ao Banco do Brasil S.A.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI;

Considerando-se as disposições do art. 28, §§ 1º e 2º, do Estatuto do Consórcio Público, e as dificuldades operacionais de manutenção de assinatura digital com responsabilidade concomitante para mais de um órgão público e/ou a substituição constante da habilitação do Presidente do CIMVI junto a agência bancária;

Considerando-se a necessidade de desburocratização dos trabalhos do CIMVI e agilização da gestão financeira e dos pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas, através de contas correntes mantidas junto ao Banco do Brasil S.A;

Considerando-se o provimento do emprego público de Agente Administrativo do CIMVI, o qual executa serviços de apoio na área de finanças, entre outras;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para o exercício de 2016, a servidora PATRICIA BARBARESCO, CPF nº 095.555.009-24, ocupante do emprego público de Agente Administrativo, como preposto da Presidência do CIMVI para efetuar consulta de extratos e comprovantes de operações financeiras, bem como realizar movimentações entre contas, aplicações financeiras, investimentos e pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas pelo Consórcio Público, através de contas correntes mantidas junto ao Banco do Brasil S.A.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, SC, em 01 de janeiro de 2016.

Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMMVI**REPUBLICAÇÃO: CONTRATO DE RATEIO CISAMVI Nº 001/2015**

Republicado por incorreção no texto anterior (Esta publicação subsistiu o texto publicado na Edição nº 1895 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC de 21 de dezembro de 2015).

CONTRATO DE RATEIO CISAMVI nº 001/2015

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BLUMENAU, BOTUVERÁ, BRUSQUE, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DO CISAMVI NO EXERCÍCIO DE 2016.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aqui representado por seu presidente Pedro Celso Zuchi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os Municípios de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.108.357/0001-15, com sede na Praça Victor Konder, nº 02, na cidade de Blumenau, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Napoleão Bernardes Neto, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 038.738.439-19, domiciliado e residente à Rua Jardim Belvedere, nº 211, na cidade de Blumenau, neste Estado; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Luiz Colombi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 455.167.669-15, domiciliado e residente à Rua 9 de Junho, s/nº, na cidade de Botuverá, neste Estado; BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, na cidade de Brusque, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Roberto Pedro Prudêncio Neto, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 007.930.969-01,

domiciliado e residente à Rua Orlando José Schaefer, nº. 21, Bairro São Luiz, na cidade de Brusque; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; GASPAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº. 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Pedro Celso Zuchi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº. 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Matias Kohler, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 376.148.359-72, domiciliado e residente à Rua Pomerânia, nº 752, na cidade de Guabiruba, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CISAMVI, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO

2.1 O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelos seguintes critérios:

- a) quantidade de utilização dos serviços do CISAMVI no período entre julho de 2014 e junho de 2015;
- b) distribuição igualitária para cada Município; e
- c) proporcionalidade populacional (IBGE – 2011).

2.2 As cotas de despesas serão divididas na proporção de 40% (quarenta por cento) referente à utilização, 40% (quarenta por cento) referente à distribuição igualitária e 20% (vinte por cento) referente ao índice populacional.

2.3 O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2016, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 0852, Operação 006, Conta Corrente nº 150-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2016 o valor total de R\$ 609.000,00 (seiscentos e nove mil reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

3.2 O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério estabelecido, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal (R\$)	Grupo de Despesa	Valor Anual (R\$)	
			Valor	Total
APIÚNA	3.021,00	3190	26.846,72	36.252,00
		3390	8.571,90	
		4490	833,38	
ASCURRA	2.022,00	3190	17.968,91	24.264,00
		3390	5.737,30	
		4490	557,79	
BENEDITO NOVO	2.265,00	3190	20.128,37	27.180,00
		3390	6.426,80	
		4490	624,83	
BLUMENAU	7.509,00	3190	66.730,23	90.108,00
		3390	21.306,32	
		4490	2.071,45	

BOTUVERÁ	2.166,00	3190	19.248,59	25.992,00
		3390	6.145,89	
		4490	597,52	
BRUSQUE	8.224,00	3190	73.084,22	98.688,00
		3390	23.335,09	
		4490	2.268,69	
DOUTOR PEDRINHO	1.744,00	3190	15.498,40	20.928,00
		3390	4.948,50	
		4490	481,10	
GASPAR	4.688,00	3190	41.660,85	56.256,00
		3390	13.301,91	
		4490	1.293,24	
GUABIRUBA	2.691,00	3190	23.914,11	32.292,00
		3390	7.635,55	
		4490	742,34	
INDAIAL	4.581,00	3190	40.709,97	54.972,00
		3390	12.998,31	
		4490	1.263,72	
POMERODE	4.085,00	3190	36.302,17	49.020,00
		3390	11.590,93	
		4490	1.126,90	
RIO DOS CEDROS	2.077,00	3190	18.457,67	24.924,00
		3390	5.893,36	
		4490	572,97	
RODEIO	1.957,00	3190	17.391,27	23.484,00
		3390	5.552,87	
		4490	539,86	
TIMBÓ	3.720,00	3190	33.058,52	44.640,00
		3390	10.555,27	
		4490	1.026,21	

3.3 Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2016.

3.4 Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionada à aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2016.

5.2 Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2016.

5.3 Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

5.4 As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
02	CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
001	SECRETARIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA DA MANUTENÇÃO
10.122.0001.2004	MANUTENÇÃO ATIVIDADES SECRETARIA ADM FINANCEIRA
33190	APLICAÇÕES DIRETAS
33390	APLICAÇÕES DIRETAS
34490	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta

corrente pelos CONSORCIADOS;

- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CISAMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO, desde já, responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CISAMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Blumenau, 10 de dezembro de 2015.

CISAMVI - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí
Presidente

Município de APIÚNA Nicanor Morro	Município de ASCURRA Moacir Polidoro
Município de BENEDITO NOVO Jean Michel Grundmann	Município de BLUMENAU Napoleão Bernardes Neto
Município de BOTUVERÁ José Luiz Colombi	Município de BRUSQUE Roberto Pedro Prudêncio Neto
Município de DOUTOR PEDRINHO Hartwig Persuhn	Município de GASPAR Pedro Celso Zuchi
Município de GUABIRUBA Matias Kohler	Município de INDIAIAL Sergio Almir dos Santos
Município de POMERODE Rolf Nicolodelli	Município de RIO DOS CEDROS Fernando Tomaselli

Município de RODEIO
Paulo Roberto Weiss

Município de TIMBÓ
Laercio Demerval Schuster Júnior

Testemunhas:

Raquel Grippa	Carlos Cesar da Silva
CPF nº. 060.819.529-40	CPF nº. 312.767.419-87
Gestora de Serviços do CISAMVI	Diretor Executivo do CISAMVI